



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (PPGCPR)

**A OMISSÃO DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS KALUNGA: um estudo sobre as desigualdades
raciais e sociais.**

JERONILSON QUIRINO DA SILVA

Goiânia/2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

JERONILSON QUIRINO DA SILVA

3. Título do trabalho

A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jeronilson Quirino Da Silva, Discente**, em 31/03/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Romero Lameirao, Professora do Magistério Superior**, em 15/04/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5231706** e o código CRC **F50C5A29**.

JERONILSON QUIRINO DA SILVA

**A OMISSÃO DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS KALUNGA: um estudo sobre as desigualdades
raciais e sociais.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Estudos Políticos Contemporâneos.

Linha de pesquisa: Estado e Políticas Públicas, sob a orientação da professora. Dr^a. Camila Romero Lameirão.

Goiânia/2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Jeronilson Quirino da
A OMISSÃO DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS VOLTADAS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
KALUNGA: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais.
[manuscrito] / Jeronilson Quirino da Silva. - 2025.
148, f.: il.

Orientador: Prof. Camila Romero Lameirão.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico,
tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Políticas Públicas. 2. Desigualdade Social. 3. Comunidades
quilombolas. 4. Território Kalunga. I. Romero Lameirão, Camila, orient.
II. Título.

CDU 32



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 82 da sessão de Defesa de Dissertação de **Jeronilson Quirino da Silva**, que confere o título de Mestre em **Ciência Política**, na área de concentração em **Estudos Políticos Contemporâneos**.

Aos **dezoito dias de março de dois mil e vinte e cinco**, a partir das **09:00 horas**, no endereço eletrônico meet.google.com/urq-gmuz-phw, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Camila Romero Lameirão (PPGCPRI/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Fabiana Ribeiro Santana (PPGSC, IPTSP/UFG)**, membro titular externo; Professora Doutora **Débora Ferreira da Cunha (PPGPROCIDADE, FAV/UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Camila Romero Lameirão**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **dezoito dias de março de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Camila Romero Lameirão, Professora do Magistério Superior**, em 28/04/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Ribeiro Santana, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2025, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Ferreira Da Cunha, Professora do Magistério Superior**, em 29/04/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5337644** e o código CRC **6B79F9FF**.

BANCA EXAMINADORA

Dissertação intitulada **A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga**: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais, autoria de Jeronilson Quirino da Silva, defendida e aprovada 18 de março de 2025, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr^a. Camila Romero Lameirão-Orientadora

Prof. Dr^a. Fabiana Ribeiro Santana-Examinadora

Prof. Dr^a. Débora Ferreira da Cunha-Examinadora

“Dandara do meu quilombo me faz livre e voar rainha do meu congo me dá forças para lutar.”

(Nina Oliveira)

AGRADECIMENTOS

Queridos familiares, especialmente meus pais Jerani Quirino e Zulmira Pereira, quero expressar minha profunda gratidão pelo apoio incansável que vocês me deram ao longo da minha jornada acadêmica, desde a graduação até a pós-graduação. O incentivo e encorajamento de vocês foram fundamentais para eu chegar até aqui, e estou eternamente grato por isso.

Aos meus queridos amigos e amigas, quero agradecer por estarem sempre ao meu lado, oferecendo conselhos valiosos e apoio durante todo o processo de escrita e pesquisa. Especialmente à minha querida Jullyane, Fátima e à professora Mariana, que compartilharam suas valiosas sugestões sobre políticas públicas para minha dissertação.

Agradeço também ao meu querido Renivaldo Cleber, que sempre esteve presente em minha jornada, mesmo vindo de tão longe de nosso amado território Kalunga. Sua presença e apoio significou muito para mim.

À minha orientadora, professora Camila Romero Lameirão, quero expressar minha gratidão pela sua paciência e orientação ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Desde a graduação, você tem sido uma fonte constante de apoio e inspiração. Obrigado por guiar-me na temática pertinente dos assédios contra adolescentes Kalunga.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Ciência Política, agradeço pelas valiosas dicas e elogios com relação ao meu projeto de pesquisa. Como quilombola estudando meu próprio povo, a orientação de vocês foi fundamental para o desenvolvimento do meu trabalho. Estendo meus agradecimentos às professoras Fabiana Ribeiro Santana e Débora Ferreira da Cunha pela qualificação nesta pesquisa de mestrado e, principalmente, pelos olhares atentos.

A todos os meus conterrâneos das comunidades Kalunga, quero expressar minha profunda gratidão pela colaboração e apoio, especialmente aos entrevistados, ao prefeito de Cavalcante Vilmar Kalunga, ao presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK) Carlos Roberto Pereira, ao vice-prefeito de Teresina de Goiás, Martinho, e ao gerente de comunidades tradicionais do Estado de Goiás, Silvano Macedo. O envolvimento de vocês e os insights foram essenciais para a realização deste trabalho.

Por fim, ao diretor de Igualdade Racial do município de Monte Alegre de Goiás, Manuel. A sua colaboração foi essencial para pesquisa relatando os problemas vivenciados em seu território.

RESUMO: A dissertação busca investigar e conhecer melhor a realidade das comunidades quilombolas Kalunga e da atuação do Estado e as construções de políticas públicas voltadas para estas comunidades. Nesse sentido, quero identificar as possíveis razões para os altos índices de vulnerabilidade social recorrentes neste território, abordando a oferta e evidente ausência de políticas públicas para comunidade em geral, considerando os persistentes índices de vulnerabilidade social na região. Duas questões são centrais na investigação: primeira é destacar o porquê há desigualdade social? A segunda, que está direcionada com a primeira, diz respeito à por que as políticas públicas não chegam nessas localidades? O objetivo da pesquisa é abordar e compreender os processos envolvidos na tomada de decisão e construção de agendas para implementação e formulação de políticas públicas. Levando em consideração três elementos: a) formulação de políticas públicas, como: de saúde, educação, transportes, saneamento, voltadas para estas comunidades; b) observação dos processos de implementações de outras políticas públicas para as comunidades Kalunga (caso existam); c) análise de tomadas de decisões dos gestores públicos Municipal e Estadual sobre implementação de políticas públicas nas comunidades tradicionais em relação às demandas levantadas pelas próprias comunidades. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa amparada em um estudo de caso, embasada em documentos e legislações que permeiam a temática estudada.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desigualdade Social; Comunidades quilombolas; Território Kalunga.

ABSTRACT: The dissertation aims to investigate and better understand the reality of the Kalunga quilombola communities, as well as the role of the State and the development of public policies targeted at these communities. In this regard, I seek to identify the possible reasons behind the high levels of social vulnerability recurrent in this territory, addressing both the availability and the evident absence of public policies for the community as a whole, considering the persistent social vulnerability indices in the region. Two central questions guide this investigation: the first is to highlight why social inequality exists. The second, which is directly connected to the first, concerns why public policies fail to reach these localities. The research aims to examine and understand the processes involved in decision-making and agenda-setting for the formulation and implementation of public policies. This is based on three key elements: a) The formulation of public policies, such as those related to health, education, transportation, and sanitation, specifically aimed at these communities; b) The observation of the implementation processes of other public policies for the Kalunga communities (if they exist); c) The analysis of decision-making processes by municipal and state public administrators regarding the implementation of public policies in traditional communities, in response to the demands raised by the communities themselves. Thus, this is a qualitative research study supported by a case study approach, based on documents and legislation related to the studied topic.

Keywords: Public Policies; Social Inequality; quilombola communities; Kalunga Territory.

LISTAS DE FIGURAS QUADROS E TABELAS

Figura 1: Época de cheias na comunidade Vão do Moleque.....	22
Figura 2: Época de cheias na comunidade Vão do Moleque.....	22
Figura 3: Época de cheias na comunidade Vão do Moleque.....	23
Figura 4: Casa feita pelo tijolo de Adobe.....	23
Figura 5: Mulher na carroceria do transporte.....	24
Figura 6: Cortejo do império na comunidade Vão de Almas.....	40
Figura 7: Festa na comunidade Kalunga Vão de Almas.....	42
Figura 8: Sussa uma dança cultural nas comunidades quilombolas.....	43
Figura 9: Rezadeiras rezando na romaria de Santo Antônio na região do Prata.....	45
Figura 10: Professora Mari de Nasaré Baiocchi com os kalunga (foto: reprodução/acervo pessoal da professora.....	48
Figura 11: Roça de arroz, na comunidade Kalunga Prata Vão do Moleque.....	50
Figura 12: Roça de arroz do seu Vicente na comunidade Prata Vão do Moleque.....	51
Figura 13: Produção de farinha no quilombo Kalunga Prata Vão do Moleque.....	52
Figura 14: Tapiti - artesanato de talas de buriti para prensagem da massa da mandioca.....	53
Figura 15: Quilombola Kalunga batendo arroz na comunidade Prata Vão do Moleque.....	54
Figura 16: Situação do domicílio quilombolas por todo território nacional.....	57
Figura 17: Ciclo de políticas públicas.....	66
Figura 18: Ciclo de planejamento.....	79
Figura 19: Mapa do território Kalunga nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.....	92
Figura 20: Comunicado de transporte para o município.....	112
Quadro 1: Indicadores de Desigualdade e Pobreza por município.....	27
Quadro 2: Legislação federal específica à discriminação racial.....	36
Quadro 3: números de estudantes per capita, dias letivos	88
Tabela 1: Taxa de Abandono - Total (%).....	93
Tabela 2: Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental - Total (%).....	94

Tabela 3: IDEB - Ensino Fundamental - Rede Pública.....	95
Tabela 4: Adequação da Formação de Docente - Total (%).....	96
Tabela 5: Estabelecimento de Ensino – Total (nº).....	97
Tabela 6: Matrículas por nível de ensino – Total (nº).....	98
Tabela 7: Acesso à Energia Elétrica (nº).....	100
Tabela 8: Abastecimento de água.....	102

LISTAS DE ABREVIATURA E SIGLAS

AQK- Associação Quilombo Kalunga
DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf
FCP- Fundação Cultural Palmares
FUNASA- Fundação Nacional de Saúde
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IMB- Instituto Mauro Borges
MDA- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MIR- Ministério da Igualdade Racial
MEC- Ministério da Educação
MDS- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PBQ- Programa Brasil Quilombola
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural
SHPCK- Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga
SEDS- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SUPIR- Superintendência da Igualdade Racial
SINAPIR- Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SECOMT- Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais
SIPAF- Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEMAD- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA/PROBLEMA.....	16
HIPÓTESE DE PESQUISA.....	17
Objetivo geral:.....	17
Objetivos específicos:.....	18
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1.....	29
OS DIFERENTES TIPOS DE RACISMO E A ABORDAGEM ANTIRRACISTA.....	29
1.1 Racismo Estrutural, Institucional e Ambiental: uma abordagem antirracista.....	33
1.2 História do Quilombo Kalunga.....	37
1.3 Como vivem as Comunidades Quilombolas.....	48
1.4 Ter acesso à Terra.....	58
CAPÍTULO 2.....	60
TEORIA SOBRE CAPACIDADES ESTATAIS.....	60
2.1 Identificação do problema.....	67
2.2 A Formação da Agenda.....	69
2.3 Formulação da Política Pública.....	72
2.4 Tomada de Decisão.....	73
2.5 Implementação de Políticas Públicas.....	74
2.6 Avaliação da Política Pública.....	76
2.7 Extinção da Política Pública.....	78
2.8 Programa Brasil Quilombola: Guia de Políticas Públicas.....	80
CAPÍTULO 3.....	92
CATALIZAÇÃO SOCIAL SOBRE OS MUNICÍPIOS DE CAVALCANTE TERESINA DE GOIÁS E MONTE ALEGRE DE GOIÁS.....	92
3.1 Energia e água tratada.....	100
CAPÍTULO 4.....	104
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	104
4.1- Pesquisa Qualitativa e Estudo De Caso.....	104
4.2- Instrumento para Coleta De Dados.....	105
4.3- Entrevistas e Coletas de Dados.....	106
CAPÍTULO 5.....	110
RESULTADO DA PESQUISA.....	110
5.1 Análise de Dados de Campo: o que diz o prefeito de Cavalcante.....	110
5.2 Análise de dados de campo: o que diz o presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK).....	115
5.3 Análise de dados de campo: o que diz o representante do governo do estado.....	122
5.4 Análise de dados de campo: o que diz o vice-prefeito de Teresina de Goiás.....	126
5.5 Análise de dados de campo: o que diz o diretor da igualdade racial de Monte Alegre de Goiás....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICES.....	144

ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	144
INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA:.....	145
QUESTIONÁRIO.....	146
ACORDO PESQUISADOR KALUNGA.....	147

JUSTIFICATIVA/PROBLEMA

As comunidades quilombolas são totalmente carentes em termos de políticas públicas por falta de uma agenda, que deveria ser colocada de forma integrada, atingindo vários níveis e outras situações que envolvem o quilombo Kalunga¹. Considerando esse contexto, a UFG apresentou um projeto de extensão Kalunga Cidadão, com o objetivo de atenuar as diversas carências da população quilombola Kalunga. O projeto visa desenvolver um conjunto de ações voltadas para a melhoria das condições de vida dos quilombolas. A ação foi realizada no dia 24 de setembro de 2011, junto à comunidade quilombola, com ponto de concentração no Engenho II, situado na zona rural do município de Cavalcante (GO). Diversas atividades foram desenvolvidas durante o evento, como: agricultura familiar, apresentação do cerrado e do mundo infantil, saúde bucal ao alcance de todos, atendimento oftalmológico, cuidando dos cães e gatos, atendimento jurídico sênior, atendimento jurídico júnior, projeto Girau de saberes raízes quilombolas².

Dessa forma, mesmo considerado como patrimônio cultural dos povos quilombolas Kalunga, há décadas, a região ainda é carente em termos de políticas públicas, sendo nítida a exclusão social, e conseqüentemente racial. O analfabetismo, de acordo com Silva (2020), dentro do território é muito elevado, principalmente entre os adultos. Propriamente, as condições de saneamento básico, habitação, saúde são extremamente inadequadas, e o acesso a essas políticas é precário.

Nesta direção, o estudo se propõe a investigar os motivos da falta de políticas de

¹ De acordo com o regimento interno da Associação Quilombo Kalunga (AQK), no artigo 5º, a comunidade quilombola Kalunga, dos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás, é devidamente certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes das comunidades de quilombos, nos termos do Decreto presidencial nº 4.887 de 2003.

² Kalunga Cidadão levará conjunto de ações básicas para a melhoria de vida dos quilombolas. Os Kalungas enfrentam problemas de falta de infra-estrutura como: ausência de estradas, assistência médica e escolas, convivem com a seca, lutam pela regularização de suas terras e, alguns se encontram abaixo da linha da pobreza e outros abaixo da linha de indigência. Tal situação tem provocado o êxodo rural, especialmente entre os mais novos, que buscam melhores condições de vida nos grandes centros. As jovens da comunidade saem, principalmente para Brasília e Goiânia, onde na maioria das vezes, trabalham como empregadas domésticas, e os rapazes exercem trabalho temporário em fazendas da região. Sabendo que é imprescindível a implementação de sistemas de atendimento diversos tais como Assistência em Saúde, Jurídica, Educacional, entre outros, na área Kalunga para minimizar as necessidades dessa população e garantir melhoria na qualidade de vida, evitando a migração dos jovens para a periferia de grandes cidades, a UFG vem com o projeto de extensão Kalunga Cidadão atenuar as diversas carências desta população. Disponível em: <<https://ufg.br/n/58922-kalunga-cidadao-leva-conjunto-de-aco-es-basicas-para-a-melhoria-de-vida-dos-quilombolas>>. Acesso 30 de março de 2024.

saúde, habitação, água potável, saneamento, e assim, responder às seguintes perguntas: (1) entender de quem é a responsabilidade? (2) Em que medida os governos municipal e estadual se responsabilizaram pela formulação e a implementação de políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas?

Portanto, a pesquisa pretende discutir e identificar o que dificulta colocar na agenda governamental ações de combate aos altos índices de vulnerabilidade social recorrentes neste território, sobretudo, no que se refere à saúde, água potável, educação e transportes. Nesse sentido, de quem é a responsabilidade por planejar, formular e implementar políticas públicas nesses territórios quilombolas que possuem características comuns, mas estão em diferentes municípios? Esse território é marcado pela falta de políticas públicas e sociais, o que contribui para a perpetuação de um contexto de vulnerabilidade e desigualdade social. O que explica a persistente ausência de ações eficazes do Estado e municípios nas comunidades quilombolas? Essas são algumas questões que esse trabalho pretende discutir.

Sendo assim, o problema a ser investigado é: conhecer melhor a realidade desses povos, e a omissão do Estado e as construções de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga e identificar as possíveis razões para os altos índices de vulnerabilidade social recorrentes neste território.

HIPÓTESE DE PESQUISA

Esta pesquisa parte da hipótese que não há uma agenda de políticas públicas específica para as comunidades Kalunga, nem ao nível estadual, nem municipal. E menos ainda, percebe-se esforços para a implementação de políticas públicas de combate à vulnerabilidade social que é um fenômeno recorrente neste território. A ausência de políticas públicas pode ser explicada pela localização geográfica das comunidades, que são distantes da capital do Estado e pela falta de recursos nos municípios para investir em políticas públicas; como também por elementos como a manutenção de desigualdades como o racismo institucional, estrutural e ambiental.

Objetivo geral:

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os processos e os atores envolvidos na produção de políticas públicas, como de saúde, educação, transportes, saneamento, voltadas para as comunidades. Especificamente, tem-se o interesse de realizar uma análise dos processos de formulação e tomada de decisão dos gestores públicos nas comunidades quilombolas em relação às demandas levantadas pelas próprias comunidades.

Objetivos específicos:

1. Trabalhar de forma direta com os governos estadual e municipal para abordar questões de vulnerabilidade social nas comunidades quilombolas Kalunga;
2. Identificar se as políticas públicas estão sendo efetivadas nos territórios e cumpridas, garantindo os direitos que estão assegurados no programa Brasil quilombola;
3. Analisar as políticas públicas no território quilombola Kalunga e o processo de decisão e implementação macro e micro nos três municípios goianos;
4. Analisar a participação da comunidade local.

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado trago minha vivência como um homem preto quilombola Kalunga, juntamente com a experiência e a realidade da minha comunidade e as demais que estão no mesmo território. Sou nascido e criado na comunidade “Prata Vão do Moleque”, nascido pela mão de uma parteira, filho de uma Kalunga parteira Zulmira Pereira que aprendeu ofício por meio da oralidade com seus ancestrais, ambos são lavradores. Com forte atração na agricultura familiar as comunidades quilombolas Kalunga começam a roçagem para o plantio nos meses de agosto e setembro, e começam a plantar no mês de janeiro, toda comunidade dispensa o uso de agrotóxicos.

O que me levou a sair da minha comunidade foi a falta de perspectivas educacionais, sobretudo a falta de políticas públicas para a comunidade Vão do Moleque – comunidade Kalunga. Esta dissertação tem como proposta trabalhar com os municípios em que se encontram as comunidades Kalunga, que são: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Essas cidades, portanto, ficam cerca de 510 km da capital Goiânia e 320 km do Distrito Federal Brasília, localizadas na região nordeste do Estado de Goiás.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na publicação Censo Demográfico 2022: Quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração, houve uma atualização significativa em relação à população quilombola no Brasil e, em especial, nos territórios Kalunga localizados nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Segundo o Censo de 2022, o território Kalunga possui uma população quilombola de aproximadamente 8.075³ pessoas, sendo 5.470 quilombolas residentes em Cavalcante, 1.458

³ Nota Explicativa sobre a Confiabilidade dos Dados Demográficos do Território Kalunga: embora os dados utilizados nesta dissertação, referentes à população quilombola do território Kalunga, sejam baseados nos resultados divulgados pelo Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é importante ressaltar que esses números podem sofrer alterações nos próximos anos. Devido à falta de confiabilidade percebida nos dados obtidos no âmbito do Estado de Goiás, o próprio governo estadual solicitou a realização de um novo levantamento censitário específico, que está sendo conduzido pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP). Essa medida evidencia a existência de questionamentos quanto à precisão e à efetividade do processo censitário de 2022 no que se refere à caracterização da população quilombola Kalunga. Assim, é necessário fazer uma ressalva: os dados apresentados nesta pesquisa podem tornar-se incompletos ou imprecisos diante da futura publicação dos resultados atualizados. A ausência de um processo censitário plenamente confiável no momento da elaboração desta dissertação reforça as dificuldades históricas enfrentadas pelas comunidades quilombolas no reconhecimento oficial de suas populações e de suas demandas sociais. Portanto, entende-se que os dados utilizados refletem a realidade disponível até o momento da pesquisa, mas reconhece-se que novas informações poderão complementar, corrigir ou aprofundar a compreensão sobre a população do território Kalunga, em virtude do novo censo em andamento.

em Monte Alegre de Goiás e 1.147 em Teresina de Goiás. O território abrange mais de 261.000 hectares de área, composta por 39 comunidades, sendo reconhecido pela ONU como TICCA, que significa “território e áreas conservadas por comunidades indígenas e locais” (Peduzzi, 2021)⁴. Essa atualização estatística é fundamental para embasar políticas públicas voltadas para o território Kalunga, pois evidencia a relevância demográfica dessa população na composição dos municípios. Além disso, reforça a necessidade de ações específicas para garantir direitos básicos como acesso à terra, infraestrutura, educação, saúde e inclusão produtiva, temas previstos nos programas como o Programa Brasil Quilombola e o recém-lançado Programa Aquilomba Brasil.

Os quilombos ou comunidade Kalunga surgiram no período colonial e imperial nos séculos XVIII e XIX das minas de ouro em Goiás. À época, os negros e negras fugiam das fazendas dos escravocratas para se livrar dos castigos pesados, e assim procuravam refúgio em lugares montanhosos cercado por pedras grandes de difícil acesso. Os moradores mais velhos contam que se mantiveram isolados, com pouco ou nenhum contato com pessoas brancas até pelo menos o início dos anos de 1980 (Costa, 2013).

Os quilombos, além de serem locais de refúgio na época da escravidão, também se tornaram a única forma de resistência dos ex-escravizados após a Lei Áurea, pois não foi elaborada uma política pública pós-abolicionista, que concedesse um apoio socioeconômico aos negros (Silva, 2018, p. 116).

O território Kalunga foi regulamentado, segundo os parâmetros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desde a promulgação da Constituição de 1988, quando o território recebeu o título de quilombo. Desde então, os remanescentes da comunidade só têm o direito de posse das terras, ou seja, que é o direito de cultivar a terra para o plantio, fazer moradia, etc. Atualmente a maioria das terras são desapropriadas, isto é, a Associação Quilombo Kalunga (AQK) conseguiu na justiça retirar os grileiros que estavam se apropriando dessas terras (Silva, 2020).

Segundo a associação, quem não fosse Kalunga não teria a permissão para ficar no território. As terras, portanto, estão registradas no nome da associação que é o órgão

⁴ Peduzzi, Pedro. Comunidade Kalunga recebe reconhecimento inédito da ONU. Agência Brasil 06 de fevereiro de 2021. Disponível em:< <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2021-02/comunidade-kalunga-recebe-reconhecimento-inedito-da-onu>>. Acesso em 20 março de 2021.

responsável pelas comunidades (Silva, 2020). O censo demográfico em 2022 traz, pela primeira vez, dados sobre a população quilombola que é recenseada como grupo étnico populacional. Dessa forma, a população quilombola é de mais de 30 mil no estado de Goiás, ou seja, é o 8º estado com maior população no Brasil considerando o total de quilombolas no país, de acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022)⁵.

No que diz respeito às políticas públicas, segundo moradores em umas das comunidades “Contenda”, no município de Monte Alegre de Goiás, que é umas das comunidades mais isoladas do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), essa comunidade não possui nenhum tipo de política pública. Além disso, não tem sequer energia elétrica e estradas, sendo que o deslocamento para essa comunidade é muito difícil. Não é todo lugar que possui estrada”, segundo o Diretor da Igualdade Racial do município. O rio que se atravessa de canoa é o rio Paranã, e em época de cheias a situação é muito pior, e ninguém consegue atravessar.

Em relação propriamente à questão das cheias, como é possível observar nas imagens abaixo, registradas entre dezembro e janeiro de 2021, as comunidades sofrem com as intensas chuvas que, frequentemente, deixam os povos tradicionais por meses completamente isolados. São várias as casas dos moradores feitas com adobe, ou seja, barro misturado com água, material que depois de secar é usado para levantar as paredes. As casas são feitas pelos próprios moradores da comunidade, porém quando chove um mês seguido as casas típicas das comunidades não resistem e, comumente, dezenas de moradores acabam ficando desabrigados⁶.

Figura 1 - Época de cheias na comunidade Vão do Moleque

⁵ Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo>

⁶ Cerca de 400 famílias quilombolas ficam isoladas após temporal em Goiás. São seis comunidades isoladas, cerca de 400 famílias hoje sem chegar à cidade e nem a gente chegar até eles, sem condições de levar assistência".... - Veja mais em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/12/27/comunidades-quilombolas-cavalcante-goias-chuvas-estradas-rios-pontes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso 20 de novembro de 2022.



Foto: comunidade Kalunga, Vão do Moleque, janeiro de 2024.

Figura 2, Época de cheias na comunidade Vão do Moleque



Foto: Quilombo Kalunga, Vão do Moleque, janeiro de 2021.

Figura 3, Época de cheias na comunidade Vão do Moleque



Foto: Quilombo Kalunga, Vão do Moleque, janeiro de 2021.

Figura 4. Casa de feita pelo tijolo de Adobe



Foto: Comunidade Kalunga Vão de Almas.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS

(Brasil, 2013), a maioria das comunidades quilombolas do Brasil vive abaixo da linha da pobreza, com taxa de 74,7%. Dessa forma, as comunidades quilombolas rurais não têm sequer água encanada, posto de saúde, e isso deveria estar garantido, como consta no Programa Brasil Quilombola, instituído a partir de 2007.

A maioria dessas comunidades são rurais e precisam de olhar especial do Estado. Sendo assim, se faz necessário os seguintes questionamentos: Quais as razões dos altos índices de vulnerabilidade? Por que o Estado não produz e implementa políticas que venham a dirimir os problemas históricos que reforçam a vulnerabilidade? É possível conjecturar que estas comunidades estejam sofrendo a omissão do Estado, considerando que algumas das principais atribuições do poder público seriam a fiscalização da aplicação da lei e a defesa da sociedade, funções que cabem aos dois poderes constituídos, sendo eles: o Legislativo e o Executivo (Brasil, 2013).

Uma evidência adicional da ausência da ação estatal nestes territórios consiste na persistência do transporte em carroceria de caminhão entre a cidade de Cavalcante e as comunidades; o que acontece também em Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. A prefeitura de Cavalcante alega que as estradas não são apropriadas para ônibus por causa do difícil acesso, até já colocaram um veículo mais adequado para o transporte, no entanto, quase tombou nas serras. A figura 5 ilustra esta persistente situação de debilidade dos transportes.

Figura 5. Mulher na carroceria do transporte



Foto: Arquivo pessoal do pesquisador, 17 de dezembro de 2022.

Segundo relatos dos moradores das comunidades, eles se sentem mais seguros andando nesses caminhões ao invés de ônibus que não tem tração e podem causar acidentes. Entretanto, podemos dizer que as viagens conduzidas por esses caminhões também são perigosas, mas é o único jeito das pessoas se locomoverem da comunidade para cidade e vice-versa. Grande parte dos moradores dessas comunidades com a renda, que é muito baixa, advinda do programa do governo federal, o Bolsa Família, vai uma vez por mês na cidade para fazer compras, e nesta viagem, os Kalunga compram insumos para o consumo mensal: gás, caixa de compras e até animais.

A respeito do acesso a políticas públicas, há um cenário complexo nas comunidades. Em 2015, a comunidade Kalunga vinha vivenciando alguns dos maiores casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes Kalunga do Estado de Goiás, e até políticos da cidade estavam envolvidos nas denúncias de abuso sexual. As denúncias foram feitas pelo Ministério Público local e tomou uma proporção maior, chegando até o gabinete da então presidente Dilma Rousseff, pelo fato do Estado de Goiás está descuidando dos casos de abusos contra as menores negras Kalunga.

Em entrevista realizada com a promotora de Cavalcante no ano de 2020⁷, segundo ela, a maioria das adolescentes vem para a cidade em busca de uma oportunidade de vida melhor. Por sua vez, as pessoas que moram na cidade, algumas delas ocupando cargos públicos e com uma razoável qualidade de vida, acabam ludibriando os pais das adolescentes que moram no quilombo que não tem condições de oferecer uma vida melhor para seus filhos. Então, pela necessidade, acabam deixando seus filhos morarem com essas pessoas.

Nestas circunstâncias, ocorrem absurdos abusos contra meninas quilombolas Kalunga. Dessa maneira, é possível associar, nesse momento crítico, tais ocorrências ao racismo e à desigualdade social que tanto afetam essas pessoas que não têm nenhuma estrutura de apoio e qualidade de vida.

Na entrevista com a promotora foram lembradas as denúncias de casos que ocorriam na cidade em que as adolescentes eram leiloadas, ou seja, os agressores leiloavam qual seria a menina abusada do dia. Essas denúncias geraram mobilização e a partir disso, veículos de

⁷ Entrevista realizada em 9 de outubro de 2020 para a pesquisa que resultou no trabalho final do Curso de Ciências Sociais, habilitação em Políticas Públicas deste autor, concluído na Faculdade de Ciências Sociais da UFG, em janeiro de 2021.

comunicação. O jornal *O Popular* e o portal *R7 da TV Record* começaram a acompanhar esses casos de perto. Nesta mesma entrevista, foi feita a seguinte pergunta à promotora: **V.Exa acredita que existe omissão do governo, e do poder público de maneira geral, para com os povos quilombolas da região de Cavalcante? Por quê?**

“Sim, isso é fato concreto. Estou aqui há 21 anos, e agora, depois que houve uma denúncia, onde a rede Record veio à cidade, somente depois dessas denúncias é que o Estado acordou para colocar um delegado de forma mais atuante. Nós não tínhamos delegado, nós não tínhamos juiz, nós tínhamos o Ministério Público apenas. O Ministério Público e o Conselho Tutelar, nós somos uma corrente. O delegado investiga, o promotor denuncia, e o juiz julga, se não tiver investigação, dificilmente terá uma denúncia. Quando a Record veio aqui, o que se observou? Que tínhamos vários casos parados na delegacia, nós não tínhamos delegados, o juiz vinha uma vez por semana, quando tinha um réu preso. O fato, tem que ter esses operadores do direito atuando aqui, sentindo a dificuldade daqui. Quando não tem um delegado e um juiz morando aqui, a culpa é do Estado. Nós tivemos aqui um psicólogo, que hoje está atuando na rede, e que nessa época, um prefeito daqui entregou esse psicólogo e cedeu para o judiciário. Esse psicólogo ficou mais de dois anos morando em Goiânia, e nossas crianças precisando de um psicólogo, e eu brigando no papel, falando, olha o que está acontecendo é uma vergonha, nós precisamos desse profissional aqui. Depois de mais de 2 anos falando é que esse profissional voltou para nós.”

Ainda sobre a questão da omissão do poder público nos territórios Kalunga, um dado alarmante apresentado pelo Jornal *O Popular* (2019) revela que a cidade de Cavalcante “possui o maior índice de estupro de vulnerável do Estado de Goiás, com taxa de 3,7 % casos por mil habitantes, enquanto em Goiânia o número é 0,43%”⁸. Segundo os órgãos competentes do município, a partir do momento em que os casos apareceram nos veículos de comunicação, as ocorrências na delegacia diminuíram.

Deste modo, feito este panorama sobre o contexto de vulnerabilidade e omissão do poder público nos territórios do quilombo Kalunga, vale indagar se a ausência de políticas públicas pode ser explicada pela localização geográfica das comunidades, que são distantes da capital do Estado. Pretende-se investigar se esse quadro de vulnerabilidade ocorre por ausência de recursos dos municípios para investir em políticas públicas, ou, também por outros elementos explicativos, como a manutenção de desigualdades, como racismo institucional e estrutural.

É preciso questionar, ainda, o engajamento do Estado em relação à construção de políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa está direcionada se há e quais são as políticas públicas construídas pelo poder municipal e estadual em relação à garantia de direitos dos

⁸ Popular, Cavalcante (GO) 14/set. 2019. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/casos-de-abuso-sexual-ainda-assombram-cavalcante-em-goi%C3%A1s-1.1887071>>. Acesso 10 de maio de 2023.

povos Kalunga do Estado de Goiás. A pesquisa pretende discutir o que o Estado e os municípios estão fazendo no combate à vulnerabilidade e à consequente desigualdade no território Kssalunga.

Quanto ao índice de pobreza, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mensura a incidência de pobreza subjetiva de cada município, que reflete o grau de desigualdade existente, segundo a renda domiciliar per capita. Em Cavalcante, a taxa é de 53,81%; em Teresina de Goiás, 58,32%; e em Monte Alegre de Goiás, 66,10%. Quando não há desigualdade, a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos é a mesma; quando a desigualdade é máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda. Além disso, ao observar a situação dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, os dados do IBGE de 2003 revelam expressivos indicadores de pobreza.

Quadro 1 - Indicadores de Desigualdade e Pobreza por município

2003/2020	CAVALCANTE	TERESINA DE GOIÁS	MONTE ALEGRE DE GOIÁS
Índice de Gini	0,45% / 0,62%	0,42% / 0,52%	0,44% / 0,61%
Incidência de Pobreza	49,18%	61,15%	61,73%
Incidência de pobreza subjetiva	53,81%	58,32%	66,10%

Fonte: censo demográfico 2000, 2010.

Por meio dos indicadores apresentados no Quadro 1, nota-se que nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás há tanto a incidência de pobreza, que mede o percentual de habitantes que vivem abaixo da linha da pobreza, como a incidência de pobreza subjetiva, que procura retratar uma autopercepção das condições de vida da população. A incidência de pobreza dos municípios de Teresina e de Monte Alegre são mais elevados em comparação aos índices da cidade de Cavalcante. Assim, é notório observarmos que a região que concentra a população negra, boa parte é do território Kalunga, que é

marcadamente pobre.

Esse trabalho tem a seguinte estrutura: o capítulo 1- abordará os conceitos sobre raça, trazendo posicionamentos dos autores Silvio de Almeida (2019) sobre o racismo estrutural, institucional e ambiental, além de uma abordagem antirracista com posicionamentos de Djamila Ribeiro (2019). Logo em seguida, abordamos a história do povo Kalunga e suas especificidades por meio da agricultura familiar, políticas de promoção de igualdade racial, políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas como um todo.

O capítulo 2 aborda o conjunto de dados que podem contribuir para a melhor percepção das vulnerabilidades nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Desta sorte, iremos trazer dados sobre as desigualdades entre as populações cotejando por raça e fazendo um posicionamento do Estado em observação a esses municípios goianos, tais como: índice de pobreza, saúde, educação e transportes.

O capítulo 3 - aborda o ciclo da política pública, como um todo, cujas etapas são: a montagem da agenda, identificação do problema, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e monitoramento, trazendo posicionamento do Estado e suas responsabilidades de formulador e implementador de política pública, discutindo como essas políticas podem ser implementadas e chegar em quem mais precisa. Iremos abordar essas políticas para as comunidades quilombolas Kalunga que vivem em situações de vulnerabilidade social.

Capítulo 4- aborda a metodologia realizada ao longo do desenvolvimento da pesquisa sobre o assunto: A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais. Em seguida trataremos dos instrumentos de dados estudados junto aos órgãos competentes de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás e suas análises sobre o assunto abordado.

E por fim, o capítulo 5- apresentar os resultados de um roteiro de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos três órgãos dos municípios e um representante do Estado. Foram formuladas e levantadas pelo entrevistador questões pertinentes ao tema desta pesquisa. Expomos, ainda, a perspectiva de cada entrevistador, suas análises e posicionamento sobre o Estado e municípios.

CAPÍTULO 1

OS DIFERENTES TIPOS DE RACISMO E A ABORDAGEM ANTIRRACISTA

Nesse capítulo, abordaremos os conceitos sobre raça, trazendo posicionamentos dos autores Silvio de Almeida (2019) a respeito do racismo estrutural e institucional, e uma abordagem antirracista com os posicionamentos de Djamila Ribeiro (2019). Logo em seguida, abordamos a história do povo Kalunga e suas especificidades por meio da agricultura familiar, políticas de promoção de igualdade racial, e políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas como um todo.

Campos *et al.* (2014) entendem que ao longo da história recente, o Brasil foi identificado com conflitos raciais em todos os estados da federação, afirmando, ainda, que o país possui uma das maiores populações periféricas do mundo. Por causa do mito que diz que há convivência harmoniosa entre as várias cores e raças que compõem a população, há afirmações da prevalência de uma democracia racial. Na teoria, supostamente, todos vivem bem.

Contudo, o movimento negro não reclamaria sobre as desigualdades sociais, os índices de pobreza e vulnerabilidade se as pessoas não sofressem racismo diariamente (Campos *et al.* 2014). Para Jaccoud (2008, p.46), “o racismo é amplamente reconhecido como princípio ativo do processo de colonização”. Ou seja, o racismo é um fenômeno que ocorre pelo menos desde o período colonial, e em parte se explica pela tentativa de manutenção do grupo identificado como branco. Abordando o perfil da população pobre no Brasil e sua incidência sobre grupos específicos, os dados abaixo do IBGE (2023) evidenciam a interseção entre raça e pobreza:

As diferenças foram mais significativas na análise por cor ou raça, pois pessoas pretas ou pardas representavam mais de 70% dos pobres e extremamente pobres. Essas diferenças também se mantiveram nas taxas de pobreza e extrema pobreza: 7,7% das pessoas de cor ou raça preta ou parda eram extremamente pobres em 2022 (contra 3,5% entre brancos) e 40,0% eram pobres (contra 21,0% de brancos). Entre as mulheres pretas ou pardas, esses percentuais foram ainda maiores, chegando a 8,0% de extremamente pobres e 41,3% de pobres. O arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas responsáveis, sem cônjuge e com presença de filhos menores de 14 anos de idade também foi aquele que concentrou a maior incidência de pobreza: 22,6% dos moradores eram extremamente pobres e 72,2% eram pobres (IBGE, 2023, p. 75).

De acordo com Silvio Almeida (2019), o racismo é uma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta consciente ou inconsciente direcionada à pessoa negra. A discriminação racial consiste em um tratamento diferenciado, relacionado ao grupo de pessoas negras.

O racismo estrutural está relacionado à população negra que vive o preconceito racial e a discriminação no dia a dia, sobretudo, quando o racista se manifesta por meio de um discurso que coloca a pessoa negra em uma posição inferior.

O termo estrutural segundo Almeida (2019), está interligado à desigualdade racial que é uma característica da sociedade de classes, na qual aqueles que exercem um domínio político e econômico situam-se em posições superiores. Portanto, torna-se necessário o estabelecimento, por parte do Estado, de políticas sociais para grupos historicamente marginalizados, aos quais não foi garantido educação, moradia, e muitos menos saneamento. É de suma importância que os conhecimentos preservados dentro dos quilombos sejam levados em consideração na construção de políticas públicas. Como afirma Almeida:

A política, devido a características específicas da sociedade contemporânea sobre as quais falaremos adiante, passa pelo estado, ainda que não se restrinja a ele. Um exemplo está na ação de grupos e movimentos sociais. Grande parte de suas reivindicações - por mais específicas que possam ser - é dirigida ao poder estatal na forma da “luta por direitos”, como igualdade, liberdade, educação, moradia, trabalho, culturas etc. O movimento pela abolição da escravidão, de luta pelos direitos civis e contra a segregação racial são exemplos de um fazer político que, mesmo confrontando as instituições, foi em algumas medidas conformados por dinâmica jurídico – estatal (Almeida, 2019, p. 86).

Dentre várias funções, as políticas públicas são um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (federal, estadual e municipal) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados. No período da escravidão, surgiram os quilombos que é um local de luta e resistência e de difícil acesso.

Na literatura especializada, enfatiza-se a necessidade dos negros de criarem quilombos como uma fuga da escravidão. Mas existiam outras formas bem mais contundentes de o ex-escravo se negar ao regime de opressão. Havia abortos, suicídios, assassinios de senhores e até mesmo de toda a sua descendência. Portanto, consideramos que a fuga aos maus-tratos da escravidão não era um motivo tão forte que levasse grandes números de negros a optar por uma vida paralela, comunitária e socializante. Isto é, os maus-tratos e os castigos corporais não levariam multidões de homens a criar sociedades ou assentamentos (Nascimento, 1942-1995, p. 72).

Em 1888, a então princesa Isabel sancionou a Lei Áurea que dava liberdade aos

escravizados. Contudo, da lei sancionada, ainda encontravam ex-escravizados sendo explorados pelos seus senhores em troca de comida, ou seja, não foram pensadas políticas públicas que garantissem um terreno para o plantio para que pudessem dignamente ter a sua sobrevivência.

Os quilombos, além de serem locais de refúgio na época da escravidão, também se tornaram a única forma de resistência dos ex-escravos após a Lei Áurea, pois não foi elaborada uma política pública pós-abolicionista, que concedesse um apoio socioeconômico aos negros. O estilo de vida quilombola, não focado na produção excedentário-econômica, mas sim num estilo de vida mais comunitário (herança dos princípios usados na África e que fora reproduzido nas diásporas forçadas dos negros para o Brasil), vai de encontro à sociedade individualista brasileira inserida no modo de produção capitalista (Silva, 2018, p. 116).

Ainda segundo Silva (2018), mesmo no contexto da sociedade capitalista brasileira, não se previu políticas públicas para garantir a sobrevivência dos povos quilombolas. Assim, os quilombolas ficaram à mercê do Estado brasileiro. Somente após um século da proclamação da Lei abolicionista, com a Constituição de 1988 passou a ser previsto, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aos quilombolas remanescentes das comunidades a viabilização de políticas públicas focadas aos quilombos.

Segundo Rodrigues, “as políticas públicas no Brasil possuem um histórico complexo que abrange desde sua elaboração teórica até sua aplicação prática” (Rodrigues, 2010, p. 264). Isto é, o Brasil possui uma boa legislação com relação às políticas públicas, mas é preciso que saiam do papel. Na teoria, a elaboração das políticas públicas é muito eficiente, e as dificuldades residem na implementação. Em muitos casos, os municípios passam por dificuldade de falta de recurso, sobretudo nas comunidades quilombolas, o que inviabiliza o processo de implementação.

Desta maneira, Rodrigues (2010) observa que os planos das políticas públicas que consistem em elaborar, propor e promover políticas governamentais é dever do Estado. Portanto, o Estado reconhece a garantia de atuar em situação de vulnerabilidade social que acontece, por exemplo, nos municípios onde há quilombos. Nesse caso, tem que haver a implementação de uma política pública ofertada pelo Estado que inclua as situações de risco em que se encontram as famílias quilombolas.

Em 12 de março de 2004 foi lançado o Plano Brasil Quilombola 1, com o intuito de levar políticas públicas para as comunidades quilombolas. Essa política está na agenda social

quilombola estabelecida pelo Decreto nº 6261 de 2007, isto é, abrange diversas áreas para as comunidades, como por exemplo: ter acesso à terra para o plantio, infraestrutura e qualidade de vida, além da oferta de serviços de saneamento, saúde, moradia, energia, e etc. (Brasil, 2013). O programa compreende um conjunto de ações destinadas às famílias que vivem em situações de vulnerabilidade social, priorizando o atendimento aos cidadãos que estão inscritos no CadÚnico do governo federal.

O programa visa o atendimento de famílias moradoras de áreas rurais com acesso precário à água, inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e que apresente renda familiar por pessoa de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais, além de aposentados que, independente do valor da renda vivem exclusivamente da renda previdenciária. Todos os municípios do semiárido que possuam famílias nessas condições já estão inseridos no Programa, e serão atendidos por meio dos Governos estaduais ou das instituições vinculadas ao Ministério da Integração Nacional: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. As comunidades quilombolas são priorizadas nesse programa (Brasil, 2013, p. 23).

Para Pedro e Jacobi, “o papel dos municípios, num estado democrático, se consubstancia na materialização das coletividades municipais como receptores da participação cidadina nos assuntos públicos” (1989, p. 42), isto é, autonomia da gestão pública dos municípios tem que ter uma participação social voltada para as classes sociais que vivem na linha da pobreza, entre elas as comunidades quilombolas.

A maioria dos municípios sofrem com a falta de recursos, os grandes desafios são na implementação de políticas públicas, para tanto, tem que haver a participação de outros entes de governo, estadual e federal. Segundo Calheiros; Stadtler, “os quilombos, por sua vez, acompanham a história brasileira desde seus primórdios” (2010, p.134). Os quilombos no Brasil ainda não são compreendidos por uma boa parte da população brasileira, e para outros, as comunidades quilombolas são sustentadas pelo Estado brasileiro.

Portanto, uns dos quilombos mais conhecidos foi o quilombo dos Palmares, que ficou famoso pela luta contra a escravidão, e os demais ficaram esquecidos pelo Estado. Contudo, o Estado tem que ter capacidade de ofertar políticas públicas na área da educação, segurança e transporte. Além disso, contribuir com a estrutura de assistência social para as comunidades negras quilombolas. Assim sendo, as políticas públicas implementadas refletem a capacidade de ação do Estado e especificamente do município em responder às demandas de grupos carentes.

1.1 Racismo Estrutural, Institucional e Ambiental: uma abordagem antirracista

Segundo Rangel, “os grupos discriminados racialmente e as populações de baixa renda, ou seja, grupos vulneráveis e marginalizados são obrigados a arcar com a maior carga dos danos ambientais oriundos do processo de desenvolvimento” (2016, p. 129). Nesse sentido, podemos destacar que o racismo ambiental é uma forma de injustiça ambiental que ocorre quando determinadas comunidades, geralmente minoritárias, enfrentam impactos desproporcionais e negativos de políticas ambientais, práticas industriais e de desenvolvimento, em comparação com outras comunidades.

Para a autora, “a concepção de racismo ambiental tem seu cerne direcionado à injustiça racial e na evidência de que grupos racializados sofrem, de maneira desproporcional, os custos sociais de maneira geral” (Rangel, 2016, p. 134). Isto é, no caso das comunidades Kalunga enfrentam dificuldades no acesso a serviços básicos como água potável, saneamento adequado, eletricidade em algumas localidades e cuidados de saúde de qualidade. Isso pode ser resultado de negligência por parte das autoridades ou de políticas discriminatórias que marginalizam essas comunidades. Para tanto, muitas vezes, as comunidades Kalunga são excluídas dos processos de tomada de decisão que afetam diretamente suas vidas e seu ambiente. Isso pode resultar em políticas e práticas que perpetuam a marginalização e a desigualdade. A autora afirma que:

O cenário de desigualdade racial verificado, principalmente, em relação às comunidades quilombolas encontra vinculação direta com a problemática de justiça ambiental e caracterizam exemplos de racismo ambiental, “pois determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros e uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos” (Silva, 2011, p. 5 apud Rangel, 2016, p. 135).

Combater o racismo ambiental nas comunidades Kalunga requer um esforço conjunto que envolve o reconhecimento e respeito pelos direitos territoriais e culturais dessas comunidades, a inclusão delas nos processos decisórios, o fortalecimento de suas capacidades para lidar com os desafios ambientais e a promoção de uma abordagem de desenvolvimento sustentável que respeite e valorize seu modo de vida tradicional. Ribeiro (2019) destaca as

consequências do racismo estrutural sobre a população negra e as privações decorrentes deste sistema.

POR CAUSA DO RACISMO ESTRUTURAL, a população negra tem menos condições de acesso a uma educação de qualidade. Geralmente, quem passa em vestibulares concorridos para os principais cursos nas melhores universidades públicas são pessoas que estudaram em escolas particulares de elite, falam outros idiomas e fizeram intercâmbio. E é justamente o racismo estrutural que facilita o acesso desse grupo (Ribeiro, 2019, p. 22).

Diante disso, a população brasileira em geral tem que apoiar as políticas de cotas nas universidades públicas, pois elas são um divisor de águas em nossas vidas. Por causa das políticas de ações afirmativas, me formei em Ciências Sociais, habilitação em Políticas Públicas, pela Universidade Federal de Goiás. Nós negros quilombolas não temos as mesmas condições que o filho de pessoas brancas, que sempre estudou nas melhores escolas, fez cursinho, fez aula de inglês e ao fazer o Enem, acaba se saindo melhor e tirando notas altíssimas e consegue entrar nas melhores Universidades do país. Por essa razão, é preciso investir em uma política educacional voltada à população quilombola.

[...] a Educação Quilombola deve ter como objetivo “eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, [...] e outros” (Jesus; Carvalho; Silva, 2022, p. 10).

Todos nós sabemos que a educação escolar quilombola, que é uma modalidade da educação básica, cujos fundamentos podem ser encontrados no parecer CNE/CP nº 03/2004, e ainda em parecer anterior, o CNE/CP nº 01/2004, os quais obrigam os ensinos das histórias e culturas quilombolas, ou seja, uma educação voltada para o cotidiano de cada cidadão quilombola. Entretanto, a educação quilombola não é trabalhada como deveria ser nos quilombos. Eu, por exemplo, vim conhecer a história do meu povo na Universidade.

Na atualidade, as pessoas negras são levadas a aceitar a sua condição racial, tornando-se conscientes da importância da aceitação. No quilombo, por exemplo, onde todos são pretos, pesquisadores da Universidade Federal de Goiás identificaram por meio da pesquisa intitulada: “Determinantes Sociais da Saúde e Qualidade de Vida Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado de Goiás” Santana et al. (2024) práticas racistas por trabalhadores da saúde. Sabemos o que é o racismo, também, a partir do convívio com outras

peessoas, principalmente, nas cidades grandes; quando entramos em estabelecimento como: supermercado, shoppings, etc.

As pessoas brancas geralmente têm um tratamento melhor nas questões sociais devido à forma como o nosso país foi estruturado desde a falsa abolição que privilegia os brancos em detrimento aos negros e reflete até os dias atuais e, também, as gerações futuras. Dessa forma, Djamila Ribeiro (2019) afirma que:

Essa divisão social existe há séculos, e é exatamente a falta de reflexão sobre o tema que constitui uma das bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial. Por ser naturalizado, esse tipo de violência se torna comum. Ainda que uma pessoa branca tenha atributos morais positivos — por exemplo, que seja gentil com pessoas negras —, ela não só se beneficia da estrutura racista como muitas vezes, mesmo sem perceber, compactua com a violência racial (Ribeiro, 2019, p. 12).

Ainda com Djamila Ribeiro, “a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África” (2019, p. 13). Se formos considerar essa acentuada proporção, as pessoas negras deveriam ser a maioria em espaços de poder, por ser a maioria do país. Como isto está longe de constituir a realidade brasileira, fica evidente que as pessoas brancas possuem muitos privilégios pelo fato de serem apenas brancas. Em situações cotidianas, ainda é muito comum nos depararmos com certo privilégio no atendimento entre um cidadão branco e um negro, certamente o branco vai ser o primeiro atendido.

Em certo momento já me deparei com situações de preconceito, quando, por exemplo, estou em um estabelecimento, e chega uma pessoa branca e pergunta: “você trabalha aqui?” Homens negros são as pessoas que mais sofrem racismo, quando andam de moto ou de carro são parados pela polícia, que inquirir “para onde vai e de onde está vindo?”. São tipos de questionamentos que nos colocam em uma situação inferior.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégio para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 32)

Veja outro destaque mencionado por Djamila Ribeiro (2019):

Devemos aprender com a história do feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras “branco”, “negro”, “racismo”, “racista”. Dizer que determinada atitude foi

racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações. A palavra não pode ser um tabu, pois o racismo está em nós e nas pessoas que amamos- mais grave é não reconhecer e não combater a opressão (Ribeiro, 2019, p. 10).

Em um importante passo para diminuir a persistência do racismo e de suas consequências em nossa sociedade, em janeiro de 2023, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.532 de 2023⁹, que tipifica a injúria racial como crime de racismo. Os cidadãos antirracistas, como Silvio de Almeida e Anielle Franco à época, estavam à frente, respectivamente, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Ministério da Igualdade Racial.

O racismo no Brasil tem como premissa a colocação da raça como fundamento. Em Goiás, por exemplo, há duas delegacias de combate aos crimes raciais, tendo como base Goiânia e Anápolis. Essas unidades, portanto, possuem atendimento às vítimas de Crimes Raciais e Delito de Intolerância- GEAGRI tendo como delegado, o Dr. Joaquim Filho Adorno dos Santos na unidade Goiânia e o delegado Manoel Vanderic, responsável pelo grupo de Anápolis. Essas unidades possuem uma equipe multidisciplinar para atendimentos às vítimas de crimes raciais.

Podemos dizer que é preciso combater essa opressão contra a população negra, pois a desigualdade social e racial afeta a vida das pessoas. Nesse sentido, para combater essa opressão no país existem legislações que combatem o racismo. No quadro abaixo, elencam-se as legislações federais, com validade em todo o território nacional.

Quadro 2 – Legislação federal específica à discriminação racial

Ano	Legislação	Disposição
1988	Constituição Federal (Art. 5º inciso XLII)	Determina que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei”
1989	Lei federal nº 7.716	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

⁹Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo e injúria racial, prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

1997	Lei federal nº 9.459	Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor
2010	Lei federal nº 12.288	Institui o Estatuto da Igualdade Racial
2023	Lei federal nº 14.532	Tipificar como crime de racismo a injúria racial, prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público

Fonte: elaboração própria. Dados da legislação Federal.

Todavia, existem poucos estados da Federação que possuem grupos especializados em atendimentos a crimes raciais. De acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB), em pesquisa realizada em outubro de 2015, no Brasil, pretos e pardos representam 53,62% de toda a população, enquanto em Goiás este percentual é de 60,22%” (IMB, 2015).

1.2 História do Quilombo Kalunga

O Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK) se estende pelos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte de Alegre de Goiás com uma área de 261.000 hectares, como é possível observar no mapa abaixo A história do povo Kalunga começa quando as primeiras pessoas chegam do continente africano para submeter a mão de obra escrava nos garimpos do estado de Goiás, em meados do século XIX.

Os moradores mais velhos das comunidades nos contam que seus ancestrais lhes contaram, e foi passado de geração a geração, que os negros e negras não sucumbiam a maldade que os senhores de garimpo faziam, e assim fugiam para lugares bem distantes e de difícil acesso. É importante observar que quilombo não é um lugar de negros fugidos, mas sim um lugar de luta e resistência. No livro “Uma História do povo Kalunga” (Brasil, 2001) registra-se que:

São histórias daqueles primeiros tempos, contadas pelo pai do seu avô e, antes dele, pelo avô de seu bisavô. Dizem que ali naquelas serras havia uma mina chamada Boa Vista. Ali os escravos trabalhavam de sol a sol, cavoucando as grupiaras para tirar

aqueles montões de cascalho que depois eles lavavam, nos regos que traziam a água dos rios e córregos, para separar o ouro. O trabalho era difícil e a vida dura. Porque, como era de costume, por qualquer pequena falta que o escravo cometia, lá estava o senhor para aplicar-lhe os castigos. Eram presos no tronco pelos pés e as mãos. Amarrados no pelourinho, apanhavam com o chicote molhado que lanhava suas costas. E a palmatória cantava, batendo em suas mãos. Os mais velhos ouviram até mesmo contar que, quando um escravo fugia e o senhor pegava de volta, costumava queimar os pés dele com gordura quente, para não poder mais fugir. Mas quem segura um escravo que sonha com a própria liberdade? Por isso os escravos, apesar dos castigos, continuavam tentando fugir. Ir para onde? Cada vez mais longe, para o lugar mais distante, onde ninguém pudesse alcançar. E isso era o que não faltava naquelas terras de Goiás. Quem passa hoje pela região da Chapada dos Veadeiros compreende por que os escravos que fugiam das minas iam se refugiar ali. A Chapada é um mar de serras e morros cheios de buritis que se estendem até onde a vista alcança. O território Kalunga é cercado delas. Serra do Mendes, do Mocambo, Morro da Mangabeira, Serra do Bom Jardim, da Areia, de São Pedro, Moleque, Boa Vista, Contenda, Bom Despacho, Serra do Maquine, Serra da Ursa. São encostas íngremes, cheias de pedra. Os caminhozinhos estreitos fazem curvas e sobem cada vez mais, quase perdidos no meio do mato. Depois, do outro lado, os paredões de pedra caem quase a pique nas terras baixas dos vales, como muralhas impossíveis de ultrapassar (Brasil, 2001, p. 23).

No período colonial e imperial, os quilombos eram sinal de perigo e por isso que muitas vezes, os capitães do mato não iriam atrás. Muitos guerreiros sendo cativos fugiam dos cativeiros para a região da Chapada dos Veadeiros e assim foi formando o quilombo Kalunga. Para tanto, famílias foram se adaptando construindo suas famílias e tendo uma vida de liberdade. “Quando os primeiros quilombolas chegaram por lá, já encontraram os indígenas. Por centenas de anos, povos de diversas nações, como os *Acroá*, *Caepuxi*, *Xacriabá*, *Xavante*, *Kaiapó*, *Karajá*, *Avá-Canoeiro*” (Brasil, 2001, p. 24).

Segundo moradores das comunidades, seus ancestrais tiveram conflitos com os indígenas. Meu avô, por exemplo, teve seu irmão morto por causa de uma arapuca que ele armou e os indígenas pegaram a caça que estava na armadilha. O irmão do meu avô ficou muito bravo e começou a xingar, e os indígenas o mataram, deixando o corpo no batente da porta da casa de seus familiares para que servisse de exemplo para seus pais e moradores que soubessem educar seus filhos.

Entretanto, meus avós contam que antigamente não chegavam a ver os povos indígenas, mas que ouviam barulhos deles nos arredores da casa, assovio e toque de gaita feita de bambu, e, também, meus avós tentavam se comunicar com eles, tipo: “meus compadres não façam nada conosco pois somos uma boa gente”. Obviamente, os indígenas não entendiam o português, mas entendiam que não queriam conflitos. A minha avó dizia que quando minha mãe era criança, foi levada por indígenas e ficou dois dias com eles, logo eles

devolveram para minha avó pedindo com toda educação. A relação entre quilombolas e indígenas não era, no entanto, permanentemente conflituosa.

Mas os índios também não eram inimigos dos negros do quilombo. Os mais velhos também contam que era costume tratar os índios por tapuias ou compadres e que todos tomavam cuidado para não assustar ou aborrecer os compadres quando eles andavam por perto das casas. Tinham que aceitar como brincadeira até as coisas um pouco malvadas que eles às vezes faziam, por malineza, como diz o povo Kalunga. Coisas assim como pegar a comida que ficou de noite na panela fora de casa, fingir que estavam roubando uma galinha ou até mesmo levar embora um menino Kalunga, para só devolver uns dias depois... Eles deviam fazer isso para saber se podiam mesmo confiar nos negros e se aproximar deles (Brasil, 2001, p. 26).

Uma noite daquelas, minha mãe estava na roça de arroz vigiando pássaros, como: periquito, papagaio, jacu, entre outros, e dormiam todos ali mesmo. Quando começou a anoitecer de repente veio uma pedra no meio da floresta e caiu perto de nós que estávamos jantando nesse dia, e minha mãe disse: “não tenha medo meninos, são os compadres brincando”. Minha tia-avó, que ainda é viva, dizia que deixavam arroz em cima do jirau para que eles pegassem, e os indígenas retribuía o gesto com uma caça como: tatu, paca, veado que deixava no jirau do lado de fora da casa.

Contudo, o povo Kalunga devagarinho foi se aproximando dos rios, montando suas famílias no vale do rio Paranã, onde se forma o maior quilombo do Brasil e de Goiás, conforme descrito na passagem abaixo:

Assim, devagarinho, o povo Kalunga foi se estendendo pelas serras em volta do Rio Paraná, por suas encostas e seus vales, que os moradores chamam de vãos. Como viviam em propriedades mais ou menos isoladas, as famílias se distribuíram com largueza por aquelas terras. Hoje eles ocupam um vasto território que abrange parte de três municípios do Estado de Goiás: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Nesse território, existem quatro núcleos principais de população: a região da Contenda e do Vão do Calunga, o Vão de Almas, o Vão do Moleque e o antigo Ribeirão dos Negros, depois rebatizado como Ribeirão dos Bois. E é assim que os moradores se identificam, quando se pergunta de onde eles são: do Vão de Almas, da Contenda, do Moleque..., mas nem sempre eles falam só desses núcleos para dizer onde moram. Falam das pequenas localidades que existem nesses lugares maiores, porque é lá que eles de fato vivem. Falam de lugares que se chamam Riachão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'Água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Vargem Grande, Engenho, Funil, Capela e mais dezenas de outros nomes (Brasil, 2001, p. 30).

Assim, “Kalunga é uma palavra comum entre muitos povos africanos e foi com eles que ela veio para o Brasil” (Brasil, 2001, 31). Ou seja, Kalunga significa tudo de bom, tudo

de melhor e também é ligada às crenças religiosas de matriz africana, por exemplo, minha avó e sua irmã, como minha mãe e sua prima são rezadeiras e benzedoras.

Por isso, no cortejo do império de reis e rainhas nas festas culturais nas comunidades quilombolas, suas vestes coloridas são voltadas à cultura de matriz africana, como podem observar na figura 6.

Figura 6, cortejo do império na comunidade Vão de Almas



Foto: Alcileia Torres, agosto de 2023.

Figura 7. Festa na comunidade Kalunga Vão de Almas



Foto: Festejo Romaria no Vão de Almas. Adaptado pelo autor, agosto de 2022.

Figura 8: Sussa uma dança cultural nas comunidades quilombolas.



Foto: Festejo Romaria no Vão de Almas. Adaptado pelo autor, agosto de 2022.

Como podem observar nas imagens acima, as comunidades quilombolas Kalunga são

voltadas para cultura de matriz africana. Suas festividades são compostas por apresentações religiosas, dentre elas: o império do divino do espírito santo que acontece no dia 14 de agosto na comunidade Kalunga Vão de Almas e no Vão do Moleque, sendo a maior comunidade em extensão, possuindo várias localidades diferentes. Na comunidade do Prata, no dia 11 de junho festeja-se a romaria do Santo Antônio; no dia 19 de julho, a comunidade Salinas festeja o São Sebastião e no dia 14 de setembro, a comunidade Capela festeja a romaria de São Gonçalo e no dia 15, Nossa Senhora do Livramento, no último dia 16, celebra-se o levantamento do mastro de nossa senhora da Conceição. Dentre essas festividades há várias celebrações religiosas, como: procissões de candeias ao redor do mastro, cortejos pelas ruas e vilas do festejo organizado pela rainha e o imperador, e no final do império há a “sussa” uma dança cultural dos povos quilombolas, mais principalmente dentro da comunidade Kalunga, a escolha dos novos imperadores do ano seguinte.

Por sua vez, os Kalungas que chegaram primeiro nessa região tiveram que se adaptar ao clima e também conhecer a natureza para que pudessem sobreviver, observar e conhecer o tempo para o plantio, escolher as melhores árvores para fazerem suas casas que aguentem o chão, madeira para pilão, o melhor barro para construção de potes e botijas. Sendo assim, podemos dizer que até hoje, os Kalungas se alimentam do que plantam, além da caça.

Já se vê que o povo Kalunga, que dependia do conhecimento da natureza para a sua sobrevivência, aprendeu também a preservá-la. Esses descendentes de africanos, que respeitavam os seus antepassados, sabiam que a natureza devia ser respeitada, para que seus recursos pudessem ser utilizados pelos seus filhos e netos e os netos dos seus netos. Esse conhecimento até hoje faz parte do modo de vida do povo Kalunga (Brasil, 2001, p.36).

A vida dos povos quilombolas Kalunga era muito dura, eles viajavam meses em busca de sal para temperar comida e querosene para acender as lamparinas. Todavia, meus avós contam que meu bisavô viajava um mês para Barreira no estado da Bahia para comprar esses utensílios. Às vezes, as pessoas perguntavam: por que ela não ia até Cavalcante, que era a cidade mais próxima? Naquela época não existia estrada para as cidades do território Kalunga, o acesso às comunidades ainda é de difícil acesso atualmente, imagine naquela época sem estrada.

Entretanto, muitos Kalunga viajavam quilômetros, como nós Kalungueiro dizemos, léguas, com bagagem atrelado ao lombo do burro com duas bruacas no lombo do animal para

a cessar a cidade. Eles vendiam farinha, arroz, como também vendiam pele de veado caaitu, canela de ema, sabão de tinguí ou timbó. Hoje em dia as coisas estão mais acessíveis, muitos Kalunga possuem estrada na porta, mas ainda ficam dias à beira da estrada esperando caminhão para que a cessem a cidade.

O que significa ser Kalunga? São histórias do tempo antigo que ainda emergem nos dias atuais. São nas festas que nós compreendemos o que é ser Kalunga de verdade, ou seja, os encontros e reuniões das famílias, tios, primos, avós, e são nessas festas que acontecem os namoros que acabam em casamento. “Mesmo no tempo do Brasil Colônia, o tempo da escravidão, a festa sempre foi o momento em que os arraiais e as vilas se enfeitavam para celebrar acontecimentos especiais, por todo o Brasil” (Brasil, 2001, p.49).

Quando se fala em povos kalungas, não estamos falando só de pessoas ou da população, mas de um conjunto, de um território (população, terras, culturas, saberes, modo de vida etc.), e foi esse conjunto que nos manteve vivos até os dias atuais (Dias, 2016, p. 27).

As festas sempre têm os seus momentos de devoção e também de diversão, as rezas, novenas, procissões de cadeias arredores do mastro e arrasta pé com os tocadores, pessoas em roda do salão de dança esperando o momento oportuno para convidar a kalunga para dançar.

O ser Kalunga é viver a ancestralidade e participar sobretudo da cultura Kalunga, os batizados em casa, folia, “as rezas”, os benzimentos, como podem observar na imagem abaixo.

Figura 9: Rezadeiras rezando na romaria de Santo Antônio na região do Prata



Foto: Arquivo pessoal do pesquisador, junho de 2023

Mas porque Kalunga com “K” e não com “C”? Assim, iremos abordar o significado da palavra Kalunga:

Mas, escrito com c, calunga é uma palavra de muitos sentidos, que se incorporou à língua do povo brasileiro. Quer dizer coisa pequena e insignificante, como o ratinho camundongo que no Nordeste do Brasil se chama calunga ou então catita. E quer dizer também pessoa ilustre, importante. E também é o nome que se dá à boneca que sai nos cortejos dos reis negros dos Maracatus de Pernambuco. E ainda significa a morte, o inferno, o oceano, o senhor, conforme se diz nos livros. Mas, na terra do povo Kalunga, calunga é mesmo o nome de uma plantinha (*simaba ferruginea*) e do lugar onde ela cresce, perto de um córrego que também tem esse mesmo nome.

A gente costuma pensar que as palavras são só os nomes das coisas, mas esquece que elas circulam entre as pessoas. E, conforme vai passando o tempo, as palavras vão ficando carregadas de muitos significados que estão nas ideias das pessoas. Kalunga é uma palavra comum entre muitos povos africanos e foi com eles que ela veio para o Brasil. Era normal por isso que os próprios africanos fossem chamados assim, calungas. Este era apenas um outro modo de dizer negros. E como os colonizadores portugueses consideravam todos os negros inferiores, é fácil entender por que a palavra calunga, nome que eles davam aos negros, passou a querer dizer também coisa pequena e insignificante, como o camundongo catita do Nordeste.

Mas, quando se pensa no sentido da palavra kalunga para os próprios africanos, tudo se inverte. Entre os povos chamados congo ou angola, por exemplo, que foram dos primeiros a serem trazidos para o Brasil como escravos, kalunga era uma palavra ligada às suas crenças religiosas. Ela se referia ao mundo dos ancestrais. Como já se disse no começo desta história, eles acreditavam que as pessoas deviam prestar culto aos seus antepassados, porque era deles que vinha a sua força. Para eles, o mundo era representado como uma grande roda cortada ao meio e em cada metade havia uma grande montanha. Numa metade da roda, o pico da montanha ficava virado para cima. Mas na outra metade a montanha estava invertida, de cabeça para baixo. De um lado da roda, a montanha de cima representava o mundo dos vivos. De outro, a montanha de ponta cabeça representava o mundo dos mortos, terra dos ancestrais.

As duas montanhas eram separadas por um grande rio que eles chamavam de kalunga. Por isso, para eles, kalunga era o nome desse lugar de passagem, por onde os homens podiam entrar em contato com a força de seus antepassados.

Já se vê assim que, se os africanos associavam a palavra kalunga à morte e ao mundo dos mortos, era de um jeito muito diferente do nosso. Para nós, hoje em dia, o cemitério, morada dos mortos, é um lugar triste e assustador. Para eles, kalunga era o que tornava uma pessoa ilustre e importante, porque mostrava que ela tinha incorporado em sua vida a força de seus antepassados. Era assim que agiam os reis, que só governavam enquanto eram capazes de manter seu povo unido em torno dessa força comum dos antepassados. Por isso, no cortejo dos reis e rainhas dos Maracatus, sempre foi obrigatória a presença da boneca que chamam kalunga. Ela é um símbolo da realeza africana e do poder dos ancestrais (Brasil, 2001, p. 32-32).

Durante a década de 1960 e 1970 se sabia da existência do povo Kalunga por meio de reportagens de jornais e revistas. Porém, apenas posteriormente, a antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi iniciou os estudos no território Kalunga no ano de 1982, com o apoio da Universidade Federal de Goiás.

A viagem da pesquisadora Mari conosco, os Kalungas, foi bastante conflituosa, pois não existia rodagem até as comunidades, no seu livro “Kalunga povo da terra”, menciona que “no dia 10 de junho de 1982, com uma tropa de oito animais e as bruacas¹⁰ com nossa carga, fomos para as serras e vão, habitat dos Kalunga” (Baiocchi, 1999, p. 15).

Para tanto, podemos dizer que na época de 1980 e 1982 até 1990, nós Kalunga não tínhamos costume com pessoas brancas. Era normal com a chegada de Baiocchi, os Kalunga julgá-la e pensar que com a sua chegada haveria possibilidades de ter uma nova escravidão. Essa ideia de escravidão nos amedrontou por muitos anos. Mari Baiocchi afirma que:

Os Kalunga não esqueceram sua origem, e, a partir daí, quando lá chegamos em 1982, ficaram apreensivos, julgando que nossa presença pudesse significar uma nova escravidão. Alguns escondiam-se para não nos receber. Para os moradores das serras o perigo da escravidão não havia passado. Acreditavam que a escravidão havia chegado e que seriam presos e levados embora dali. A escravidão era encarada como um fato que poderia repetir-se (Baiocchi, 1999, p. 16).

Após ter ganho a confiança dos moradores locais, Baiocchi (1999) reporta o testemunho de uma moradora da comunidade Kalunga do Riachão, que relata sua dificuldade em acreditar como um povo desse havia chegado até ali [um território muito longínquo e de difícil acesso] e que uma vez chegando, deveria de ter sido a mando de Deus.

¹⁰ Caixa feita de couro de gado para transportar mercadorias.

Atualmente, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga abrange os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás e inclui diversas comunidades.

Os 5 núcleos principais ou municípios que foram o território dos Kalunga subdividem-se em quase em uma centena de agrupamentos com denominações locais: Contenda, Barra, Riachão, Sucuriú, Curral de Taboca, Saco Grande, Tinguizal, Boa Sorte, Bom Jardim, Areia, São Pedro, Faina, Olho D'Água, Vão de Almas, Caiçara, Jataroba, Tarumã, Saco, Mochila, Boa Vista, Lagoa, Volta do Canto, Terra Vermelha, Congonha, Altamira, Vargem, Ema, Taboca, Fazendinha, Maiadinha, Morro, Choco, Buriti Comprido, Córrego Fundo, Vargem Grande, Borrachudo, Guarió, Limoeiro, Caldas, Sicuri, Vargem Redonda, Ouro Fino, Brejão, Ribeirão, Cauçara ou Caiçara, Solidade, Raizama, Funil, Porcos, Prata, Maquiné, Capela entre outros (Baiocchi, 1999, p. 20).

Podemos dizer que o povo Kalunga gosta de identificar-se por regiões, conforme a citação acima. De acordo com Mari Baiocchi (1999), a temperatura média anual das comunidades quilombolas Kalunga varia entre 24°C a 31°C de máxima, e mínima de 19°C, tendo como extremos, 40°C Máx e 10°C Min. As comunidades quilombolas, portanto, para terem o seu território lutaram bravamente, muitos moradores não gostavam da presença da dona Meire como nós Kalunga a chamávamos. A sua presença para alguns de nós no território remetia a tempos de muita violência: a escravidão.

No entanto, foram surgindo vozes de lideranças locais como, por exemplo, dona Procópio dos Santos Rosa que ainda vive na comunidade Riachão, município de Monte Alegre de Goiás, que tentava convencer a todos que a atuação da dona “Meire” era positiva que só queria ajudar a comunidade, e, assim, os moradores foram confiando na pesquisadora Mari Baiocchi.

Figura 10: Professora Mari de Nasaré Baiocchi com os kalunga (foto: reprodução/acervo pessoal da professora)



Fonte: reprodução/acervo pessoal da professora.

E na atualidade cabe um questionamento: como está o território Kalunga hoje? Atualmente, o território Kalunga está em uma luta jurídica para retiradas de alguns fazendeiros posseiros que estão se apropriando da área. Assim, o território Kalunga hoje por meio da Associação Quilombo Kalunga (AQK) juntamente com o poder judiciário vem retirando algumas pessoas que não são Kalunga que estão se apropriando das terras.

1.3 Como vivem as Comunidades Quilombolas

As famílias quilombolas vivem da agricultura familiar, ou seja, das atividades rurais geradas por meio da farinha da mandioca, do arroz, batata, milho, abóbora, quiabo, jiló e, também, se beneficiam do artesanato. Todo esse extrativismo serve para consumo próprio para os moradores quilombolas, e é também colocado à venda como uma fonte complementar de renda.

O povo Kalunga, com sua forte ligação à agricultura, adota práticas de plantio de

baixo impacto ambiental, baseadas em conhecimentos transmitidos por gerações e no respeito ao ritmo natural. Eles evitam o uso de agrotóxicos e cultivam pequenas áreas, geralmente menores que 1 hectare, priorizando a agricultura de subsistência e comercializando o excedente. As terras são cultivadas por até quatro anos e, em seguida, deixadas em repouso por uma década. Todo o trabalho é feito de forma manual, utilizando enxadas e sem recorrer a maquinários (Brasil de Fato, 2021).

Por sua vez, as comunidades Kalunga vivem da agricultura familiar, ou seja, do que plantam. Uma vez em cada ano, as famílias fazem suas roças de acordo com o regimento interno da própria comunidade. Os moradores têm que pegar uma licença na (AQK) Associação Quilombo Kalunga para realizar a roçagem. A fonte de alimentação é a mandioca sendo uns dos produtos mais consumidos no território, em seguida de arroz, abóbora, maxixe criação de porco galinha, gado e da pesca.

Pode-se dizer que a terra é a principal base para o cultivo de alimentos e importante fonte de subsistência do povo Kalunga, que está atrelado à agricultura familiar, como podemos observar nas figuras 11, 12, 13, 14 e 15 ilustradas abaixo. Há também a criação de porco, gado, galinhas e da pesca. Todo esse extrativismo não é apenas para subsistência, sendo, porém, um rendimento financeiro que as comunidades possuem.

Figura 11: roça de arroz, na comunidade Kalunga Prata Vão do Moleque



Foto: Arquivo pessoal do pesquisador, abril de 2020.

Figura 12: Roça de arroz do seu Vicente na comunidade Prata Vão do Moleque



Foto: Arquivo pessoal do pesquisador, abril de 2020

Figura 13: produção de farinha no quilombo Kalunga Prata Vão do Moleque



Foto: Arquivo pessoal do pesquisador, junho de 2023

Figura 14: Tapiti um artesanato de talas de buriti para prensagem da massa da mandioca



Foto: Arquivo pessoal do pesquisador, maio de 2023

Figura 15: quilombola Kalunga batendo arroz na comunidade Prata Vão do Moleque



Foto: Arquivo pessoal do pesquisador, abril de 2020.

A fonte de renda proveniente de alimentos mais fortes na comunidade é a comercialização da mandioca. O período da safra ocorre nos meses de julho, agosto, setembro e outubro. Já a produção do arroz começa em janeiro e a colheita começa a partir de abril. Apesar de se dedicarem à produção de alimentos quase o ano todo, as comunidades, infelizmente, não contam com o apoio dos governos municipais e estadual para fomentar a comercialização. Como as comunidades são de difícil acesso, conforme já foi relatado nas primeiras seções deste capítulo, os Kalunga se acostumaram a plantar para o consumo próprio. Desta maneira, Alves afirma que:

A produção de farinha e sua comercialização nas cidades do entorno foram durante muito tempo o principal meio de subsistência dos Kalunga. Durante anos a fio, a maior parte do alimento era proveniente da agricultura de subsistência- arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, cana, da criação de galinhas e porcos e da pesca. Porém, na época da seca, esses 61 alimentos não

eram de fácil acesso, sendo o arroz, o feijão, e a farinha estocados, a única fonte alimentícia. Em alguns casos, somente a farinha (Alves, 2015, p. 60).

Podemos dizer que a política de agricultura familiar quilombola está definida no decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023 que visa levar políticas públicas para estas comunidades. Conforme o ato legal, são diversos os princípios deste Programa:

Conforme Alves, “em um movimento de territorialização das políticas públicas, rumo aos lugares, o Governo Federal avançou na articulação intersetorial com o fim de priorizar territórios considerados vulneráveis” (2015, p. 100). A pauta das comunidades quilombolas no Brasil entrou na agenda governamental no período de 2004 e 2007, durante esse período houve muita demanda por parte das lideranças quilombolas por reivindicações por melhorias em seu território. Dessa maneira, o plano seria ampliar o programa até 2034, enfrentando a questão racial por meio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), responsável pelo monitoramento das políticas, checando se estas estariam sendo executadas. As políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas estão especificadas em 14 programas que compõem o Programa Brasil Quilombola (PBQ).¹¹

- I - a transversalidade de gênero e de raça nas políticas públicas destinadas à população quilombola;
 - II - o respeito à autodeterminação, à integridade territorial e à plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais da população quilombola, reconhecidos na Constituição e na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho;
 - III - o reconhecimento do modo de vida tradicional quilombola como prática sustentável de relação com a natureza;
 - IV - a priorização do atendimento das comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade social, em que existam índices significativos de violência e baixa escolaridade;
 - V - a participação social e o controle social nas políticas públicas para a população quilombola;
 - VI - a equidade de gênero; e
 - VII- a celeridade das ações governamentais de efetivação dos direitos da população quilombola.
- Art. 4º O Programa Aquilomba Brasil compreenderá ações destinadas aos seguintes

¹¹ Os programas que contém objetivos, metas e/ou iniciativas que fazem menção explícita às comunidades tradicionais e quilombolas são: 2012 - Agricultura Familiar; 2018 – Biodiversidade; 2019 - Bolsa Família; 2020 - Cidadania e Justiça; 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia; 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso; 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; 2030- Educação Básica; 2031 – Educação Profissional e Tecnológica; 2032- Educação Superior (Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão); 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial; 2037 -Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); 2064– Promoção e defesa dos Direitos Humanos; 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária; 2068 - Saneamento Básico; 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2013, p. 12).

- eixos temáticos:
- I - acesso à terra e ao território;
 - II - infraestrutura e qualidade de vida;
 - III - inclusão produtiva e desenvolvimento local; e V - direitos e cidadania¹².

O Estado Brasileiro teve um avanço nas questões das políticas públicas e sociais nos últimos tempos, sobretudo nas questões da inclusão social, com a implementação das seguintes políticas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que visam financiar projetos para atenderem as demandas das famílias brasileiras. Por sua vez, o Programa Brasil Quilombola foi criado em 2004 com o intuito de levar políticas públicas para as comunidades quilombolas, e foi aprimorado em 2013, durante o governo Dilma Rousseff. Especificamente em 2007, instituiu-se, por meio do Decreto 6.261, as ações constituintes da Agenda Social Quilombola, além do modelo de gestão integrada para a implementação dessas várias ações voltadas para as comunidades. Abaixo, há os eixos que compõem as ações da Agenda Social Quilombola:

Eixo 1: Acesso à terra- execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título de posse das terras tradicionalmente ocupadas.

Eixo 2: Infraestrutura e qualidade de vida- consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: Inclusão produtiva e desenvolvimento local- apoio ao desenvolvimento produtivo local e automática, baseado na identidade cultural e nos, social, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: Direitos e cidadania- fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferente órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas considerando critérios de situação de acesso, imposto por grandes obras, em conflitos agrários, sem acesso à água/ou energia elétrica e sem escola (Brasil, 2013, p. 10).

De acordo com o documento “Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas” (Brasil, 2013), há “2.197 comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro, 2.040 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 63% delas no Nordeste e 1.229 processos abertos para titulação de terras no INCRA” (Brasil, 2013, p. 16). Ainda segundo este documento, já há 207 comunidades tituladas com área total de 995,1

¹² Decreto N° 11.447, de 21 de março de 2023. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11447-21-marco-2023-793903-publicacaooriginal-167334-pe.html>>. 14 de setembro de 2023.

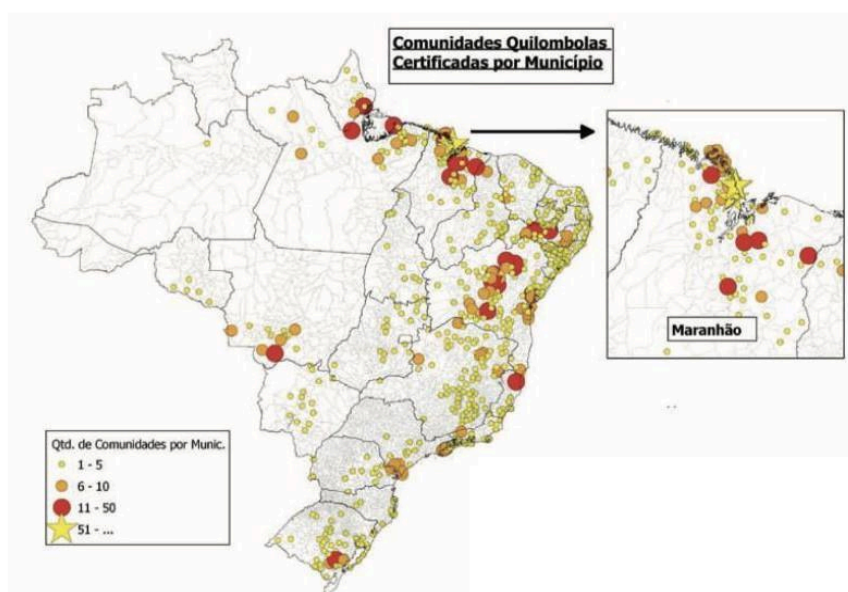
mil hectares. Estima-se que todos esses territórios possam abranger 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil. Conforme os dados socioeconômicos das 80 mil famílias quilombolas cadastrados no CADÚNICO, 64 mil famílias, ou 79,78% do total, são beneficiadas pelo programa Bolsa Família, cerca de 74% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza, 92,1% autodeclararam-se pretos ou pardos, 24,81% não sabem ler e nem escrever, 82,2% desenvolvem atividades agrícolas, extrativismo e pesca artesanal (Brasil, 2013).

Das 360 comunidades que estão em processo de certificação, as comunidades tituladas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares são 157, ou seja, a maioria ainda está esperando a certificação pela FCP.

Figura 16: Situação do domicílio quilombolas por todo território nacional

Jul 2012	Jan 2013
63% possui piso de terra batida	48,7% possui piso de terra batida.
62% não possui água canalizada	55,21% não possui água canalizada.
36% não possui banheiro ou sanitário	33,06% não possui banheiro ou sanitário.
76% não possui saneamento adequado (28% possui esgoto a céu aberto e 48% fossa rudimentar)	54,07% não possui saneamento adequado (15,07% possui esgoto a céu aberto e 39% fossa rudimentar).
58% queima ou enterra o lixo no território; e apenas 20% possui coleta adequada	57,98% queima ou enterra o lixo no território; e apenas 21,19% possui coleta adequada
78,4% possui energia elétrica	79,29% possui energia elétrica.

O Mapa 1 apresenta a distribuição das certificações da Fundação Cultural Palmares, expedidas para as comunidades quilombolas, por município.



Fonte: “Brasil, 2013, p. 17). Dados das famílias quilombolas inseridos no CadÚnico”

O (PBQ) foi lançado em 2004 com a visita do presidente Lula ao território Kalunga, mais precisamente no Engenho II, marcando a primeira ação do governo federal no sentido de alcançar os objetivos públicos nas comunidades quilombolas, para que eles possam ter acesso à saúde, educação, lazer, saneamento, entre outros. Portanto, essas políticas são “direitos e cidadania”, de modo a garantir a participação social e política das comunidades quilombolas nos espaços de decisão e implementação de ações públicas (Alves, 2015, p. 104).

1.4 Ter acesso à Terra

Para os quilombolas, ter acesso à terra é fundamental, pois ela representa mais do que um espaço físico; é a base para a preservação de sua identidade cultural, práticas ancestrais e modos de vida. A terra garante a subsistência por meio da agricultura, pesca e coleta, além de ser essencial para a manutenção de suas tradições, celebrações e espiritualidade. No entanto, o acesso à terra pelos quilombolas está frequentemente ligado a lutas sociais e políticas, devido à resistência de setores que contestam seus direitos territoriais, mesmo diante de legislações que asseguram a regularização fundiária das comunidades quilombolas no Brasil.

Alves afirma que “o fundamento de que o Estado tem soberania sobre seu território muitas vezes é contraditório às perspectivas locais de governo descentralizado” (Alves, 2015, p. 105). Para tanto, é responsabilidade do Estado implementar políticas públicas para as comunidades que estão em situação de vulnerabilidade social.

O autor afirma que, “o Programa Brasil Quilombola se consubstancia num plano de atuação governo federal, articulando diversas políticas públicas com o objetivo de alcançar as comunidades quilombolas brasileiras que, conforme já demonstrado, vivem em situação de insegurança social” (Dalosto, 2016, p. 109). Ou seja, o programa visa uma política que garante segurança a estas comunidades, e que possibilitem acesso à terra para o plantio, infraestrutura e qualidade de vida social.

Deste modo, as comunidades quilombolas precisam ter a certificação do seu território para, assim, garantir a regularização fundiária, o reconhecimento e a manutenção de sua identidade. Para tanto, o reconhecimento de cada quilombo é da responsabilidade da Fundação

Cultural Palmares (FCP), que tem a atribuição de regularizar o território quilombola e a preservação da cultura destas comunidades.

O reconhecimento de remanescentes de quilombo está previsto no Decreto nº 4.887/2003 e, ainda, pela Instrução Normativa 57/Incra, de 20 de outubro de 2009, devendo ser solicitado à Fundação Cultural Palmares. Neste processo, deve-se encaminhar solicitação ao Presidente da Fundação Cultural Palmares juntamente com:

Declaração de autodefinição de identidade étnica; b) Relatos sintético da trajetória do grupo histórico da comunidade; c) Ata de reunião da associação, convocação para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, e aprovação pela maioria absoluta de seus membros; e No caso de não haver associação na comunidade, legalmente constituída, a Ata de reunião convocada para tratar de assunto relativo à autodefinição, aprovada pela maioria dos seus moradores, acompanhada de lista presença, devidamente assinada¹³.

A regularização fundiária da comunidade se inicia com a abertura de um processo administrativo por meio do qual se passa a adquirir essa certificação, especificamente, “pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA), em parceria com os Institutos de Terras Estaduais e Secretaria de Patrimônio da União” (BRASIL, 2013, p. 21). Entretanto, associa-se à superintendência regional do INCRA do estado que pertence à abertura e regularização do seu território quilombola.

¹³Brasil, 2013, p. 20. Guia De Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas. Acesso 20 de setembro de 2023.

CAPÍTULO 2

TEORIA SOBRE CAPACIDADES ESTATAIS

Neste capítulo irei abordar o ciclo de políticas públicas, considerando suas diferentes fases, como a identificação do problema, montagem da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e monitoramento, demonstrando o papel do Estado, suas responsabilidades de formulador e implementador de política pública, e como essas políticas podem ser implementadas e alcançar a quem mais precisa. Nesse sentido, iremos considerar esse esquema analítico como um aporte para proporcionar melhorias para as comunidades quilombolas Kalunga que vivem em situações de vulnerabilidade social. Pretende-se examinar possíveis potencialidades e desafios.

As capacidades estatais municipais de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás referem-se à capacidade dos governos municipais dessas cidades em fornecer serviços públicos eficientes, implementar políticas locais, gerenciar recursos e resolver problemas locais.

A cidade de Cavalcante, como um município situado na região nordeste do estado de Goiás, é em termos de extensão o maior município, ocupando 71% dos 263,2 mil hectares que abrangem os três municípios, mas ocupa apenas 26% da área total do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga, e enfrenta desafios únicos, incluindo questões relacionadas ao meio ambiente, turismo e desenvolvimento rural. Dependem das capacidades estatais deste município a administração de serviços públicos essenciais, como educação, saúde, infraestrutura básica e gestão ambiental. Além disso, a capacidade de promover o turismo sustentável na região, preservando seu patrimônio natural e cultural, é crucial para o desenvolvimento econômico local (Almeida, 2015).

Monte Alegre de Goiás é um município, segundo Almeida (2015), que representa 13% da área total, ocupando 10% da área do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga. Por sua vez, enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, desenvolvimento econômico e gestão ambiental. Especificamente, as capacidades estatais deveriam ser direcionadas para a administração eficiente dos serviços públicos, o planejamento urbano, a promoção do desenvolvimento econômico local, incluindo o apoio ao comércio e ao agronegócio, e a

proteção do meio ambiente, o combate ao desmatamento e a preservação dos recursos hídricos.

Teresina de Goiás é uma cidade com forte presença agrícola e pecuária, onde as capacidades estatais municipais seriam fundamentais para garantir o desenvolvimento sustentável da agricultura, o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e o gerenciamento adequado dos recursos naturais, incluindo água e terra. Além disso, a promoção de oportunidades de emprego e o apoio ao empreendedorismo local são aspectos importantes que dependem das capacidades estatais municipais em Teresina de Goiás que, por sua vez, ocupa somente 15% do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (Almeida, 2015).

Segundo os autores, “o componente de políticas públicas está relacionado às instituições e estratégias que impactam as decisões sobre a formulação e execução das políticas” (Souza; Fontanelli, 2020, p. 46). Esse processo também inclui a implementação eficiente e consistente dessas políticas, envolvendo serviços públicos de infraestrutura, como educação, saúde, transporte e saneamento, além do desenvolvimento e manutenção da infraestrutura básica necessária para sua operação.

Estudiosos do tema afirmam que “no Brasil, o campo de estudos sobre capacidades estatais municipais, em especial nas áreas de ciência política e administração pública, é relativamente recente” (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 57). A noção de capacidades estatais municipais pode ser entendida como um pacote de instrumentos que possibilitaria a ampliação da democracia por meio da descentralização política e administrativa, diminuindo a assimetria e a desigualdades entre os municípios.

A literatura sobre as capacidades estatais têm se debruçado sobre os efeitos na implementação das políticas públicas nos últimos anos, sobretudo, nas políticas de bem-estar social que foram descentralizadas, como as políticas de assistência social, mas também as políticas de educação, saúde, habitação e segurança que constituem os serviços essenciais para o bem de todos os cidadãos.

Conforme Gomide; Pires, (2014, p. 16) “a Constituição Federal de 1988, a despeito do ceticismo inicial que suscitou sobre as condições de governabilidade e estabilidade do sistema político brasileiro, restaurou o Estado Democrático de Direito no país”. Para tanto, entre os

mecanismos que envolvem os atores sociais direta e indiretamente nos processos de participação na formulação de políticas públicas, é preciso apontar a importância de coordenação das diferentes etapas do processo de produção das políticas públicas em determinado território.

Esta dissertação busca destacar, ao mesmo tempo, a importância e os desafios das capacidades estatais na realização de políticas públicas para as comunidades quilombolas Kalunga. Como destacado na citação abaixo, a capacidade estatal tem uma forte influência sobre as finanças e os instrumentos de gestão para a produção de políticas e prestação de serviço nos municípios.

Constata-se que a capacidade estatal local é um importante instrumento da alocação dos recursos públicos. Sua influência é dada pelo conjunto de elementos que compõem estas capacidades (elementos políticos, administrativos e burocráticos). Nota-se também que a capacidade municipal é influenciada diretamente por instrumentos democráticos de controle, sejam estes eleitorais (controle vertical) ou de accountability social (instrumentos de controle social como conselhos de políticas públicas) (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 71).

Ainda segundo alguns estudiosos do tema, “os resultados das pesquisas mostram que a capacidade é influenciada pelas duas dimensões teóricas de capacidades estatais – técnico-administrativas e político-institucionais” (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 72). Considerando a sua finalidade, o Estado tem que ter capacidade para promover políticas públicas que possam estabelecer mudanças na realidade socioeconômica de cada município, atendendo as demandas coletivas.

No contexto democrático, entende-se que tal capacidade pode ser entendida a partir de dois componentes: o técnico-administrativo e o político. O primeiro deriva do conceito weberiano de burocracia, contemplando as competências dos agentes do Estado para levar a efeito suas políticas, produzindo ações coordenadas e orientadas para a produção de resultados. O segundo, associado à dimensão política, refere-se às habilidades da burocracia do Executivo em expandir os canais de interlocução, negociação com os diversos atores sociais, processando conflitos e prevenindo a captura por interesses específicos (Gomide; Pires, 2014, p. 20).

Durante a democratização do país, no período de 1980, ocorreu a elaboração e a aprovação de uma nova Constituição, em 1988, que, posteriormente, sofreu várias emendas constitucionais. Essa nova Constituição visou a mudanças no papel dos governos locais,

gerando a possibilidade para o desenvolvimento de políticas sociais, melhorando a alocação dos recursos financeiros dos governos locais.

A elaboração da Constituição de 1988 (CF 88) foi recebida com entusiasmo e otimismo pelo país no processo de retorno à democracia. Durante vinte meses o Congresso e Brasília foram o centro da vida brasileira em um exercício visível de democracia e participação política. Entre os lobbies mais poderosos, um era liderado pelos prefeitos demandando descentralização financeira. O apelo dos prefeitos angariou muitos apoios entre os redatores dos artigos da futura Constituição Federal, pois como 54 % deles haviam sido prefeitos, vereadores e governadores existiam laços estreitos com eleitorados locais e estaduais (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 88).

Como resultado do processo de descentralização político-administrativa decorrente da promulgação da Constituição Federal, os municípios brasileiros passaram a ter autonomia administrativa e financeira em relação às demais instâncias de governos, como a estadual e a federal. Os municípios, por sua vez, adquiriram obrigações constitucionais para atender às demandas locais, ou seja, tornaram-se responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas com impacto direto na promoção de melhoria nas condições de vida da população. As funções administrativas dos entes municipais estão prescritas no artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

(Brasil, 1988)¹⁴.

Quanto aos marcos constitucionais relativos à autonomia dos municípios, Grin, Demarco e Abrucio (2021) destacam que:

¹⁴ Artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/2186546/artigo-37-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso 30 de Outubro de 2023.

As possibilidades de intervenção estadual e/ou federal nos municípios são muito específicas e detalhadas na CF. De acordo com o artigo 35 da CF: “O Estado não intervirá nos seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados no Território Federal, exceto quando: a) deixar de pagar a dívida fundada, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos; b) não forem prestadas contas nos termos da lei; c) o mínimo exigido de receita municipal não tenha sido aplicado na manutenção e desenvolvimento da educação e nas ações e serviços públicos de saúde; d) o Tribunal de Justiça conforme a representação para garantir o cumprimento dos princípios indicados na Constituição do Estado ou para fazer cumprir a lei, ordem ou decisão judicial”. Além dos casos previstos no dispositivo acima, o Estado ou a União não podem interferir em seus Municípios. Talvez este seja o exemplo mais concreto de que a autonomia municipal é protegida e não pode ser abolida de forma discricionária pelas demais esferas de governo. Nesse caso, a autonomia consignada na CF é bem defendida. O artigo 165 da CF 1988 define que os municípios devem aprovar o Plano Plurianual (PPA), as Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Anual (LOA). O artigo 182 disciplina que os municípios devem executar a política de desenvolvimento urbano e garantir o bem-estar de seus habitantes, respeitado o Estatuto das Cidades. Os municípios com mais de 20 mil habitantes (30 % do total) são obrigados a elaborar seus Planos Diretores (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 93- 94).

Podemos dizer que as receitas municipais são provenientes de diferentes origens, como as que se originam do Fundo de Participação do Municípios (FPM). Por sua vez, os impostos sobre serviços e alíquotas são definidos através da legislação do governo federal. Especificamente, o IPTU é gerado por meio da economia local. Além disso, frequentemente, os municípios dependem de emendas parlamentares para resolver serviços públicos como os de saúde e educação, pois sua economia é insuficiente para reunir recursos financeiros de fontes próprias.

Os fundos do FPM são partilhados de acordo com um mecanismo que depende das estimativas da população local e da renda per capita. O FPM transfere 10% para as capitais, 86,4 % para os pequenos municípios e 3,6 % para os municípios com mais de 156.216 habitantes (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 95).

Os municípios podem formular e implementar muitos serviços e políticas públicas, mas os recursos financeiros são limitados. Colocam os autores que [...] “os municípios não podem criar novos tributos e, no caso da tributação sobre serviços, sua cobrança foi regulada constitucionalmente pela Lei Complementar 116/2003 e atualizações subsequentes” (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 97). Contudo, os governos municipais são responsáveis pelas políticas sociais, sendo assim “o pressuposto que norteou a adoção da descentralização foi que quanto mais políticas públicas podem ser decididas e/ou implementadas em nível local, mais próximas estariam dos cidadãos, o que estimula a responsabilidade dos governos” (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 101).

A disparidade econômica entre os municípios vem gerando dificuldades de formulação de políticas públicas por causa das desigualdades sociais. As diferenças entre os municípios revelam condições de capacidade estatal díspares para desenvolver políticas mais estruturantes para esses municípios que precisam de recursos.

Os municípios, portanto, enfrentam desafios complexos. Em primeiro lugar, os 5570 municípios brasileiros são extremamente desiguais em suas capacidades técnicas e financeiras e os mecanismos federais para diminuir as desigualdades são insuficientes. Além disso, institucionalmente, cada unidade constituinte tem os mesmos poderes, ou seja, o Brasil adotou o federalismo simétrico em um país socioeconomicamente assimétrico. Em segundo lugar, a prestação de serviços sociais pelos municípios é financiada principalmente por recursos estaduais e federais que são altamente regulamentados pela esfera federal, sobrecarregando as burocracias locais com as demandas de diferentes órgãos (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 104).

A Constituição Federal atribui aos municípios a competência de formular diversos instrumentos de planejamento através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que visa apontar anualmente as prioridades do governo do ano seguinte.

Por meio do artigo 165, a Constituição Federal atribuiu aos municípios a responsabilidade de formular diversos instrumentos de planejamento e controle orçamentário: Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), plano de saneamento básico, de resíduos sólidos, de saúde, de educação, de assistência social, Plano Diretor (para municípios com mais de 20 mil habitantes e pertencentes a Regiões Metropolitanas), dentre outros (Brasil, 1990). Tal determinação gerou uma série de demandas às burocracias municipais, em termos de desenvolvimento de capacidades estatais e, também, para a produção de novas metodologias de planejamento, que envolvesse mais a população do território (Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 172).

Além disso, o artigo 22 da Constituição Federal estabelece que o poder legislativo na esfera federal define políticas públicas como de água, energia, políticas de crédito, trânsito e transporte, população indígena, previdência social e educação, sendo que os municípios são responsáveis por muitos aspectos da oferta e implementação dos serviços que derivam dessas políticas.

Desta maneira, as capacidades estatais são cruciais para o funcionamento efetivo do Estado e dos municípios para garantir que ele possa cumprir seu papel fundamental na sociedade. O desenvolvimento e a manutenção dessas capacidades são desafios contínuos e essenciais para o bom governo e a promoção do bem-estar geral.

O ciclo de políticas públicas é composto por sete etapas:

1. Identificação do problema;
2. Formação da Agenda;
3. Formulação das Alternativas;
4. Tomada de Decisão;
5. Implementação;
6. Avaliação;
7. Monitoramento.

Figura 17: Ciclo de políticas públicas



Fonte: Alexandre Medeiros. Adaptado pelo autor, março de 2023

2.1 Identificação do problema

Há várias questões que se tornam problemas públicos, e identificar um problema público por vezes é uma escolha bastante delicada a se tomar. De modo geral, um problema público é uma questão que afeta a vida das pessoas, que é percebido de forma não satisfatória por elas, podendo ser identificada como um problema, como as questões de saúde pública, que no momento atual tem sido um grande desafio para gestores e administradores, e uma variedade de outras questões, tais como: ambientais, vulnerabilidade social, violência, corrupção. Todos esses elementos afetam mais precisamente aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade social, ou seja, nas favelas das grandes cidades, comunidades tradicionais. Todavia, a sociedade almeja dos gestores as respostas satisfatórias para esses problemas (Medeiros, 2015).

Identificar um problema público não é uma tarefa difícil. Desde catástrofes naturais que afetem a vida das pessoas de determinada região aos congestionamentos das grandes cidades, violência (infantil, contra mulher), são problemas públicos. De modo geral, toda situação pública que afeta a vida das pessoas e se torna insatisfatória para elas pode ser percebido como um problema (Medeiros, 2015, p. 1).

Conforme Medeiros (2015, p. 1), “a gestão de políticas públicas pode ser elaborada através de esquemas de visualização e interpretação, também conhecido como ciclo de políticas públicas, *policy cycle*”. Ou seja, para implementação de uma política pública é necessário que haja identificação do problema, em seguida, a formulação de alternativas que planeje e organize ações para a implementação da política então selecionada.

Os problemas públicos, de modo geral, são uma questão preocupante que pode se tornar objeto de ação por parte do Estado. Todavia, o problema público está sujeito a questões profundas de natureza do conhecimento humano. O campo disciplinar da ciência política presumia em seus estudos que os problemas tinham uma existência objetiva, ou seja, de certo modo, os problemas estavam esperando serem reconhecidos pelo Estado. Porém, muitas vezes é preciso de apoio popular para que os problemas públicos sejam selecionados e as demandas colocadas pela população. Nesse sentido, Howlett *et al.* afirma que:

O modo pelo qual uma questão preocupante passa a ser interpretada como um problema público sujeito à ação adicional por parte do governo levanta questões

mais profundas sobre a natureza do conhecimento humano e a construção social desse conhecimento [...] e a literatura especializada de Ciência Política (*policy sciences*) passou por mudanças significativas em seu entendimento do que constitui um problema público. Os primeiros estudos no campo da Ciência Política muitas vezes presumiam que os problemas tinham uma existência “objetiva” e estavam, em certo sentido, esperando ser reconhecidos pelos governos, o qual o faria na medida em que o seu entendimento e a sua capacidade de ação aumentassem (Howlett *et al.*, 2013, p. 104).

No que diz respeito aos problemas públicos que se encontram nas comunidades no Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK), pode-se perceber que a falta de ações governamentais ocorre porque não se coloca na agenda os problemas que as comunidades enfrentam, tais como: saúde, saneamento básico, educação, transportes e habitação. De modo geral, em todo contexto de vulnerabilidade, quem mais sofre são as pessoas que moram nas comunidades que enfrentam todos os dias as dificuldades, e cabe aos governantes, particularmente, darem uma resposta satisfatória.

A maior parte dos estudos sobre o assunto da montagem da agenda começou com o pressuposto de que as condições socioeconômicas levaram ao surgimento de conjuntos particulares de problemas aos quais os governos eventualmente davam resposta. Esses incluem tanto os modelos que postulavam que os problemas enfrentados por todos os governos modernos convergem para um conjunto comum, quanto os que postulavam que a interação dos ciclos econômicos e políticos afetam a natureza dos problemas que conseguem entrar na agenda (Howlett *et al.* 2013, p. 104).

Conforme Pinto (2008), existem mecanismos que alertam sobre vários problemas públicos que chamam atenção para serem analisados. Para isso, há indicadores que podem colocar em evidências essa fratura, possibilitando que se identifique essa problemática. O autor classifica vários tipos de indicadores:

[...] a) indicadores sistemáticos, como custos da assistência médica, mortalidade infantil, desemprego etc; b) eventos como crises e desastres (epidemias, questões orçamentárias, de segurança etc); c) por feedback sobre o funcionamento dos programas já existentes; d) por acumulação gradual de conhecimento entre os especialistas numa dada área da política pública. (Kingdon, 1994 *apud* Pinto, 2008, p. 32).

Por outro lado, sabemos das dificuldades que os atores que estão na linha de frente têm encontrado para executar as políticas. Os municípios goianos reclamam que as verbas que chegam em suas jurisdições destinadas para saúde, educação, saneamento básico e cultura são insuficientes, tornando-se dependentes de emendas parlamentares.

Podemos dizer que é preciso saber executar a política pública. Para o êxito da política, é preciso ter eficiência na implementação, sobretudo, no apontamento das dificuldades e possibilidades nos níveis locais. Conforme Saddi; Harris; Pêgo (2015), a problemática existe devido às dificuldades vinculadas aos processos macro e micro com seus atores. O termo micro é caracterizado por um pequeno detalhe sobre um problema quando um indivíduo está precisando de saúde ou realizar uma consulta. O termo macro, por sua vez, caracteriza uma visão mais ampla e eficiente com habilidade de determinar o profissional em suas estratégias institucionais.

Contudo, fazemos um paralelo do nível micro com relação à atenção básica de saúde dentro do território Kalunga, tratando no que se refere à política de saúde para as comunidades. A população reclama que não há um posto básico para atendimento para aferição de pressão, distribuição de medicação, e quando os médicos se deslocam para as comunidades, os profissionais fazem atendimentos dentro das escolas que não é um lugar adequado para a realização de consultas.

2.2 A Formação da Agenda

Em geral, considerando o acesso a políticas públicas de diversas áreas, há um cenário complexo nas comunidades, uma vez que, elas não possuem políticas estruturadas no âmbito dos governos municipais e estadual, o que parece sugerir que os problemas decorrentes da escassez de oferta de serviços públicos nestes territórios sequer entram na agenda dessas esferas de governo.

Conforme Howlett et al. (2013), “a montagem da agenda, o primeiro, e talvez o mais crítico, dos estágios do ciclo de uma política pública, se refere à maneira como os problemas surgem ou não enquanto alvo de atenção por parte do governo” (Howlett et al. 2013, p. 103). Dessa forma, as comunidades não têm políticas públicas por falta de uma agenda, que deveria ser colocada de forma integrada, atingindo vários níveis e outras situações que envolvem o quilombo Kalunga. Saddi et al. afirmam que:

Este tipo de análise chama a atenção para a impossibilidade de se efetuar, na análise concreta, uma separação entre os momentos que tradicionalmente são abordados de

forma separada na literatura, quais sejam: o surgimento do problema, a inclusão do mesmo na agenda, a formulação, a implementação e avaliação (Saddi; Harris; Pêgo, 2015, p. 10).

Howlett *et al.* (2013) em sua pesquisa afirmam que a montagem da agenda talvez seja a etapa mais crítica dos estágios do ciclo da política pública. Os autores se referem a como os problemas surgem e precisam de uma atenção especial por parte do governo para solucionar o que está sendo demandado. Por sua vez, a montagem da agenda, na visão de Kingdon (1984), é um conjunto de problemas que recebe atenção no âmbito da política administrativa:

A agenda, como imagino, é a lista das questões ou problemas que recebem alguma atenção séria, em algum momento, por parte dos funcionários do governo e das pessoas de fora do governo que estão próximas a esses funcionários... Do conjunto de dados às questões ou problemas concebíveis, aos quais os funcionários poderiam estar voltando sua atenção, na realidade prestam séria atenção apenas a alguns, e não a outros. Assim, o processo da montagem da agenda limita esse conjunto de questões concebíveis ao conjunto que de fato se torna foco de atenção (Kingdon, 1984, p. 3-40 *apud* Howlett, 2013, p. 103).

Dessa maneira, podemos dizer que a montagem da agenda precisa de uma atenção por parte dos governantes estaduais e municipais. Isso não garante que os problemas propostos pela população sejam resolvidos, mas que os governos levem em consideração a massa dos problemas que existem perante a sociedade.

Se há um problema público, podemos formular algumas questões, tais como: o governo pode responder essas demandas? De que maneira poderia incluir os grandes problemas na agenda governamental? Existe capital político e econômico para incluir determinado problema na agenda do governo? Assim, da identificação de um problema público segue a formação de uma agenda, a partir da qual devem resultar ações e políticas públicas que visam a solução dos problemas.

Portanto, essas ações devem ser previstas através de uma agenda que pode ser o próprio programa de governo. Como afirma um estudioso do tema, há várias ações que antecedem a execução de uma política e que são tomadas, especificamente, na fase na formação da agenda, “para que o programa/política saia do papel, é preciso interpretar o ambiente para planejar/organizar as ações, decidir sobre os benefícios/serviços que se pretende implementar, e de onde serão extraídos os recursos para sua implementação”. (Rodrigues, 2011, p. 50 *apud*, Medeiros, 2015).

Contudo, a montagem de um programa de governo deve partir de constatação de determinados problemas públicos e a partir de então haver a inclusão nas pautas das preocupações da gestão pública do governo. A formação da agenda consiste em um processo complexo “que envolve o entendimento das estratégias utilizadas para a identificação do problema, o debate em torno da construção de alternativas e os atores envolvidos no processo” (Pinto, 2008, p. 31). Dessa maneira, podemos dizer que o momento crítico da montagem da agenda consiste na responsabilidade do governo de dialogar com os atores responsáveis pelas decisões de elaboração e implementação de uma política pública para que, assim, os problemas sejam solucionados.

Para tanto, é importante destacar e entender que as questões fundamentais da agenda são formadas por dois grupos:

[...] atores governamentais (representantes do Executivo, do Legislativo e os servidores públicos) e b) os atores não-governamentais (os especialistas, os grupos de interesse, a mídia e a opinião pública). No âmbito dos atores governamentais, pode-se distinguir o grupo da chamada Administração Central, que envolve uma combinação de três atores: o próprio chefe do Executivo, isto é, a autoridade máxima do nível de governo que se esteja considerando; o staff do gabinete executivo do governo e, por último, os dirigentes e assessores nomeados, em função de sua vinculação política ao governante (Pinto, 2008, p. 31).

Convém esclarecer que quando há uma demanda para implementação de uma política pública, a responsabilidade cabe aos atores governamentais, isto é, os representantes do Executivo municipal, o prefeito e no âmbito estadual, o governador. Todavia, é importante que esses atores ouçam a opinião pública para encontrar soluções e distinguir a problemática, colocando na agenda as demandas apresentadas pela população. A agenda, portanto, basicamente é o conjunto de prioridades que o governo tem de atuação. Não é porque um problema é identificado que ele vai entrar na agenda. Dessa forma, a agenda são definições de foco e atuação do governo. Essa agenda pode estar escrita no orçamento, em forma de lei, no programa de metas do governo, ou não ter sido prevista.

A agenda é, portanto, quando os governos reconhecem a necessidade de uma atuação para a implementação das políticas públicas. Por exemplo, na questão dos problemas que existem nas comunidades quilombolas Kalunga, o governo poderia realizar uma implementação de poços artesianos em alguns lugares que os rios não passam. Outro ponto importante seria o estabelecimento de filtros de água para as comunidades, e, ainda, postos de

saúde, com uma ambulância adaptada que são demandas dos cidadãos que são afetados pela ausência de políticas públicas. Contudo, o que se percebe, é que esses problemas não foram ainda absorvidos pelas agendas governamentais que não têm provido respostas eficazes a essas questões já identificadas há muito tempo.

2.3 Formulação da Política Pública

Para (Howlett et al. 2013, p 123), “a formulação da política pública refere-se ao processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público”. Nesse sentido, trata-se do processo político que leva ao refinamento e à formulação das opções políticas para selecionar respostas às grandes demandas que entraram na fase da montagem da agenda. A formulação consiste no estágio de desenvolvimento de respostas às questões que são colocadas na agenda, com o intuito de atender as demandas propostas pela sociedade, para que o problema público seja solucionado.

A formulação de uma política pública é da responsabilidade do Estado em parceria com os municípios que por vezes têm também competências sobre a formulação de uma política, como a de combate à pobreza. Dessa forma, a formulação e a implementação de uma política pública, como de saúde, educação, transportes, saneamento, como um todo, devem ser voltados para as comunidades. Considerando os processos de implementação de políticas públicas para as comunidades Kalunga, o Estado e os municípios têm que colocar na agenda essas questões.

Da mesma forma que ocorre a montagem da agenda, as nuances da formulação da política em instâncias particulares apenas podem ser inteiramente entendidas pelo estudo de casos empíricos. Entretanto, em sua maioria, os processos de formulação de políticas têm certas características em comum. A formulação de políticas inclui a identificação de restrições técnicas e políticas à ação do Estado. Ela envolve o reconhecimento de limitações, o que revela o que é inviável e, por implicação, o que é viável. Isso pode parecer óbvio, mas ainda não se reflete nas muitas propostas sobre o que os *policy-makers* deveriam estar fazendo, que muitas vezes deixam de reconhecer as limitações que restringem um curso de ação proposto (Howlett et al. 2013.p 125).

Dessa maneira, podemos dizer que para cada problema há uma solução eficaz que poderá ser selecionada. No caso das comunidades quilombolas Kalunga, evidentemente, há uma escassez de política pública, sendo assim falta praticamente tudo: água potável, água encanada, postos de saúde, transportes, educação. Esse contexto evidencia, portanto, os

problemas substantivos da capacidade do Estado de agir.

No que diz respeito às comunidades Kalunga, no ano de 2021, o Estado começou a “acordar” para as demandas pontuais das comunidades. Percebe-se que houve uma pequena melhora na oferta de serviços em algumas comunidades, como por exemplo, a oferta de energia elétrica para umas das maiores comunidades da região, o Vão do Moleque. Nesta comunidade moram cerca de 600 famílias e, no entanto, ainda não há energia para todos os moradores; cerca da metade da comunidade ainda não tem energia. Além da insuficiência na prestação deste serviço, os moradores seguem desprovidos de um transporte público melhor, um posto de saúde, entre outros serviços.

A formulação de políticas públicas é um processo complexo e muitas vezes interativo, no qual as propostas podem ser ajustadas com base em *feedback*, mudanças nas circunstâncias e aprendizado contínuo. O envolvimento ativo das partes interessadas é crucial para o sucesso da política.

2.4 Tomada de Decisão

Após o processo de elaboração das políticas públicas, há a fase referente à tomada de decisão para sua implementação. A tomada de decisão é a resposta que os atores políticos assumem mediante a busca de alternativas para solucionar um problema público. Os estudos das políticas públicas tendem a analisar a tomada de decisão no enfrentamento dos problemas propostos pela sociedade. Nesta fase, muitas das vezes, cabe ao gestor público que está na ponta da linha propor um conjunto de ações direcionadas a uma população específica.

A tomada de decisão consiste na formalização da alternativa elaborada pelos governos para responder algum problema público, sendo, então, posta em prática por meio de uma normatização, na forma, por exemplo, de um decreto ou outro instrumento legislativo.

Segundo Medeiros (2015), há diferentes modelos que podem orientar o processo de tomada de decisão:

(1) *modelo de racionalidade absoluta* (proposto por Tinberguen, 1960 *apud* SECCHI, 2012), em que “os custos e benefícios das alternativas são calculados

pelos atores políticos para encontrar a melhor solução possível”;

(2) *modelo de racionalidade limitada* (proposto por Simon, 1955 *apud* SECCHI, 2012), em que “a tomada de decisão torna-se um esforço para escolher opções satisfatória; (3) *modelo incremental* (proposto por Lindblom, 1959 *apud* SOUZA, 2015 *apud* MEDEIROS, 2015), em que o elemento político é levado em consideração mais do que o critério técnico;

(4) *modelos de fluxos múltiplos* (proposto por Kingdon, 1984 *apud* SECCHI, 2012), que considera que uma política pública “ocorre na confluência de problemas, soluções e condições favoráveis”

(Souza, 2015, p. 29 *apud* Medeiros, 2015).

A política pública envolve vários fatores em nível de decisão, consiste em uma “[...] ação intencional, com objetivos a serem alcançados [...] a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação” (Ferreira, 2011, p. 42).

Convém destacar que a tomada de decisão envolve algum nível de avaliação, considerando que abarca um processo sistemático de coleta e análise de dados para determinar a eficácia, eficiência, relevância e impacto de uma determinada política. A tomada de decisão é influenciada pela avaliação de uma política pública de diferentes formas. Primeiramente, é importante destacar os objetivos e critérios de avaliação, dado que é imprescindível que o tomador de decisão estabeleça claramente os objetivos da política pública e os critérios pelos quais ela será avaliada. Isso pode incluir metas específicas, indicadores de desempenho e critérios de sucesso. Dessa forma, o gestor precisa comunicar claramente os resultados da avaliação para as partes interessadas e o público em geral, isto é, promover a transparência e fornecer informações para tomadas de decisão informadas.

Ao se avaliar uma política pública, é crucial manter uma abordagem aberta, inclusiva e baseada em evidências. A tomada de decisão informada pela avaliação ajuda a aprimorar as políticas existentes, adaptá-las conforme necessário e desenvolver novas abordagens para lidar com desafios específicos.

2.5 Implementação de Políticas Públicas

Pode-se definir a implementação como a efetivação de uma política pública, de uma decisão que a gerou. Conforme Medeiros (2015), “a implementação é o momento onde se materializam as decisões, onde se colocam em prática aquilo que foi pensado na teoria”

(2015, p.54). A implementação consiste na efetivação da política pública, considerando o cumprimento de todas as ações anteriores requeridas, como a formulação, a tomada de decisão, a previsão dos recursos, a definição dos desenhos institucionais. Neste processo, os insumos se transformam em ações.

O programa deve dispor tempo e recursos suficientes; em cada estágio da implementação deve haver a combinação de recursos necessária para cumprir seus objetivos; deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos e essa condição deve permanecer durante todo o processo de implementação; é necessário que haja perfeita comunicação entre os vários elementos envolvidos no programa (Ferreira, 2011, p. 54).

Existem dois tipos de processo de implementação de políticas públicas, o modelo *top-down*, de cima para baixo, e o modelo *bottom-up*, de baixo para cima. O modelo *top-down* tem como pressuposto a ideia de hierarquia e, por isso, a responsabilidade de implementação de uma política pública é essencialmente daqueles que estão no comando do poder e da gestão, ou seja, de cima, “*top*” e para baixo, “*down*” ou do centro para a periferia. Por sua vez, o modelo *Bottom-up* aponta em uma direção completamente oposta, isso está mais próximo de uma gestão democrática, salientando um processo de implementação de uma política em processo que vai de baixo para cima ou da periferia para o centro. Wohlke (2016) descreve esses dois modelos:

O primeiro correspondente ao clássico modelo das teorias da administração que pressupõem o trabalho administrativo sendo desenvolvido de cima (top) para baixo (down), do centro para a periferia, com a primazia da hierarquia, buscando diferenciar o mundo da política do universo administrativo. As execuções das atividades políticas podem ser diagnosticadas pelos ruídos de comunicação entre o gestor e os servidores. O segundo modelo toma a direção contrária, ou seja, é no nível técnico da prestação do serviço ou atividades que é necessário dar maior atenção, pois os problemas enfrentados pelos servidores na execução da rotina de trabalho é que permite identificar as deficiências e dificuldades na implementação da política pública. A abordagem *bottom-up* considera que se deve partir dos comportamentos concretos no nível no qual existe o problema para construir a política pública gradativamente, com regras, procedimentos e estruturas organizacionais, que ocorre por meio de um processo ascendente (Dias, 2012, p. 81 *apud* Wohlke, 2016, p. 73).

Conforme o autor, “a implementação não consiste apenas na simples execução de ações previamente desenhadas. Na prática, ela pode ser marcada pela imprevisibilidade e pelas renegociações” (FERREIRA, 2011, p. 55). O estágio da política pública começa quando os resultados são produzidos, e pressupõe uma vez que a política teve sua decisão tomada, ou

seja, com recursos disponibilizados para os programas e projetos.

Em relação à implementação de políticas públicas, por sua vez, vale destacar que não havia muitos estudos teóricos mencionando sua importância. Inicialmente, os estudos sobre implementação enfatizavam o papel de Estado, entendido como o órgão fiscalizador da política que destina serviços públicos aos usuários. Em um segundo momento, os estudos passaram a considerar os chamados “burocratas nível de rua”, que são os servidores públicos que lidam diretamente com o público, na linha de frente.

No Brasil, nos últimos dos anos, autores como Farias (2011) demonstram que o chamado elo perdido da análise das políticas públicas estava nas pesquisas de implementação, pois a dimensão da concretude da política pública recaía sobre os serviços vinculados ao Estado. Isto abriu margem para avaliar o sucesso ou fracasso de determinada política pela ação dos chamados “burocratas ao nível da rua”. A relevância dos estudos sobre a implementação permitiu verificar o quanto o servidor público, que lida diariamente com o usuário, prestando o serviço de forma direta, possui especial importância para o desenvolvimento da política pública. Autores como Lipsky (1980); Lotta (2010) discutem inclusive a autonomia relativa do Estado pela ação/ atividade desenvolvida por estes profissionais (Wöhlke, 2016, p. 73).

A implementação de políticas públicas é uma fase crucial do ciclo de políticas e envolve transformar as decisões políticas em ações práticas. A implementação eficaz de políticas públicas requer uma abordagem abrangente, adaptativa e colaborativa. O envolvimento ativo das partes interessadas e a atenção constante à avaliação e ajuste são essenciais para o sucesso a longo prazo.

2.6 Avaliação da Política Pública

Depois de colocar em prática determinada política pública torna-se necessário avaliar se os efeitos foram alcançados, ou seja, verificar em que medida as metas foram atingidas ou não. O processo de avaliação de políticas públicas pode atravessar diferentes fases, ocorrendo antes, durante e após a implementação da política pública. Nesta fase pós-implementação, busca-se avaliar se os resultados foram atingidos ou não, para que, assim, defina se a política pública pode permanecer do jeito que está ou ser modificada em seus aspectos práticos e suas ações.

A avaliação é uma importante etapa do processo de análise e acompanhamento de uma política pública e visa coletar, analisar e interpretar informações sobre uma dada política. Através da avaliação, é possível subsidiar seu planejamento e (re)orientar as tomadas de decisões desde o seu diagnóstico até os resultados. Um processo que pode ser realizado durante e após a implementação de uma política (Medeiros, 2015, p. 1).

No momento da avaliação, podemos observar a participação dos membros da comunidade que são afetados ou beneficiados com programa ou projetos, que então passam a ser não apenas fonte de informação, mas também membros avaliados – o que podemos chamar de uma avaliação pública ou participativa. Na avaliação pública, temos o corpo técnico que coloca os instrumentos de análise, mas que não dispensa a participação da sociedade, isto é, não se limita a uma avaliação de parte técnica. Ao optar por não tirar o poder daqueles que serão efetivamente beneficiados com determinada ação, a avaliação pública facilita o diálogo e a negociação entre interessados em uma determinada sociedade fortalecendo o debate oficial, fomentando a totalização dos cidadãos através da participação efetiva, inclusive de processo de tomada de decisão (Medeiros, 2015).

Sobre a posição do avaliador, a avaliação pode ser interna (realizada por atores pertencentes à instituição gestora do programa, sem que estejam envolvidos com a sua execução), externa (realizada por profissionais que não pertencem à instituição executora do programa), mista (equipe constituída por profissionais pertencentes à instituição gestora do programa em conjunto com profissionais que não fazem parte da instituição gestora) ou auto-avaliadora (é um sub-tipo da avaliação interna, ocorrendo quando os avaliadores estão implicados diretamente com a execução do programa) (Medeiros, 2015, p. 1).

A avaliação pública deve ser feita com o público e para público, sendo este entendido como beneficiado em determinada política e programa. Esse público conhece melhor que ninguém a sua realidade e necessidade, por isso, está apto a contribuir com informações sobre a sua própria realidade, ou seja, os problemas que os afetam diretamente. Por isso, a participação do público deve ocorrer durante todo esse processo como avaliadores da política, tornando-se, assim, o sujeito autônomo e autor da sua própria realidade.

A avaliação pública “focaliza a gestão e se preocupa em produzir informações para as modificações e correções que permitam melhorar e otimizar o funcionamento e consequentemente os seus resultados” (Cavalcanti, 2007, p. 87). Ainda de acordo com

Cavalcanti, “o objetivo principal desse tipo de avaliação é conhecer se o programa está sendo administrado corretamente e eficazmente. Desta forma, proporciona informações que possibilitem as mudanças necessárias na sua execução” (Cavalcanti, 2007, p. 88).

A avaliação pública é também uma avaliação participativa, ou seja, que garante o diálogo com a sociedade, e, por isso, não depende só de especialistas, mas sim de uma avaliação que enfatiza o processo, não somente os resultados finais de uma política pública.

A avaliação pública é um tipo de avaliação participativa, considerando que existem muitas formas de participar e nem todas elas garantem o diálogo e poder de decisão aos impactados, em todas as fases da avaliação. Na avaliação pública, o papel e o propósito da avaliação não dependem apenas do especialista no programa. Uma avaliação deste tipo coloca tanto (senão mais) ênfase no processo como no produto final, isto é, o seu relatório. O objetivo da avaliação pública não é apenas o de cumprir uma exigência burocrática, mas também para desenvolver a capacidade das partes interessadas em avaliar o seu ambiente e tomar decisões; daí o seu caráter educador (Souza, 2013, p. 167).

Conforme a autora, “a avaliação pública não se confunde com o controle, mas este também é uma função da avaliação, pois o controle social é uma premissa da democracia” (Souza, 2013, p. 167). Adicionalmente, Cavalcanti afirma que “a avaliação que ocorre após a avaliação ex-ante e durante a execução (implementação) do projeto é um tipo de avaliação ex-post. Como o termo ex-post também é utilizado para representar a avaliação que ocorre após o término do programa” (2007, p. 99).

2.7 Extinção da Política Pública

De acordo com Secchi (2012), a extinção é “usando como metáfora o ciclo de vida dos organismos, [o entendimento de que] o ciclo de política pública também tem um fim, no momento da morte ou extinção da política pública” (Secchi, 2012, p. 53). Desse modo, o fim da política pública acontece quando o problema público está revolvido ou não, e, também, quando se percebe que a política pública resolveu os problemas, mesmo não sendo resolvido, e quando saí, sobretudo, da agenda governamental.

Figura 18: Ciclo de planejamento



Fonte: (Alexandre Melo Medeiros apud Secchi, 2015, p. 53)

A extinção da política pública acontece também pelo fim do mandato de um chefe do executivo, quando há a substituição do mandatário e não se mantém as políticas que estavam em vigor, estabelecendo-se reformas administrativas. Ou seja, as extinções ocorrem, frequentemente, na mudança de governo, e para que não ocorra essa extinção, a política deve ter um forte clamor popular ou alguma mobilização de grupos que apresente argumentos e campanhas contra a eventual extinção.

Essa resistência à extinção não ocorre apenas no meio governamental. Uma organização não governamental que luta contra a extinção de determinada espécie da fauna, por exemplo, pode continuar produzindo fortes argumentos de urgência e necessidade, para que o seu trabalho continue percebido como relevante na sociedade. Similarmente ao nascimento, a extinção de políticas públicas também depende de janelas de oportunidade. Momentos como reformas ministeriais, mudanças de mandato executivo e legislativo e aprovação de orçamentos são ocasiões raras, passageiras e pontuais, em que políticas públicas aparentemente inócuas podem ser extintas ou substituídas por outras (Secchi, 2012, p. 54).

Podemos dizer que normalmente é raro que a extinção de uma política pública envolva um processo cuidadoso de avaliação, consulta pública, revisão legislativa e implementação de medidas transitórias para minimizar os impactos negativos. Além disso, é importante ressaltar que a extinção de uma política pública não significa necessariamente a eliminação do problema que ela pretendia resolver, ou o estabelecimento de alternativas que deveriam ser consideradas para abordar as necessidades existentes.

2.8 Programa Brasil Quilombola: Guia de Políticas Públicas

Existem mecanismos para a oferta de infraestrutura destinados às comunidades quilombolas do país. Um dos mais importantes órgãos é o Ministério da Saúde, responsável por diversas políticas, por meio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que tem o objetivo de levar saneamento e água tratada para todas as comunidades quilombolas rurais (Brasil, 2013).

Formalmente, há diversas políticas públicas que visam a implementação de um conjunto de ações que beneficiam as comunidades quilombolas, previstas no Programa Brasil Quilombola que vamos tratar a seguir:

Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), “esse programa prevê obras de implementação ou ampliação do sistema de abastecimento de água potável; implementação ou ampliação do sistema de saneamento básico e implementação de melhorias sanitárias domiciliares” (Dalosto, 2016, p. 112). Considerando que a maioria das comunidades quilombolas não têm acesso à água tratada, muito menos abastecimento de água, e sistema de esgotamento sanitário, sendo que muitas famílias dependem do rio para lavar roupas, lavar vasilhas, o acesso ao serviço de água e saneamento é de suma importância para as comunidades. Especificamente, este Programa visaria ofertar:

Implantação de melhorias sanitárias domiciliares por meio de intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte, incluindo a construção de banheiro com instalações hidrossanitárias, tanque séptico, destino adequado do fluente e instalações de reservatório domiciliar de água; vaso sanitário; taque de lavar roupa; lavatório; pia de cozinha; ligação à rede de distribuição de água, ligação da rede coletora de esgoto; entre outras (Brasil, 2013, p. 22).

É válido destacar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Funasa não trabalham com a elaboração de uma política pública destinada às comunidades quilombolas. O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), juntamente com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), no âmbito do (PBQ), permite que as comunidades quilombolas sejam priorizadas. As demandas são apresentadas pela (SEPPIR) à Funasa que, por sua vez, busca priorizar a execução das ações dos municípios que possuem

um projeto técnico.

As ações são programadas anualmente, em função da disponibilidade orçamentária para cada exercício e considerando prioridades de governo. A seleção de comunidades quilombolas a serem contempladas na programação é feita com base nas informações de demandas prestadas pela SEPPIR à Funasa. A Funasa tem priorizado o atendimento de demandas dos municípios que possuem projetos técnicos de engenharia elaborados. Os municípios encaminham suas demandas às Superintendências Estaduais da Funasa ou à SEPPIR. No caso do PAC 2 a Funasa realizou seleção de pleitos por meio de carta-consulta. Em algumas situações, a Funasa também tem executado as ações por meio de contratação direta (Brasil, 2013, p. 23).

Dessa maneira, como podem observar, existem um conjunto de ações e orçamento distintos para as comunidades que vivem em situações de vulnerabilidade. A Funasa prioriza os municípios que possuem projetos de engenharia. É da responsabilidade das prefeituras em que uma maior parte da sua população seja quilombola, especificamente, os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, encaminhar um ofício para Funasa e SEPPIR para que as comunidades sejam priorizadas nas ações do PAC.

Programa Água para Todos, esse programa faz parte do plano “Brasil sem miséria”, e consiste em “um conjunto de ações do Governo Federal que busca universalizar o amplo acesso e uso de água para populações que não dispõem desse serviço público essencial” (Brasil, 2013, p. 23). Ou seja, as comunidades quilombolas que são carentes, que não têm acesso a tratamento de água, têm, portanto, direito a esse serviço.

No entanto, para ser atendido pelo programa Água para todos, é requisito a inscrição no CadÚnico do governo federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), comprovando que cada morador dispõe de uma renda de 140,00 mensais, e aposentados com uma renda previdenciária.

O programa visa o atendimento de famílias moradoras de áreas rurais com acesso precário à água, inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e que apresente renda familiar por pessoa de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais, além de aposentados que, independente do valor da renda vivem exclusivamente da renda previdenciária. Todos os municípios do semiárido que possuam famílias nessas condições já estão inseridos no Programa, e serão atendidos por meio dos Governos estaduais ou das instituições vinculadas ao Ministério da Integração Nacional: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. As comunidades quilombolas são priorizadas nesse programa

(Brasil, 2013, p. 24).

Habitação Rural, “o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo I, concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário pessoa física, agricultor familiar ou trabalhador rural” (Brasil, 2013, p. 25). O objetivo dessa política é o de aprimorar as habitações onde teve um acordo entre SEPPIR e a CAIXA Econômica, sendo responsável pelo programa Minha Casa, Minha Vida, a fim de promover o desenvolvimento local direcionado às comunidades negras rurais, juntamente com as associações de quilombos.

Os cidadãos que podem participar são os Trabalhadores rurais e agricultores familiares, com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00, que comprovem enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)” (Brasil, 2013, p. 26). Os requisitos para o benefício são ser brasileiro, com a indicação da entidade organizadora, apresentar o documento com CPF, se brasileiro naturalizado e que tenha Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitida nos últimos 3 anos.

A Entidade Organizadora pode ser uma cooperativa, associação, sindicato, o próprio poder público (Estado, Município e Distrito Federal), que deve reunir certo número de agricultores familiares com toda a documentação exigida, elaborar um plano de ação e submetê-lo à Caixa Econômica Federal (CAIXA) para avaliação do plano e dos documentos. Após a análise, caso o plano seja considerado apto e toda a documentação esteja correta será firmado entre a CAIXA e Entidade Organizadora um termo de compromisso, além de ser procedida à abertura de uma conta em nome da comissão de representantes do empreendimento (que deve ser eleita) (Dalosto, 2016, p. 113).

Programa Luz para todos, o objetivo desse programa é levar energia a população que mora em local sem acesso a este serviço, sendo “a meta do Ministério das Minas e Energia (MME), por meio do Programa Luz para Todos (previsto pelo Decreto nº. 7520/2011), é levar energia elétrica até 2014 à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço público” (Brasil, 2013, p. 29). O Programa Luz para Todos (LPT) tem como finalidade a eletricidade, contribuindo para redução da pobreza e fortalecendo a agricultura familiar local. Para ter acesso a esse programa, é necessário que as famílias estejam inscritas no Cadastro Único do governo federal para programas sociais. Quem pode participar são as famílias com um ganho de até meio salário-mínimo, tendo prioridade no acesso a essa política as pertencentes a assentamentos rurais, comunidades indígenas e

quilombolas.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é um programa que visa financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores. O Pronaf disponibiliza créditos aos trabalhadores rurais para custeio da safra ou em equipamentos para infraestrutura da produção e serviço, tendo incluído os assentados, populações indígenas e quilombolas (Brasil, 2013).

O Pronaf oferece as seguintes linhas de crédito: Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimentos – Investimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; Pronaf Floresta Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-Parte; Microcrédito Rural (Dalosto, 2016, p. 114).

No âmbito do Pronaf, convém mencionar como um requisito, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que consiste em um documento que possibilita o ingresso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e também ao Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE). A DAP é emitida pelos órgãos do estado, e alguns municípios contam com apoios rurais e algumas cooperativas credenciadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, que também são órgãos emissores. Os produtores rurais podem ter no máximo 415 mil reais de renda anual, e 50% da sua renda tem que ser o número da atividade de agropecuária. Uma outra regra é que os produtores rurais não podem ultrapassar os números de funcionários comparados aos números de pessoas que compõem essa DAP. Por exemplo, a DAP que compõem três membros da família, marido e mulher e filho, pode incluir no máximo três funcionários registrados no nome do titular, sendo que esta regra não se aplica a eventuais contratações. A DAP tem como base a lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, que, por sua vez, estabelece algumas diretrizes da Política Nacional da Agricultura

Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais¹⁵.

Como mencionado, esta linha de crédito possui algumas regras, sendo necessário que todos os agricultores tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é um documento emitido pelo governo federal que identifica a família beneficiária ao programa, incluindo as comunidades indígenas e quilombolas.

Programa Cisternas, “iniciativa do Ministério Social e Combate à Fome – MDS, o acesso à água potável, como componente fundamental da garantia da segurança alimentar e nutricional, para as famílias de baixa renda”. (Brasil, 2013, p. 34). Os cidadãos que podem participar desse programa são pessoas de baixa renda, vinculadas ao programa Bolsa Família do governo federal. Algumas famílias quilombolas tiveram acesso às cisternas, muitos não utilizam por falta de chuva, ou seja, não chove o suficiente para que as cisternas fiquem abastecidas.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), “tem como finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (Brasil, 2013, p. 38). Esse programa destina-se aos produtores rurais que estão enquadrados no Pronaf. No âmbito do programa, são destinados equipamentos para os moradores rurais. O programa tem como um dos públicos-alvo as comunidades quilombolas que vivem em situações de insegurança alimentar nutricional.

O Programa de Aquisição de Alimentos PAA tem como base a Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003; e o Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, alterado pelo Decreto nº. 5.873,

¹⁵ Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas pública direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária. [...] Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios: I - descentralização; II - sustentabilidade ambiental, social e econômica; III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: I - crédito e fundo de aval; II - infra-estrutura e serviços; III - assistência técnica e extensão rural; IV - pesquisa; V - comercialização; VI - seguro; VII - habitação; VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; IX - cooperativismo e associativismo; X - educação, capacitação e profissionalização; XI - negócios e serviços rurais não agrícolas; XII - agroindustrialização. [...] Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação. (BRASIL, 2006). Informações disponíveis em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso 22 de setembro de 2023.

de 15 de agosto de 2006. Segundo a norma editada em 2006, os objetivos principais deste Programa são:

Art. 19. [...]:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (Brasil, 2006 apud Dalosto, 2016, p. 119).

Considerando que produtos originários de territórios quilombolas podem ser incluídos no Programa de Aquisição de Alimentos, é válido salientar a criação do “Selo Quilombos do Brasil”, lançado em 2009, que “é uma identificação de origem, que visa atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola [...] O Selo Quilombos do Brasil é uma identificação de origem de produtos oriundos das comunidades (Brasil, 2013, p. 41). O selo busca a qualificação dos produtos quilombolas do Brasil, conforme as regras da agricultura familiar, com a inclusão da certidão de autodefinição, isto é, reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares.

O agricultor familiar, a cooperativa ou a associação de agricultores familiares, seja quilombola ou não, devem possuir DAP. No caso de empresas é possível utilizar o Selo Quilombola ou Selo da Agricultura Familiar quando comprovar que pelo menos 50% da matéria-prima utilizada é oriunda de produtos adquiridos da agricultura familiar. Para utilizar o selo o interessado deve enviar uma carta de solicitação endereçada ao Secretário de Agricultura Familiar do MDA, estar em dia com a sua documentação (pessoal, no caso de indivíduo, e jurídica, no caso de pessoas jurídicas). Deverá preencher a proposta de obtenção, disponível na Portaria, na qual o interessado irá prestar todas as informações sobre o empreendimento e os produtos nos quais pretende aplicar o selo (Dalosto, 2016, p. 123-124).

Deste modo, podemos dizer que as pessoas que podem participar são os remanescentes de quilombos mediante a apresentação da documentação emitida pela portaria MDA nº

7/2012. Porém, a comunidade precisa estar certificada pela Fundação Cultural Palmares, em conformidade com a portaria nº 98/2007.

Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER), faz parte do plano Brasil sem Miséria do governo federal, juntamente à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura e Reforma Agrária direcionadas às famílias que vivem em situações de vulnerabilidade social, tendo como base em seu público-alvo as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos, povos de matriz africana, povo de terreiro, e etc. Deste modo, cada família recebe um valor de 2.400,00 reais mensais para sustento de suas atividades.

Para as famílias que moram em comunidades tradicionais, há um perfil requerido para a inscrição no programa, sendo a renda *per capita* de até R\$70,00 reais, de acordo com os dados do censo de 2010. Conforme documento do governo federal (Brasil, 2013), a existência de banco de dados para identificação imediata das famílias tem como principal objetivo localizar o público que ainda não foi contemplado com as políticas direcionadas e são integrantes da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT. Quem pode participar são as famílias que estão em situações de vulnerabilidade social, população de comunidades tradicionais (Brasil, 2013, p. 40).

Programa Brasil Local – Economia Solidária é uma iniciativa que visa fomentar práticas de economia solidária em comunidades brasileiras, promovendo geração de trabalho, renda e inclusão social de maneira sustentável. A economia solidária é uma alternativa ao modelo econômico tradicional, baseada em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e respeito ao meio ambiente.

O Brasil Local é um Projeto voltado para a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária. Sob o comando da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), o Brasil Local fomenta a organização de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores(as), facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo, como capacitação, crédito comunitário, equipamentos, formalização e escoamento da produção. A principal estratégia do Projeto é articular iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários. O projeto é destinado a Empreendimento de Economia Solidária (EESs) com atuação em diversos setores, como agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, localizados em comunidades rurais e urbanas por todo o país. É conferida prioridade a empreendimentos organizados por mulheres, jovens, povos tradicionais e beneficiários do programa bolsa família (Brasil, 2013, p. 43).

Construção de escola quilombola- Escola do Campo: o objetivo desta iniciativa é desenvolver ações voltadas à ampliação, adequação, reforma e/ou manutenção das escolas de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, considerando os resultados de um diagnóstico prévio da situação das escolas da rede municipal de ensino e a progressão das matrículas em cada localidade (Brasil, 2013, p. 44).

De acordo com a Resolução nº 08/2012¹⁶, do Conselho Nacional de Educação, em seu artigo 9º, 10 e 11 reconhece-se que:

[...] A Educação Escolar Quilombola compreende: I - escolas quilombolas; II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Parágrafo único Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola. Artigo 10 A organização da Educação Escolar Quilombola, em cada etapa da Educação Básica, poderá assumir variadas formas, de acordo com o Artigo 23 da LDB, tais como: I - séries anuais; II - períodos semestrais; III - ciclos; IV - alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos; V - grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Artigo 11 O calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério do respectivo sistema de ensino e do projeto político-pedagógico da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB. (Resolução nº 08/2012).

Em relação às especificidades da Escola quilombola, Silva e Pelá (2021) afirmam que “o Projeto Político Pedagógico tem como premissa a expressão da autonomia da identidade da escola, ou seja, a educação da escola quilombola tem de ter um ensino contextualizado para todas as comunidades, trazendo o ensino para o cotidiano das crianças” (Silva; Pelá, 2021, p. 16).

Para isso, o estado e municípios têm que fornecer os livros didáticos como previsto no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem como objetivo desenvolver ações voltadas para as comunidades quilombolas. Contudo, é necessário que haja engajamento do estado no desenvolvimento das políticas públicas de educação escolar quilombola que atendem aos estudantes oriundos de territórios quilombolas mantendo suas identidades e culturas.

¹⁶ Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_8_12.pdf>. Acesso 26 de setembro de 2023.

Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE)¹⁷. Trata-se de uma política pública gerenciada pelo Ministério da Educação, o MEC, que busca atender todos os alunos da rede pública de ensino. Esse programa visa contribuir para o crescimento e aprendizagem no rendimento escolar de cada aluno por meio da educação alimentar. O Programa fundamenta-se no artigo nº 208, incisos IV e VII da Constituição Federal, que prevê o estabelecimento de repasses do governo federal para os estados e municípios, além do distrito federal. O programa é fiscalizado pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e, também, pelo Ministério Público.

O Programa está prescrito na lei nº 11.947, de 16/06/2009, que regula o atendimento aos alunos da educação básica, ensino fundamental, médio, como também para os estudantes da EJA. Essa educação alimentar prevê um alimento nutricional, em parceria com agricultura familiar, que são fornecedores de alimentos para as escolas da rede pública de ensino, estabelecendo uma obrigação de que as prefeituras, juntamente com a Secretaria Estadual de Educação dos respectivos estados, invistam 30% dos recursos arrecadados do governo federal na compra de alimentos. O quadro 3 abaixo apresenta dados referentes ao valor dos repasses por nível de ensino para cada estudante.

Quadro 3: números de estudantes per capita dias letivos

Número de Estudantes X per capita X dias letivos de atendimento = Repasse		
Etapas de Ensino	Idade	Por dia letivo
Creche	0-3 anos	R\$ 1,00
Pré-escola	4-5 anos	R\$ 0,50
Ensino Fundamental	6-14 anos	R\$ 0,30
Ensino Médio	15-18 anos	R\$ 0,30
EJA	> 14 anos	R\$ 0,30
Quilombola	0-18	R\$ 0,60
Indígena	0-18	R\$ 0,60
<i>Estudantes que estudam em período integral</i>		<i>R\$ 1,00</i>

¹⁷ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa/paa-ci/pnae/pnae>. Acesso 25 de setembro de 2023.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 02, de 10 de março de 2023, que atualiza a Resolução CD/FNDE nº 06/2020, os valores per capita para estudantes foram reajustados. Esses valores variam conforme a modalidade de ensino, a carga horária e a localização. No ensino parcial, vão de R\$0,41 a R\$0,86, com os maiores valores destinados a escolas em áreas indígenas e quilombolas. Para escolas de tempo integral e creches, o valor é de R\$1,37 por estudante. Já o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral assegura R\$ 2,56 por aluno, e o atendimento educacional especializado (AEE) no contraturno recebe R\$ 0,68 por estudante¹⁸.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), trata de “uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa a ampliar a oferta de vagas na educação profissional brasileira e melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2013, p. 49). A sua finalidade é promover os atendimentos aos beneficiários dos programas sociais do governo federal, a partir dos 16 anos de idade. “A pessoa interessada deve dirigir-se à Secretaria Municipal de Assistência Social ou aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS ou Centros de Referência Especializada de Assistência Social” (CREAS) (Brasil, 2013, p. 51).

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública brasileira criada em 2003 com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social. Ele se baseia na transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com condições para promover acesso à saúde, educação e outros serviços essenciais. Desde sua criação, o programa tem sido um dos pilares das políticas sociais no Brasil, impactando milhões de famílias em todo o país.

É um programa de transferência direta de renda que beneficia, em todo País, famílias em situação de pobreza (renda familiar per capita de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e de extrema pobreza (renda familiar per capita de até R\$ 70,00). A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Podem fazer parte do Programa Bolsa Família as famílias com renda mensal de até R\$ 140 (cento e quarenta reais) por pessoa devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A renda da família é

¹⁸ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda por 140,00, só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$70,00 por pessoa, podem participar do Bolsa Família - qualquer que seja a idade dos membros da família (Brasil, 2013, p. 52).

Entretanto, o “novo” Bolsa Família, chamado de auxílio Brasil durante a gestão do ex-presidente Bolsonaro (2019-2022), teve, em 2022, o seu valor aumentado para R\$400 reais mensais, subindo, logo depois, para R\$600 reais até dezembro de 2022, no período eleitoral. Com a mudança de governos, no início do governo Lula 3, o programa voltou a se chamar de Bolsa Família, mantendo o valor de R\$600 reais. Para tanto, quem pode participar são as pessoas que estão em situações de extrema pobreza, com inscrição no Cadastro Único do governo federal e ter uma renda de R\$218,00 per capita. As famílias quilombolas são priorizadas nesse programa.

Programa Saúde da Família – (PSF), “como uma estratégia estruturante dos sistemas municipais de saúde tem provocado um importante movimento com o intuito de reordenar o modelo de atenção no SUS” (BRASIL, 2013, p. 55) que tem como um dos objetivos beneficiar as comunidades quilombolas, dirigindo a maior parte dos recursos federais para os municípios que possuem comunidades tradicionais. De acordo com a Portaria nº 90 de 17 de janeiro de 2008, elaborada pelo Ministério da Saúde, atualiza-se o quantitativo de remanescentes da população quilombola, por município, para redefinir o número de equipes de saúde mobilizadas para cada território.

Programa Saúde Bucal – (PSB)/Brasil Sorridente (2013), o **Programa Saúde Bucal (PSB)**, conhecido como **Brasil Sorridente**, é uma iniciativa do governo brasileiro lançada em 2004, com expansão e fortalecimento até 2013, para ampliar o acesso aos serviços de saúde bucal no Sistema Único de Saúde (SUS). O **Brasil Sorridente** destacou-se como uma das maiores políticas públicas de saúde bucal do mundo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da autoestima da população brasileira.

Especificamente, o Brasil Sorridente é uma política do governo federal com o objetivo de ampliar o atendimento e melhorar as condições de saúde bucal da população brasileira. As principais linhas de ação do Brasil Sorridente são a reorganização da Atenção Básica em saúde bucal (principalmente por meio da estratégia da saúde da família e qualificação da atenção especializada, através principalmente, da implantação de Centros de Especialidades

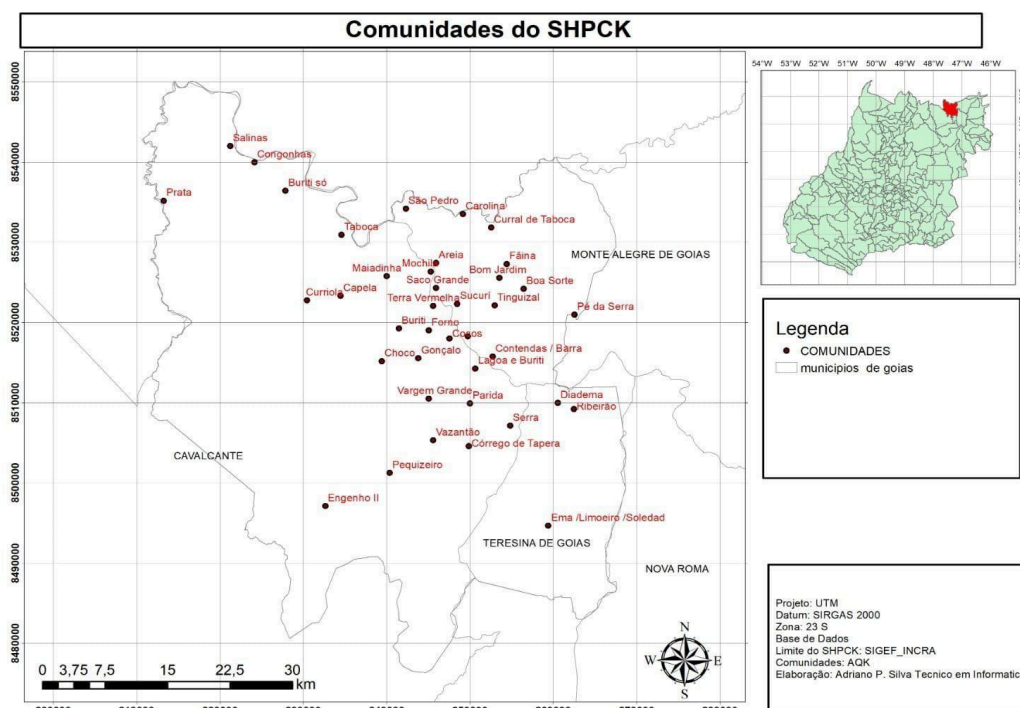
Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias) e a viabilização da adição de flúor nas estações de tratamento de águas de abastecimento público (Brasil, 2013, p. 56).

CAPÍTULO 3

CATALIZAÇÃO SOCIAL SOBRE OS MUNICÍPIOS DE CAVALCANTE TERESINA DE GOIÁS E MONTE ALEGRE DE GOIÁS

Este capítulo abordará o conjunto de dados que podem contribuir para a melhor percepção das vulnerabilidades e desigualdades presentes nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Desta sorte, iremos trazer dados sobre as desigualdades que marcam esses territórios, cotejando por raça, apresentando uma dimensão sobre a prestação de serviços públicos nesses municípios goianos, tais como: índice de pobreza, saúde, educação e transportes. A técnica de análise utilizada foi a estatística descritiva, sendo os dados expostos extraídos de relatórios do Instituto Mauro Borges. A Figura abaixo oferece uma visão da extensão do território quilombola Kalunga que perpassa os três municípios citados.

Figura 19: Mapa do território Kalunga nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGEF/INCRA e da Associação Quilombo Kalunga (AQK), adaptado por Adriano P. Silva.

É possível perceber os índices de pobreza de uma localidade ou região por meio da observação de quatro grupos de indicadores: 1. educação, 2. acesso a condições mínimas de moradia (energia e saneamento básico), 3. emprego e renda, 4. saúde. As informações a seguir são originais do banco de dados do Instituto Mauro Borges (IMB).

Apresento abaixo a taxa de evasão (abandono) e reprovação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB e a adequação dos docentes à sua formação profissional, ou seja, se os professores estão ministrando aulas para as quais eles se graduaram, além do quantitativo de estabelecimentos de ensino e de matrículas de cada um dos municípios analisados. Os dados correspondem ao período de 2018 a 2021.

Tabela 1: Taxa de Abandono - Total (%)

		2018	2019	2020	2021	
Cavalcante	Ens. Fund.	1,8	3,3	0,5	1,7	
	Ens. Med.	4,4	7,1	1,3	11, 6	
Monte Alegre de Goiás	Ens. Fund.	1,7	1,3	0,4	0,5	
	Ens. Med.	2,3	2	0,7	1,2	
Teresina de Goiás	Ens. Fund.	0,7	0,2	0,2	0,6	
	Ens. Med.	2,8	0	/0	1,1	

Fonte: elaboração própria, dados originais do (IMB), abril, 2023.

A partir da observação dos dados da tabela, é notório que a maior taxa de evasão se concentra em Cavalcante. Observando o ano de 2019, Cavalcante apresentou um índice de 3,3% de evasão escolar no ensino fundamental e 7,1% no ensino médio, estando à frente de Monte Alegre de Goiás com 1,3% e 2% e Teresina de Goiás com 0, 2% e 0%, para o mesmo ano e etapas de ensino observadas.

Portanto, esses índices representam o quanto a desigualdade de acesso à educação e a permanência é maior em alguns desses municípios. A evasão escolar que os dados mostram

no ensino médio é um dos principais problemas para a mudança no quadro das desigualdades. Reduzir as taxas de evasão tem sido uma tarefa que exige persistência e ações continuadas dos organismos responsáveis pela educação.

Tabela 2: Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental - Total (%)

		2018	2019	2020	2021
Cavalcante	Ens. Fund	7,3	11,6	0	4,6
	.				
Monte Alegre de Goiás	Ens. Med.	1,9	6,6	0	8,7
	Ens. Fund	3,4	7,3	0,1	0,8
Teresina de Goiás	Ens. Med.	1,5	1,9	0,6	0
	Ens. Fund	5,2	5,3	0,2	2
	Ens. Med.	6,5	2,7	0	0

Fonte: elaboração própria, dados originais do (IMB), abril, 2023.

A tabela acima apresenta a taxa de reprovação no ensino fundamental e médio entre os anos de 2018 e 2021. É possível notar que houve um crescimento nas taxas de reprovação nas cidades de Cavalcante e Monte Alegre de Goiás, seguidas de um apagamento¹⁹ das informações no ano de 2020 e um retorno no ano de 2021. Entretanto, a cidade de Teresina de Goiás seguiu por uma rota diferente, tendo uma taxa de reprovação em queda no ensino médio e um quadro estabilizado no ensino fundamental nos primeiros anos observados, seguido de queda.

Em Cavalcante a maior taxa observada aconteceu em 2019 no ensino fundamental,

¹⁹Aqui a expressão é utilizada de modo figurativo e não literal, muito embora seja notório a falta de compromisso com a transparência vivenciada no Brasil nos anos de 2020, 2021 e 2022.

alcançando o marco de 11,6%, em comparação ao ensino médio, 6,6% no mesmo ano; já em 2021, foram os estudantes do ensino médio aqueles que mais reprovaram em Cavalcante, com uma taxa de 8,7% da em comparação a 4,6% no ensino fundamental. Em Monte Alegre de Goiás, a maior taxa é de 7,3% no ensino fundamental, em 2019, e de 1,9% no ensino médio. Com relação a Teresina de Goiás, por sua vez, a maior taxa é de 5,3% no ensino fundamental, em 2019, e de 6,5% no ensino médio, em 2018.

Tabela 3: IDEB - Ensino Fundamental - Rede Pública

		Cavalcante	Monte Alegre de Goiás	Teresina de Goiás
Anos Iniciais	2019	4,7	4,7	5,2
	2021	4,7	4,7	4,8
Anos Finais	2019	3,8	4,8	4,6
	2021	4	4,4	4,4

Fonte: elaboração própria, dados originais do IMB, abril, 2023

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que mede a qualidade do ensino básico na rede pública e revela, portanto, as condições das instituições escolares de diferentes regiões e municípios do Brasil. O índice varia de 0 a 10 e captura a qualidade dos anos iniciais e finais deste nível escolar. Na tabela acima é notável a similaridade entre os índices apresentados pelos municípios, no ano de 2019 e 2021. Cavalcante é representada no IDEB nestes anos com o índice de 4,7 para os primeiros anos e 3,8, nos anos finais. Em relação a Monte Alegre de Goiás, o número é também de 4,7 e os anos finais é de 4,4. Por sua vez, o ensino na cidade de Teresina de Goiás quando mencionamos os anos iniciais é de 5,2 e os finais é de 4,4. Desse modo, podemos dizer que, quando mensuramos os três municípios, os números estão devidamente iguais em sua grande maioria e em alguns casos com baixa variação para mais ou para menos.

Tabela 4: Adequação da Formação de Docente - Total (%)

		Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	EJA Fundamental	EJA Médio
Cavalcante	2018	30	14,7	7,7	5,9	9,1
	2019	35,3	17,8	19,2	0	-
Monte Alegre de Goiás	2018	64,3	23	26,7	8,3	10,6
	2019	69,2	25,3	20,1	7,7	11,4
Teresina de Goiás	2018	16,7	20,8	13,2	-	27,3
	2019	50	15,8	26,4	-	-

Fonte: elaboração própria, dados originais do (IMB), abril, 2023.

Nesta tabela iremos abordar os dados relativos à formação de cada docente vinculado ao município, por área de formação em comparação às disciplinas lecionadas pelos docentes. A adequação docente é muito relevante para um desenvolvimento pleno em qualquer etapa educacional. Observa-se que em Cavalcante sua maior porcentagem de adequação está na educação infantil com 30% no ano de 2018 e 35,3% no ano de 2019.

Quando olhamos para o ensino fundamental, a adequação sofre queda para menos da metade do vínculo professor disciplina presente na etapa anterior, apresentando o percentual de 14,7% em 2018 e 17,8% em 2019. Esse déficit é contínuo para as etapas seguintes no ano de 2018, porém no ano de 2019 há um crescimento da adequação no ensino médio, quando comparada às etapas, o crescimento é de 11,5 pontos na adequação.

Já na cidade de Monte Alegre de Goiás, a taxa de adequação é de 64,3 % em 2018 e 69,2%, em 2019 na educação infantil, no ensino fundamental essa taxa cai para 23% no ano de 2018 e 25,3% em 2019, sendo o maior percentual para o ensino fundamental quando comparado as três cidades. O ensino médio na cidade de Monte Alegre de Goiás varia em queda de 26,7 no ano de 2018 para 20,1% em 2019, já o Educação de Jovens e Adultos (EJA) nível fundamental também sofre variação em queda, saindo de 8,3% em 2018 para 7,7% em 2019 e no EJA correspondente ao ensino médio, observa-se que o percentual sobe de 10,6% para 11,4% nos anos analisados.

Nos anos observados, a cidade de Teresina de Goiás obteve a maior variação em crescimento na educação infantil, saindo de 16,7% para 50% de adequação. No ensino fundamental essa variação é em queda saindo de 20,8% para 15,8% de adequação. A cidade

não conta com o sistema EJA nos anos observados, sendo o ensino médio o último ano com disponibilidade de dados e a variação é positiva com 13,2 pontos percentuais de um ano para 26, 4% no outro.

Em geral, os dados em relação aos ensinos nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás mostram como o ensino vem sendo administrado nestas cidades. Os indicadores classificam a correspondência entre a formação e a disciplina que cada professor leciona.

Tabela 5: Estabelecimento de Ensino – Total (n°)

		2018	2019	2020	2021	2022
Estadual	Cavalcante	2	2	2	2	2
	Monte Alegre de Goiás	6	6	6	4	4
	Teresina de Goiás	2	2	2	2	2
Municipal	Cavalcante	22	22	22	22	20
	Monte Alegre de Goiás	13	13	13	13	14
	Teresina de Goiás	3	3	3	3	3
Particular	Cavalcante	1	1	1	0	1
	Monte Alegre de Goiás	-	0	-	0	0
	Teresina de Goiás	-	0	-	0	0

Fonte: elaboração própria, dados originais do (IMB), abril, 2023.

A tabela acima apresenta o número total de estabelecimentos de ensino nas cidades de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, entre os anos de 2018 e 2022, classificados em três categorias: estaduais, municipais e particulares.

Dessa forma, Cavalcante e Teresina de Goiás mantiveram uma estabilidade no número de escolas estaduais ao longo dos anos (2 escolas cada). Monte Alegre de Goiás manteve 6 escolas de 2018 a 2020, mas houve uma redução para 4 em 2021 e 2022.

Cavalcante teve 22 escolas municipais estáveis de 2018 a 2021, mas caiu para 20 em 2022. Monte Alegre de Goiás manteve 13 escolas de 2018 a 2020, aumentando para 14 em 2022. Teresina de Goiás manteve 3 escolas municipais constantes ao longo dos anos. Cavalcante manteve 1 escola particular de 2018 a 2020, teve uma queda para 0 em 2021, mas voltou a ter 1 em 2022. Monte Alegre de Goiás teve apenas 1 escola particular em 2018, mas

não manteve nenhuma nos anos seguintes.

Contudo, o número de escolas estaduais em Monte Alegre de Goiás sofreu uma redução significativa a partir de 2021. Cavalcante teve uma leve queda nas escolas municipais em 2022. O número de escolas particulares é muito baixo na região, com Monte Alegre de Goiás deixando de ter esse tipo de instituição após 2018.

Tabela 6: Matrículas por nível de ensino – Total (nº)

		<i>2018</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>
Cavalcante	Creche	86	125	96	64	107
Monte Alegre de Goiás		63	61	61	53	39
Teresina de Goiás		-	0	0	0	0
Cavalcante	Pré- escolas	213	231	230	207	223
Monte Alegre de Goiás		146	151	186	158	164
Teresina de Goiás		85	97	80	91	108
Cavalcante	Ens. Fund	1.787	1.761	1.537	1.702	1.659
Monte Alegre de Goiás		1.169	1.075	1.036	1.069	1.057
Teresina de Goiás		548	515	519	525	477
Cavalcante	Ens. Med	375	424	407	489	475
Monte Alegre de Goiás		270	268	318	352	309

Teresina de Goiás		113	118	148	183	148
Cavalcante	Ed. Prof.	-	0	0	29	57
Monte Alegre de Goiás		-	0	0	0	0
Teresina de Goiás		-	0	0	0	0
Cavalcante	Ed. Esp.	62	62	57	60	64
Monte Alegre de Goiás		64	55	53	58	58
Teresina de Goiás		10	13	13	15	20
Cavalcante	EJA	75	16	45	7	18
Monte Alegre de Goiás		72	56	36	59	34
Teresina de Goiás		13	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria, dados originais do (IMB), abril, 2023.

Os dados da tabela acima representam os números de matrículas na rede pública de ensino. Sendo que na cidade Cavalcante a única Creche do município teve o seu menor número de matrículas em 2018, com 86, e o maior número foi em 2022, com 107 matrículas, sendo pouco acessível às comunidades quilombolas. Quando envolve a cidade de Teresina, não encontramos dados que possam mensurar a quantidade de crianças atendidas na creche nesta cidade.

Segundo os dados da tabela, que representam a quantidade de alunos matriculados na pré-escola, na cidade de Cavalcante, o menor número de alunos atendidos foi em 2021, com 207 alunos matriculados, já em 2020, houve um pequeno aumento com cerca de 230 alunos.

Em Monte Alegre de Goiás, o menor número de alunos atendidos na pré-escola foi em 2018, com 146 alunos, e o maior total foi em 2020, com 186 alunos. Em relação aos dados da cidade de Teresina de Goiás, percebe-se que seu menor foi em 2018, com 85 alunos matriculados na rede pública de ensino, e o maior foi em 2022, com 108 alunos.

Quanto aos dados de Cavalcante de alunos matriculados no ensino fundamental, o menor número foi em 2020, com 1.537 de alunos matriculados, e o maior foi em 2018, com 1.787 alunos matriculados. Na cidade de Monte Alegre, o menor número foi em 2020, com 1.036 alunos atendidos, e o maior, 1.169, em 2018. Em Teresina de Goiás, o menor foi em 2019, com 515 alunos matriculados, e seu maior foi em 2018 com 548 alunos atendidos.

Dessa forma, em relação aos dados do ensino médio de Cavalcante, seu maior número foi de 489 em 2021, e seu menor número de alunos matriculados foi 375 em 2018. Em Monte Alegre de Goiás, o menor foi de 268 em 2019, e o maior foi de 352, em 2021. Na cidade de Teresina, seu menor número de alunos foi de 113, em 2018, tendo seu maior desempenho em 2021, com 183 alunos.

3.1 Energia e água tratada

Apresento aqui o número de pessoas com acesso à energia elétrica residencial urbana e rural. Esse indicador é importante para mensurar o acesso das pessoas a condições básicas de moradia.

Tabela 7: Acesso à Energia Elétrica (n°)

Variável	Localidade	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Elétrica Residencial - Consumidores (número)	Cavalcante	2.360	2.406	2.489	2.640	2.655
	Monte Alegre de Goiás	1.703	1.652	1.732	1.762	1.813
	Teresina de Goiás	743	733	780	802	810
Energia Elétrica Rural - Consumidores (número)	Cavalcante	406	694	892	1.535	1.764
	Monte Alegre de Goiás	947	1.034	1.163	1.212	1.358

	Teresina de Goiás	311	315	324	376	390
--	-------------------	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: elaboração própria, dados originais do (IBGE), maio, 2023.

Os indicadores mostram que o acesso à energia elétrica nas cidades de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás vem crescendo gradualmente, em proporção aos números de pessoas. Em 2018, na cidade de Cavalcante seu menor número foi de 2.360 e seu maior número de pessoas com acesso à energia cresceu para 2.655 em 2022. E em Monte Alegre de Goiás, seu menor número corresponde a 1.703 pessoas atendidas e teve um pequeno aumento em 2022, com cerca de 1.813 pessoas atendidas. Por sua vez, em Teresina de Goiás, o último levantamento realizado pelo IBGE com relação ao número menor é de 743 pessoas atendidas com energia elétrica em 2018. Contudo, no ano de 2022 esse número cresceu para 810 famílias atendidas. Considerando o acesso à energia elétrica na zona rural, os consumidores, tanto em Cavalcante quanto em Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, somando o acesso à energia elétrica em 2022 nos três municípios, observa-se um progressivo aumento em relação aos anos anteriores.

A chegada da energia elétrica em 2020 é um sonho que foi realizado para alguns integrantes da comunidade quilombola Kalunga no Vão do Moleque, região de difícil acesso em Cavalcante. Pela primeira vez, setenta famílias do povoado tiveram acesso à luz em suas casas, com a chegada da energia nesta região. É importante destacar que o quilombo Kalunga no Vão do Moleque é uma das comunidades mais isoladas do município e pela primeira vez algumas localidades desta comunidade passam a ter acesso à energia elétrica (Oliveira, 2020).

Um dos benefícios que a oferta deste serviço trouxe para essa região foi o uso do triturador de ração para os animais. Nesta comunidade moram cerca de 600 famílias, no mesmo ano de 2020 algumas famílias foram beneficiadas pela construção de 360 km de rede, um investimento de 22 milhões de reais, segundo a Enel. Até o fim do ano de 2023, a previsão era que a energia chegasse a 2 mil residências em todo território Kalunga dos três municípios. Porém, os números não condizem com a realidade, uma boa parte da comunidade Kalunga Vão do Moleque não tem acesso ainda a energia elétrica, sendo elas: Congonhas, Salinas, Corrente e Barra do Rio da Prata (Santos, 2020).

Tabela 8: abastecimento de água

Variável	Localidade	2018	2019	2020	2021	2022
Percentual da População Atendida com Água (%)	Cavalcante	100	100	100	100	100 %
	Monte Alegre de Goiás	100	100	100	100	100 %
	Teresina de Goiás	100	100	100	100	100 %
População total residente do(s) município(s) com abastecimento de água (habitantes)	Cavalcante	9.693,00	9.709,00			
	Monte Alegre de Goiás	8.527,00	8.606,00			
	Teresina de Goiás	3.416,00	3.458,00			

Fonte: elaboração própria, dados originais do (IMB), maio, 2023.

De acordo com os indicadores relativos ao percentual da população dos três municípios goianos na área urbana, há acesso à água tratada, enquanto as áreas rurais, porém, apenas duas comunidades têm acesso a água tratada: São Domingos, que fica a 60 km da área urbana de Cavalcante, e a comunidade Kalunga Engenho II, a que fica 26,9 km da cidade. É importante mencionar que em dezembro de 2020, o governo do estado de Goiás e a Saneago foram para a comunidade quilombola de São Domingos para implantação de um sistema completo de tratamento e distribuição de água. Destaca-se que “as ações de saneamento para as comunidades quilombolas estão inseridas no Programa Saneamento Básico, cujo órgão responsável é o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, identificadas em ações de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário” (Brasil, 2013, p. 22).

Conforme o relatório final dos pesquisadores Santana; Souza; Tavares (2024), da Universidade Federal de Goiás, intitulado *Determinantes Sociais da Saúde e Qualidade de Vida de Remanescentes de Quilombos do Estado de Goiás* — uma pesquisa-ação —, constatou-se a ausência de saneamento básico nas comunidades quilombolas Kalunga. Entre os problemas identificados, destacam-se: água não tratada (71,5%), uso de água de poço ou nascente (41,5%), captação de água de córregos ou rios (48,4%), falta de rede de esgoto

(85,6%) e descarte inadequado de lixo, seja por queima ou lançamento em rios (98,9%).

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA DA PESQUISA

Aqui apresento o roteiro metodológico desenvolvido para a realização da pesquisa sobre o tema: A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais, em Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Em seguida trataremos dos instrumentos de coleta de dados junto aos órgãos competentes de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.

4.1- Pesquisa Qualitativa e Estudo De Caso

Para Toledo e Shiaishi (2009), “o objetivo geral do método de pesquisa é encontrar respostas ou soluções aos problemas por meio de uma investigação organizada, crítica, sistemática, científica e baseada em dados observados” (apud Sekaran, 1984, p. 104). A metodologia é um instrumento que irá guiar o instrutor ao longo da pesquisa realizada, garantindo os procedimentos de normas e técnicas empregados nos instrumentos de coletas de dados. De acordo com Severino, “a pesquisa de estudo de caso se concentra no estudo de um caso em particular, considerado representativo de um conjunto de caso análogo, por ele significativamente representativo” (Severino, 2007, p.121).

Conforme os autores, “a abordagem qualitativa tem sido frequentemente utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como sociologia, antropologia, psicologia, dentre outros das ciências sociais” (Denzin; Lincoln, 2000 apud Toledo; Shiaishi, 2009, p. 104). O estudo de caso está interligado quando os cidadãos vão realizar trabalho de campo, ou seja, empregando documentos e ferramentas para coletar dados para sua pesquisa. Dessa forma, o estudo de caso não pode se restringir à bibliografia e demais materiais obtidos por meio da internet, mas utilizar a pesquisa de campo para a realização de um estudo, e fazer coletas de dados.

[...] o estudo de caso como uma forma de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado. Ou seja, o método do estudo de caso procura manter juntas, como uma unidade, aquelas características importantes para o problema que está sendo cientificamente investigado. Para Collis e Hussey (2005),

tal unidade pode ser um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma comunidade (Toledo; Shiaishi, 2009, p. 107).

Dessa maneira, o estudo de caso tem como premissa o levantamento de informações sobre o objeto pesquisado, articulando a investigação do fenômeno estudado com questões levantadas durante a pesquisa, sendo uma oportunidade para o aprofundamento do estudo. Esse recorrente método trabalhado na pesquisa qualitativa terá que conquistar a boa vontade do sujeito entrevistado, ou seja, das pessoas a que se pretende investigar.

O estudo de caso é uma ferramenta que utilizaremos para chegar ao objeto estudado; é um método que utilizamos para cientificamente gerar informações sobre a realidade pesquisada. O problema que será abordado no estudo de caso, é um tema elaborado pelo autor que selecionou um conjunto de questões a serem abordadas e respondidas junto aos entrevistados.

4.2- Instrumento para Coleta De Dados

A pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso é uma forma de obtermos dados que não podem ser quantificados, como os que se extraem das opiniões de cada entrevistado. Isso ocorre, por exemplo, em uma pesquisa a campo, do tipo estudo de caso e qualitativa. Nestes casos, os pesquisadores podem utilizar os questionários e anotações, com o intuito de abordar o tema, ou objeto pesquisado.

[...] os autores comentam que por meio da pesquisa qualitativa são obtidos dados como: opiniões, atitudes, sentimentos e expectativas. Estes itens não podem ser quantificados por serem singulares de indivíduo para indivíduo. A coleta deste tipo de dados possibilita evidenciar condutas e opiniões dos entrevistados [...] também, que nesse processo de coleta de dados pode se fazer uso, ainda, de informações sobre: preferências, hábitos, comportamentos e muitos outros fatores (Toledo; Shiaishi, 2009, p. 113).

Para Toledo e Shiaishi (2009), “é comum que os relatórios de estudo de caso assumam a forma de longas narrativas que não seguem uma estrutura planejada, difícil tanto de ser redigida quanto de ser lida” (p.106). Esse material consiste em um relato que envolve a pesquisa, ilustrando o contexto do tema abordado.

A pesquisa de campo desenvolvido para esse estudo teve como local o município de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Os dados para análise foram coletados por meio da elaboração de um roteiro de perguntas, na forma de uma entrevista semiestruturada que consiste em um modelo de entrevista em que o entrevistador pode vir a fazer perguntas fora do que havia sido combinado e planejado. As perguntas foram direcionadas a representantes de diferentes órgãos públicos dos três municípios.

As questões formuladas exploraram diferentes aspectos do principal tema sob estudo: “A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais”. As entrevistas visam obter a compreensão de representantes de diferentes órgãos públicos de cada um dos municípios. A intenção das entrevistas foi realizar uma reflexão sobre o racismo estrutural e institucional e a desigualdade racial e social que ainda persiste no território Kalunga.

4.3- Entrevistas e Coletas de Dados

Para Gil, “a entrevista focalizada é tão livre quanto a anterior, todavia, enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada” (2008, p. 112). Ou seja, o entrevistador jamais deve interromper o entrevistado; o certo é deixar que o entrevistado discorra sobre os seus argumentos, em resposta à pergunta proposta pelo entrevistador.

A entrevista representa um dos instrumentos básicos para coleta de dados. O termo na sua origem refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. O termo entrevista refere-se, também, ao ato de perceber a realidade entre duas pessoas, entrevistador e entrevistado, respeitando-se os interesses do entrevistado, fazendo perguntas objetivas e diretas.

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo (Gil, 2008, p. 12).

Nas pesquisas qualitativas, geralmente utiliza-se a entrevista como um instrumento de coleta de dados. A pesquisa quantitativa, frequentemente, emprega a aplicação de questionário. Portanto, as entrevistas na pesquisa qualitativa requerem que o pesquisador vá a campo com um roteiro fixo, ou semiestruturado, de perguntas, para fazer uma entrevista. A entrevista é utilizada para a pesquisa qualitativa, embora pode ser aplicada também na abstenção de dados quantitativos por meio da aplicação de um questionário.

A entrevista é uma forma por meio de diálogo montado por perguntas e respostas, que o pesquisador utiliza para obter informações para a investigação que está sendo desenvolvida. A entrevista pode ser estruturada quando o entrevistador define e segue um roteiro das perguntas, sem mudar as ordens das perguntas feitas para a pessoa que irá responder. Nestes casos, as perguntas são formuladas previamente e o roteiro apresenta pouca flexibilidade. Por sua vez, a entrevista semiestruturada é quando o entrevistador possui um roteiro de guia, mas não segue a ordem e pode incluir novas perguntas, de modo que um determinado tema abordado pode fluir para um aprofundamento mais detalhado. Na entrevista caracterizada como não estruturada, sem um roteiro norteador, o entrevistador tem total liberdade para conversar com o entrevistado.

O estudo de caso contempla outras técnicas de coletas de dados, que pode ser a observação, utilizada quando se deseja conhecer bem o objeto investigado, observando-se atentamente, por exemplo, o tipo de comunicação e as hierarquias reais existentes na organização para compreender as relações do sistema. Associada a entrevista, a observação pode dar um outro significado para as respostas do entrevistado, se o pesquisador estiver com um olhar atento a todas as manifestações do entrevistado, desde a linguagem oral até a linguagem gestual.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa foram estruturadas. Reiterando a definição de Gil (2008), “a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número” (p. 113). Dessa forma, podemos dizer que a entrevista estruturada consiste em uma forma do entrevistador aproximar-se do indivíduo que irá ser entrevistado, sendo um grupo de pessoas maior ou menor, já com planejamento prévio do que pretende saber. As entrevistas realizadas para essa pesquisa foram feitas de forma individual, sendo utilizado um celular para gravar as falas e roteiro de perguntas impresso direcionado

aos órgãos competentes ao assunto abordado.

O roteiro das perguntas feitas a representantes de diferentes órgãos do poder público dos três municípios goianos reuniu perguntas objetivas e diretas. As questões colocadas nos roteiros tratavam da questão da vulnerabilidade social no território Kalunga, sobretudo, abordando os assuntos raciais e sociais e capacidade estatal de formalizar políticas públicas voltadas para essas regiões. Em seguida, os entrevistados responderam às perguntas. Como nos afirma Gil,

Questões potencialmente ameaçadoras devem ser elaboradas de forma a permitir que o entrevistado responda sem constrangimentos. É preciso considerar que a entrevista face a face não garante o anonimato. Por isso, questões relacionadas a comportamento criminoso, conduta sexual ou hábitos reconhecidos socialmente como negativos devem ser elaboradas de forma a torná-las o menos ameaçador possível (Gil, 2008, p. 116).

Para isso, as entrevistas tiveram uma gravação eletrônica para preservar o conteúdo abordado, dando oportunidade aos entrevistados para responder com calma as perguntas de roteiro aplicadas pelo entrevistador. As gravações foram feitas por meio de um celular, e teve autorização ética dos entrevistados para que se abordasse cada uma das perguntas colocadas. Podemos dizer que não houve nenhum tipo de irritação por parte dos entrevistados; pelo contrário, todos ficaram satisfeitos com as colocações.

A gravação eletrônica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista. Mas é importante considerar que o uso do gravador só poderá ser feito com o consentimento do entrevistado. O uso disfarçado do gravador constitui infração ética injustificável. Se a pessoa, por qualquer razão, não autorizar a gravação, cabe, então, solicitar autorização para a tomada de anotações (Gil, 2008, p. 119).

Foi proposto uma amostra de representantes com 5 órgãos públicos de cada um dos municípios estudados, Cavalcante, Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás, e do governo estadual. Além deles, entrevistou-se um representante da organização da sociedade civil. A entrevista foi semiestruturada, apresentando-se um roteiro de perguntas introdutórias para dar a liberdade de conversas entre o sujeito entrevistado e o pesquisador. Os entrevistados foram: o prefeito do município de Cavalcante, Vilmar Souza Costa, o vice-prefeito do município de Teresina de Goiás, Martinho Soares da Silva, o diretor da Igualdade Racial do município de

Monte Alegre de Goiás, Manuel Dias Santiago o gerente de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Estado de Goiás, Silvano Borges Macedo, além do presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), Carlos Roberto Pereira da Conceição.

CAPÍTULO 5

RESULTADO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos os resultados de um roteiro de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos órgãos dos municípios e um representante do Estado. Foram formuladas e levantadas pelo entrevistador questões pertinentes ao tema desta pesquisa. Expomos, ainda, a perspectiva de cada entrevistador, suas análises e posicionamento sobre as responsabilidades do Estado e dos municípios em relação à provisão e implementação de diversos serviços e políticas públicas evidenciando as convergências, divergências e possíveis áreas de cooperação entre essas esferas de governo na busca por soluções mais eficazes e inclusivas para as demandas sociais.

5.1 Análise de Dados de Campo: o que diz o prefeito de Cavalcante

A pesquisa tem como fundamento a percepção do prefeito de Cavalcante sobre a questão da vulnerabilidade social recorrente no município, sobretudo fazendo uma análise da negligência do Estado e na aparente ausência de capacidade estatal em implementar políticas públicas para essas localidades. As comunidades quilombolas do estado de Goiás sofrem com a desigualdade social e suas perversas consequências. Desta forma, o estudo busca um diálogo com esses órgãos para entender o assunto abordado.

O primeiro entrevistado foi o prefeito do município de Cavalcante Vilmar Kalunga, que autorizou a gravação e a divulgação de seu nome para a pesquisa. No entanto, foi apresentado ao prefeito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE, juntamente com o roteiro de perguntas feito pelo entrevistador. O profissional do Executivo exerce o cargo de prefeito há 3 anos até o momento da entrevista, tendo sido empossado em 2021, e possui conhecimento sobre o assunto trabalhado na pesquisa voltadas para as comunidades quilombolas e da desigualdade social no município, o que entendemos ser decorrente da negligência governamental para com essas comunidades.

Foi, então, direcionado ao prefeito do município a seguinte pergunta: 1º Considerando

os serviços públicos que deveriam ser ofertados à população, como o de saúde, educação, transporte, saneamento, entre outros, na percepção do poder público, quais deles possuem recursos mais escassos? Nesse sentido, como se dá a oferta desses serviços pelos governos municipal e estadual?

Então, considerando essa pergunta aí, qual deles possui recursos mais escassos, eu diria o transporte, que é uma grande demanda, eu como prefeito da cidade me sinto na obrigação de mudar essa realidade, único meio de transporte é o “pau de arara”, único transporte que nós temos hoje, e se tirarem ele fica mais difícil para as pessoas. Nós estamos buscando recursos para melhorar o acesso, inclusive da comunidade Vão de Almas que é uma comunidade isolada. É importante dizer que o município de Cavalcante não tem tantos recursos que os outros têm. Nós temos uma comunidade que vive a maior parte na zona rural e nos povoados, isso dificulta muito, e principalmente nos períodos das águas que as estradas acabam por causa dos rios. Hoje, nós temos a necessidade de 32 pontes para darmos traficalidades para as pessoas de ir e vir. Então, isso acaba dificultando a saúde para as comunidades, dificulta a educação e também, a questão do transporte escolar, quando você vai ofertar o transporte escolar muitas das vezes fica impedido. O município tem hoje 3 mil quilômetros de estrada de sinais e nas condições financeiras que o município se encontra, pois precisa ser mais olhado tanto pelo governo estadual e federal. Hoje nós temos a maior comunidade quilombola do Brasil neste município, onde tem um prefeito Kalunga, e estamos trabalhando dia e noite para mudarmos essa realidade, mas é preciso que o município tenha apoio do governo estadual e federal.²⁰

Desta forma, a colocação do prefeito de Cavalcante ressalta que o município precisa muito do apoio dos governos estadual e federal, principalmente, recurso financeiro para investir em diversas áreas, como educação, saúde e transporte, de modo que as pessoas possam trafegar tendo acesso à cidade e às comunidades quilombolas. Considerando a falta de transporte no município de Cavalcante, a prefeitura está fechando um contrato com um caminhão 4X4 para suprir a necessidade das comunidades, para isso irá consultar a comunidade, transporte se houver aprovação, a prefeitura fechará o contrato. Veja na figura 20 o aviso da prefeitura.

²⁰ Prefeito do município de Cavalcante Goiás, Vilmar Souza Costa. Entrevista realizada 19 de julho de 2023, durante o festejo de São Sebastião da comunidade quilombola Kalunga Vão do Moleque/ Salinas.

Figura 20: Comunicado de transporte para o município

ATENÇÃO COMUNIDADE VÃO DO MOLEQUE!




Amanhã 24/02/2024, na entrega do Trator e da Máquina, contaremos com a presença do proprietário desse veículo. Ouviremos os anseios da Comunidade e apresentaremos também esse veículo, se a Comunidade constatar que o mesmo atenderá as necessidades, possivelmente fecharemos o contrato, para assim atendermos nossa população que está sendo negada da garantia dos seus direitos de ir e vir.



Fonte: Prefeitura municipal de Cavalcante-GO.

2º pergunta: A população Kalunga tem dificuldades de acessar a cidade por conta da ausência de transporte público destinado às comunidades, as pessoas ainda são transportadas em carroceria de caminhões. Dentro das comunidades, por exemplo, não tem água tratada, os rios quando enchem, as pessoas bebem dessa água. Quais as medidas dos governos Municipal nos últimos anos, em termos de políticas públicas, para enfrentar a desigualdade de acesso ao saneamento básico vivenciadas pelas comunidades?

Dentro do nosso município nós temos feito na questão da água que é uma ocorrência muito grande. Primeiro, porque antigamente os moradores tinham que mudar para beira dos rios, por exemplo, o rio Paranã que não é uma água muito boa, pois ela é a mais poluída da região. Pois a prefeitura tem dificuldade de abrir poço artesianos por falta de recursos. Agora mesmo nós estamos abrindo 4 poços artesianos dentro da comunidade Kalunga Vão do Moleque. Vamos abrir um na Taboca, Maiadinha e no Prata para atender as demandas de nossas comunidades. Então, tem sim essas dificuldades, não é fácil, a gente está trabalhando para suprir essas necessidades do nosso povo²¹.

²¹ Ibidem.

“No Brasil, o saneamento básico teve seu marco legal com a promulgação da Lei no 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o setor de saneamento no país, sendo que uma delas prevê a universalização de acesso ao saneamento” (Brasil, 2007 apud Bezerra, Hora e Scalize, 2018, p. 1742). O conceito de saneamento básico para as comunidades quilombolas se refere à implementação de infraestrutura e serviços que visam garantir condições adequadas de saúde, higiene e qualidade de vida para essas populações historicamente marginalizadas. O saneamento básico em comunidades quilombolas engloba diversas medidas e intervenções, tais como: Abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana, educação sanitária e ambiental.

3º pergunta: Com relação ao acesso à educação, ainda existem crianças no território Kalunga com séries diferentes sendo alfabetizadas por uma única professora. Todavia, nos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás, as escolas possuem uma organização distinta à comunidade, com uma organização física e educacional mais estruturada. A quem se atribui a incidência desta diferenciação estrutural, física e organizacional, dentro das comunidades kalunga?

Temos essa dificuldade no território Kalunga e no município de Cavalcante também. O porquê isso acontece? Hoje temos muita dificuldade de contratar professores, antigamente, os professores da zona rural não eram formados em nossa comunidade, hoje avançamos na questão da formação do professor, isso facilita bastante a aprendizagem. Por que acontece multisseriado? Às vezes, temos uma sala com 19 alunos, e dentro delas possui 6 alunos com séries diferentes estudando com uma única professora, isso existe e estamos trabalhando para melhorar essa realidade. Agora nós vamos abrir um concurso público para a contratação do professor melhorando a qualidade do ensino²²

Em trabalho anterior, ressalto que, “os territórios quilombolas precisam de uma educação mais ampla com ensinamentos significativos. [...] é preciso que haja professor capacitado para trabalhar com materiais apropriados para as comunidades quilombolas.” (Silva; Pelá, 2021, p. 18). A gestão de turmas com séries diferentes em uma escola quilombola como Kalunga pode representar um desafio significativo, mas é uma prática comum em muitas escolas rurais e em comunidades pequenas. A natureza específica dessas comunidades muitas vezes exige que os recursos sejam otimizados e que a educação seja adaptada às necessidades locais.

²² Ibidem.

4º pergunta: É sabido que quando um cidadão Kalunga é (ofendido ou)²³ picado por uma Cobra, Arraia, Escorpião, as pessoas sofrem bastante nas estradas para chegar à cidade e por não terem a oferta de uma ambulância, precisam e se locomovem em carros dos próprios moradores das comunidades. Por que nas comunidades não existem postos de saúde funcionando com uma ambulância à disposição para atender as demandas da população Kalunga?

O que que acontece? Foi feito um posto de saúde na comunidade Engenho II para atender a comunidade, nós sabemos que não é um ponto estratégico para atender as outras comunidades, se caso alguém chegue no engenho, pode chegar na cidade e no Vão de Almas é a mesma forma, estamos trabalhando hoje com uma emenda da deputada Flávia Moraes para construir uma base de saúde na comunidade Vão do Moleque, não é um posto de saúde, para construir um posto precisa de um recurso maior. Com relação ao transporte, os próprios moradores têm conhecimento. Eu como prefeito comprei uma caminhonete especificamente para isso, para atender as comunidades. Por que ela fica na cidade? Porque se acontecer alguma coisa no Vão de Almas ela tem que ir para lá. A pessoa da comunidade que tem carro vem trazendo o paciente para encontrar com a caminhonete no caminho e pagamos a diferença porque não queremos perder a vida, nós não queremos perder ninguém picado por cobra. Então, essa base de saúde vai atender toda comunidade: Prata, Salinas, Taboca, Corrente, Capela, por isso que é importante, uma base de saúde porque podemos trazer os médicos de 15 e 15 dias para atender as comunidades e deixar um técnico de enfermagem todos os dias para fazer os primeiros atendimentos²⁴.

A implementação de políticas de saúde voltadas para as comunidades quilombolas, como as Comunidades Kalunga, é essencial para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e promover o bem-estar dessas populações historicamente marginalizadas. É válido registrar que “Para que esta demanda seja atendida, compete à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) apoiar municípios com menos de 50 mil habitantes na implementação de medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais [...]” (Bezerra; Hora; Scalize, 2018, p. 1742).

5º pergunta: No ano de 2015, o portal R7 da TV Record veiculou a reportagem “As eternas escravas”, por conta do índice de inúmeros casos de abusos sexuais especificamente na cidade de Cavalcante. Os indicadores do nosso município apresentam altos índices de pobreza, desigualdades múltiplas, falta de acesso aos bens e serviços públicos, como alguns

²³ Como o questionário foi aplicado também para lideranças da (AQK) Associação Quilombo Kalunga, vale esclarecer que o termo “ofendido” é muito utilizado dentro do território Kalunga, ou seja, é quando um bicho peçonhento pica alguém. Ofendido para nós Kalunga é uma situação mais grave

²⁴ Ibidem.

estudos já demonstraram. Por exemplo, o trabalho intitulado “ABUSO SEXUAL DE MENINAS KALUNGA”, tendo como autora, Halanna Ferreira da Silva, mostra que a precariedade, além da sensação de impunidade, do machismo e racismo estrutural podem ser percebidos como motivações para a incidência desses casos. Enquanto representante do poder público com poder de decisão na elaboração e aplicação de políticas públicas de enfrentamento a todos os tipos de violência, a que V.Exa, atribui a ocorrência de crimes como este? Por quê?

O que nós temos trabalhado é a questão da conscientização, é sabido que é uma questão que vem acontecendo há muito anos, isso não é uma cultura do povo Kalunga, é falta de a presença da justiça culpar os abusadores. Nossa comunidade Kalunga tem percebido, principalmente, as meninas que foram as primeiras a irem para a cidade, ficar em casas de famílias. Então, a gente tem sabido sim, e não é de agora que isso vem acontecendo, é importante que esses abusadores sejam identificados e punidos, além dessa conscientização tem um canal na Secretaria da mulher e da Igualdade Racial no município, onde a secretaria acompanha as denúncias e os casos, porque fico muito triste de ver nosso município sendo falado de assuntos como esses, isso se reflete a falta do Estado, que não está presente no município. Hoje Cavalcante tem uma dificuldade de permanência com delegado, nesses 2 anos e pouco já passou 5 delegados na cidade, eu gostaria de saber por que isso acontece? Por que os delegados não param em nossa cidade, quando o delegado começa a fazer a investigação, ele sai? O juiz tem mais presença, tem uma promotora que é presente e tem trabalhado nessa questão, é preciso que o juiz se instale porque os órgãos trabalham em conjunto. No meu ver, os casos ficaram mais camuflados, de vez em quando ainda parece caso de abusos sexuais envolvendo meninas Kalunga²⁵.

É importante destacar que na minha pesquisa de conclusão de curso intitulada “Acesso à educação e a violência sexual: um retrato da negligência governamental com as adolescentes Kalunga”, abordamos vários pontos de políticas de combate a crimes como este. Isso inclui investimentos em infraestrutura educacional, programas de conscientização e prevenção da violência sexual, treinamento para profissionais de educação e aplicação eficaz da lei para garantir a justiça para as vítimas.

5.2 Análise de dados de campo: o que diz o presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK)

No dia 26 de julho de 2023, foi entrevistado na cidade de Cavalcante o presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), Carlos Roberto Pereira da Conceição, que assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE . Este profissional exercia o cargo de

²⁵ Ibidem.

presidente há 2 anos e meio. Portanto, buscou-se levantar o seu conhecimento sobre os diferentes temas abordados por esta pesquisa, como a falta de acesso aos serviços públicos, especificamente de saúde, educação, transporte e saneamento nas comunidades quilombolas Kalunga, e também sobre o nível de desigualdade social no município, que é decorrente da negligência governamental. Assim, procedemos às indagações:

1º pergunta: Considerando os serviços públicos que deveriam ser ofertados à população, como o de saúde, educação, transporte, saneamento, entre outros, na percepção do poder público, quais deles possuem recursos mais escassos? Nesse sentido, como se dá a oferta desses serviços pelos governos municipal e estadual?

Eu gostaria de dizer que a educação está numa situação mais relevante por mais talvez que não seja aquela sonhada para nós, como quilombolas. Possui diversas escolas nas comunidades, apesar de discordarmos da forma de ensino que está sendo aplicada em nosso território, pois tira um pouco dos nossos espaços formando educadores quilombolas que vem perdendo esses espaços, e automaticamente os nossos jovens vão perdendo a referência de sonhos. O segundo que abordo é a questão da estrada, fomos notificados pelo poder público federal sobre a questão dos caminhões, que esse tipo de transporte não é seguro para as famílias, e nós vivemos com estrada ainda de difícil acesso dentro do território. Temos a realidade da comunidade que não tem acesso à estrada ainda, o único meio de transporte de nossa gente é o caminhão. O mais precário, que o maior território quilombola do Brasil, nós estamos falando de 262 mil hectares e você só tem um ponto de saúde que fica na comunidade Diadema em Teresina de Goiás que é uma UBS, descendo para a comunidade Vão de Almas e Vão do Moleque não temos nenhum ponto de saúde funcionando. Nas comunidades de Monte Alegre de Goiás, é muita precária a questão da saúde e estamos perdendo nossos conhecimentos ancestrais, antigamente nós não precisávamos de injeção, mas hoje o tempo é outro. Eu penso que nossos gestores deveriam olhar mais essa questão da saúde em nosso território, para que tenhamos um ponto de saúde em cada comunidade para que em 15 e 15 dias venham profissionais acompanhando a saúde do nosso povo²⁶.

Em referência a dificuldade de acesso ao serviço de saúde mencionado com destaque pelo entrevistado, convém lembrar que “a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) constituiu um marco na luta por condições dignas de saúde para a população brasileira, uma vez que fechou questão em torno da saúde como direito universal de cidadania e dever do Estado” (Vieira, 2014, p. 41). A saúde é frequentemente um dos serviços mais escassos para a população Kalunga. As comunidades quilombolas muitas vezes têm acesso limitado a serviços de saúde básicos, como postos de saúde ou hospitais. A falta de profissionais de saúde qualificados, medicamentos e equipamentos médicos adequados também pode ser um

²⁶ Presidente da Associação Quilombo Kalunga, Carlos Pereira da Conceição, entrevista realizada em 26 de julho na cidade de Cavalcante-GO.

problema. Os governos municipais e estaduais geralmente enfrentam desafios para fornecer atendimento médico regular e de qualidade nessas áreas remotas.

O acesso à educação também pode ser limitado para a população Kalunga devido às escolas estarem mal equipadas, com poucos professores e falta de material didático, o que é frequente em muitas dessas comunidades. Os governos municipais e estadual enfrentam desafios para melhorar a qualidade da educação e garantir que todas as crianças tenham acesso a oportunidades. Em trabalho anterior ressaltou que:

Vê-se, portanto, que a educação é um direito de todos, e nesse caso o processo educacional brasileiro precisa valorizar mais os territórios quilombolas para que estes sejam significativos, que trabalhem com a educação do campo e articulem as histórias nas comunidades quilombolas tradicionais. Portanto, a educação de certa forma, é a libertação desses povos que sofreram muito no passado, e ainda sofrem. Esse novo caminho, fará com eles se sintam importantes, e se mobilizem para mudar a história do nosso país (Silva; Pelá, 2021, p. 09).

Dessa forma, podemos dizer que na fala do presidente do território Kalunga é ressaltado o quanto o transporte para população das comunidades Kalunga é muito escasso. Estradas precárias e falta de transporte público confiável dificultam a mobilidade das pessoas, o acesso a serviços essenciais e oportunidades de emprego. Os governos municipais e estaduais podem ter dificuldade em investir em infraestrutura de transporte nessas áreas devido às limitações orçamentárias e logísticas.

O acesso a serviços de saneamento básico, como água potável e instalações sanitárias adequadas, não existe na maior parte das comunidades Kalunga, como podem observar na fala do líder do território. Muitas vezes, essas comunidades enfrentam condições de vida precárias, com falta de acesso à água limpa e instalações sanitárias inadequadas.

2º pergunta: A população Kalunga tem dificuldades de acessar a cidade por conta da ausência de transporte público destinado às comunidades, as pessoas ainda são transportadas em carroceria de caminhões. Dentro das comunidades, por exemplo, não tem água tratada, os rios quando enchem, as pessoas bebem dessa água. Quais as medidas dos governos Municipais nos últimos anos, em termos de políticas públicas, para enfrentar a desigualdade de acesso a saneamento básico vivenciadas pelas comunidades?

Nesse caso, a gente trata em três territórios diferentes, que possuem três prefeituras

diferentes. Em algumas delas tem e é muito escasso o apoio de um caminhão pipa que leva água para essas famílias, e algumas famílias têm caixa grande para consumo e serve para os animais. Em outras comunidades não temos isso, as comunidades vendem o que tem para colocar uma mangueira para puxar água do rio. Vejo essa questão ainda precária, talvez abrindo alguns poços artesianos que atende 10 a 8 famílias e canaliza essas águas. Hoje temos acesso às placas solares que podem ligar e colocar essas bombas. Poderíamos pensar nessa política, a maioria das pessoas tem água encanada diretamente do rio. Quando morre um bicho na beira do rio, essa água pode estar contaminada por bactéria, isto é, não é uma água tratada, uma hora morre um veado, vaca, onça dentro daquele rio, temos um maior rio que corta o território que é o Paranã, que lá em cima, ele é banhado pela grandes lavouras de soja ali em Flores e Formosa tem plantação de arroz em algumas situações tem veneno e já aconteceu de morrer até arraia e imagina as pessoas consumindo isso. Mas estamos privilegiado de estar em um berço de uma nascente de água pura ainda, que às vezes as famílias não estão tão próximas, mas que temos no território bastante água, acha que é possível voltar para o estudo e pensar como colocar água para essas famílias, e sem a água não é possível a vida²⁷.

Em relação às considerações do entrevistado sobre a realidade de provisão do serviço de água aos habitantes do território Kalunga, é importante frisar que “o conceito de saneamento básico considera o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais urbanas de modo que a sua universalização seja alcançada” [...] (Bezerra; Hora; Scalize, 2018, p. 1742. No entanto, devido a restrições orçamentárias e outros desafios, a oferta desses serviços pode ser inadequada e insuficiente para atender plenamente às necessidades da população Kalunga. Isso destaca a importância de um maior comprometimento por parte dos governos municipal e estadual para garantir que essas comunidades marginalizadas recebam os serviços básicos de que precisam para viver com dignidade e segurança.

3º pergunta: Com relação ao acesso à educação, ainda existem crianças no território Kalunga com séries diferentes sendo alfabetizadas por uma única professora. Todavia, nos municípios de Cavalcante-GO e Teresina de Goiás, as escolas possuem uma organização distinta à comunidade, com uma organização física e educacional mais estruturada. A quem se atribui a incidência desta diferenciação estrutural, física e organizacional, dentro das comunidades kalunga?

Temos e muito, e houve um grande avanço nessas estruturas, mas também tem escolas feitas de telhado de palha, chão batido. Temos essa realidade dentro do território. Mas de grande parte dessas outras teve um período, digo mais uma vez, antes do Goiás técnico, teve várias oportunidades de pessoas que se formaram em Licenciaturas em Educação do Campo, que tem formado bastante gente dentro do território, pessoas que formaram pelo UFGInclui que voltaram para seu território, ali foi se oportunizando, dando aulas dentro do seu território. Acho que tem que dar

²⁷ Ibidem.

mais oportunidades para os jovens que estão formando, muito jovens não estão tendo essas oportunidades. Eu penso se for continuar nesse processo vai gerar um atraso em nossa geração, nós que somos de 94 e 95 estudávamos com os meninos de 18 anos com a mesma turma, com uma única professora que só tinha até 4º série, pelo menos tinha uma professora ali para tirar nossas dúvidas e daí viramos quem somos hoje. Somos pessoas que não foram pensados para estar, onde estamos hoje. Por exemplo, você está ocupando uma função dentro de um órgão do estado, eu representando um território, somos jovens que passamos necessidade, que nem lanche e cadeira tinha na escola, e hoje não, hoje temos escola mais estruturada, como você mesmo colocou, temos escola com internet, mas existe algumas falhas²⁸.

Em minha pesquisa de conclusão de curso, ressaltamos algumas das condições que caracterizavam a educação na comunidade Kalunga “crianças e jovens eram instaladas em péssimas condições, ou seja, a quantidade de alunos em uma mesma sala era muito expressiva; alunos do 3º, 4º, e 5º anos recebiam suas aulas juntos, em uma única sala” (Silva, 2020, p. 16). Deste modo, percebemos que as escolas em áreas urbanas recebem mais investimentos em infraestrutura e recursos educacionais devido à concentração populacional e ao acesso mais fácil aos serviços governamentais. Por outro lado, as comunidades Kalunga, muitas vezes localizadas em áreas remotas e rurais, enfrentam desafios adicionais de acesso a recursos e serviços governamentais.

4º pergunta: É sabido que quando um cidadão Kalunga é ofendido²⁹ ou picado por uma Cobra, Arraia, Escorpião, as pessoas sofrem bastante nas estradas para acessar a cidade e por não terem a oferta de uma ambulância, precisam se locomover em carros dos próprios moradores das comunidades. Por que nas comunidades não existem postos de saúde funcionando com uma ambulância à disposição para atender as demandas da população Kalunga?

É uma grande demanda, inclusive a comunidade tem cobrado, a gente que é da organização civil tenta organizar esse povo, tenta correr atrás, mas é difícil conseguir essa resposta. Onde estaria a solução? Não só com as picadas de cobra e de arraia que as pessoas sofrem. As pessoas quebram uma perna, chegam atrasado na cidade, e acabam perdendo o membro porque não chegou a tempo para fazer os curativos devidos, assim como mães que já morreram e crianças por trabalho de parto, vêm da comunidade em cima de uma gaizeira³⁰, alguém que tem essa gazeira quebra e passa 3h arrumando para chegar na cidade. Eu acho que não é só a questão da ambulância, mas é preciso que tenhamos ponto de atendimento à saúde para atender a 15 e 15 dias que vai uma equipe fazer exames ver com os tipos de medicamento que elas precisam. Nós temos um território muito grande de difícil acesso, pensando na lógica que percorremos a 200 km de serras, morros, estrada ruim, rios cheios dependendo do período, não vai longe. Nesse período, teve

²⁸ Ibidem.

²⁹

³⁰ Transporte movido a gás.

helicóptero baixar e atolar dentro da comunidade nos tempos chuvosos, imagine os carros como que circulam, tem lugar que circula de canoa e nós não temos um ponto de atendimento. Isso é bem triste, é uma coisa que a gente cobra, mas ainda não tivemos resposta, acho que os nossos representantes municipais junto com o Estado e governo federal poderiam pensar nisso, talvez de imediato uma ambulância 4X4 já ajudava [...] para que as mães não fiquem passando dor, a criança passando da hora de nascer complica. Por exemplo, estamos em Cavalcante, tanto faz Cavalcante, Monte Alegre e Teresina é a mesma estrutura, não tem um hospital que faz trabalho de parto, se tiver uma complicação. O que vai acontecer? Vai acontecer que eles mandam para Campos Belos ou para Brasília, ou quando acabam falecendo mãe e filho³¹.

A fala do presidente da Associação Quilombo Kalunga nos faz refletir o quanto a saúde no território Kalunga ainda é precária. O Programa Saúde da Família (PSF) prevê uma estratégia no sistema municipal de saúde com o intuito reordenar o modelo no SUS dos municípios (Brasil, 2013).

O Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde publicou em 17 de janeiro de 2008, a Portaria 90/GM que atualiza as bases populacionais da população quilombola e assentada dá federais fundo a fundo, os municípios que implantam equipes de Saúde da Família e equipe de Saúde Bucal que atuam nas comunidades em seus territórios. No anexo desta Portaria está contemplado um total de 774 municípios. Os repasses é 50% superior para municípios com presença de quilombolas e assentados, listados no anexo da portaria (BRASIL, 2013, p. 55).

5ª pergunta: No ano de 2015 o portal R7 da TV Record veiculou a reportagem “As eternas escravas”, por conta do índice de inúmeros casos de abusos sexuais especificamente na cidade de Cavalcante. Os indicadores do nosso município apresentam altos índices de pobreza, desigualdades múltiplas, falta de acesso aos bens e serviços públicos. Outros estudos, como o intitulado “Abuso sexual de meninas Kalunga”, de autoria de Halanna Ferreira da Silva, mostra que a precariedade, além da sensação de impunidade, do machismo e racismo estrutural podem ser percebidos como motivações para a incidência desses casos. Enquanto representante do poder público com poder de decisão na elaboração e aplicação de políticas públicas de enfrentamento a todos os tipos de violência, a que V.Exa atribui a ocorrência de crimes como este? Por quê? "Enquanto representante da comunidade Kalunga, a que atribui a ocorrência de crimes como estes?"

A minha atribuição, eu Carlos, como gestor desse território, eu clamo muito é por justiça, a justiça deve ser feita sem olhar a quem. O que eu percebo no decorrer do

³¹ Ibidem.

tempo é que algumas figuras grandes, de alguma representatividade, que já foram da cidade não tiveram as suas punições. Através disso, acaba se licenciando cada vez mais as nossas jovens que na época eram jovens e crianças, e aí eu trago mais um respaldo importante para falar disso. Eu e você como prova disso também, nós temos a mesma geração, quanto foi difícil da gente se deslocar da nossa comunidade para a cidade para estudar, em nossa comunidade não tinha escolaridade a partir do 5º ano. As meninas de 11 anos, 12 sempre tinham um padrinho ou alguém morando na cidade e davam oportunidade para estudar, e essas meninas seriam escravas diárias, nas atividades rotinas de casa, em troca disso, tinham a hospedagem, mas na ausência das mulheres, elas seriam objeto sexualizado desse dono da casa. Então, isso foi apurado há muito tempo, foi matando muitos sonhos de crianças e adolescentes, e foi ficando por isso. Até então, nosso povo da comunidade não falava muito da conscientização da vida sexual, e isso ficava como um tabu, e com isso esses povos, esses machos escrotos aproveitavam disso. Trazendo em relevância de tudo isso, eu percebo às vezes a falta de justiça, se a justiça tivesse começado a agir nos primeiros [casos], e não selecionado a quem trazia a indagação, em prova disso, em 2015 e 2016, estourou na Record e acabou ganhando índice, e não vejo nenhum deles presos. Então, eu fico muito inquieto com isso. Ainda existem dentro do território pessoas, e eu estou investigando alguns, juntamente com a doutora Erica Cavalcante, que esteve no Jornal Itinerante de Goiânia. Nós tivemos uma roda de conversa com a questão do machismo com os jovens para entender um pouco mais, e nós estávamos tentando levantar algumas suspeitas, algumas denúncias de dentro do território ainda passando por isso. Isso acontece porque é uma cultura do machismo que é estruturada, enquanto que não der punição aqueles causadores e praticadores dessa situação, continua essa desconstrução de sonhos. Muitas meninas que vieram, mesmo antes que nós, elas não conseguiram estudar [...] trago mais uma indagação que me preocupa muito, acho que o Estado e os municípios tinham que rever como se elegem os conselheiros tutelares, porque muitas das vezes, os machos apadrinham os pedófilos, não por falta de instrução por parte das famílias que não tem tanto conhecimento, mas essas pessoas que se opõem à frente deveria zelar mais pela dignidade dessas crianças e atender o que elas estão clamando³².

Tanto na fala do presidente Carlos, quanto na fala do prefeito Vilmar, ambos mostram que os assédios e abusos sexuais de meninas Kalunga se refletem na desigualdade dentro do território. Nesta mesma direção, em meu artigo abordo que: “é possível perceber tais situações junto ao quadro do racismo estrutural, e da desigualdade social que tanto afeta essas pessoas que não têm nenhuma estrutura de qualidade de vida” (Silva; Pelá, 2021, p. 09).

O abuso sexual de meninas Kalunga pode ser considerado como um resultado direto da desigualdade social enfrentada por essa comunidade marginalizada. A desigualdade social pode se manifestar de várias maneiras que contribuem para a vulnerabilidade das meninas Kalunga, e o abuso sexual ocorre como efeito da desigualdade econômica, do acesso limitado à educação, do isolamento geográfico, da discriminação e marginalização raciais, e da falta de proteção por parte das autoridades (Silva, 2015).

³² Ibidem.

5.3 Análise de dados de campo: o que diz o representante do governo do estado

No dia 04 de setembro de 2023, foi entrevistado o gerente de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do governo estadual de Goiás, Silvano Borges Macedo, que autorizou a gravação e divulgação de seu nome. Esse profissional exerce o cargo de gerente há 4 anos e, portanto, tem conhecimento sobre o tema estudado. Assim, a primeira pergunta foi: Considerando os serviços públicos que deveriam ser ofertados à população, como o de saúde, educação, transporte, saneamento, entre outros, na percepção do poder público, quais deles possuem recursos mais escassos? Nesse sentido, como se dá a oferta desses serviços pelos governos municipal e estadual?

Olha, com relação ao orçamento desses recursos, esses orçamentos são um bolo na União. A maioria deles é para saúde, educação e transporte. Como se trata de transporte escolar, também é repassado pelo ministério. O direcionamento estadual e municipal, geralmente, o direcionamento parte do município. O Estado tira até de municípios que arrecadam mais, e põem nos municípios que arrecadam menos, e tem um déficit de arrecadação. O estado de Goiás, com relação ao território Kalunga, atualmente recebe repasse para o orçamento. Nesse caso, a energia elétrica que foi levada para algumas comunidades, por exemplo, a comunidade de São Domingos recebeu saneamento, água tratada, recebeu energia elétrica, e também no Vão do Moleque ali na região da Capela, Prata e Maiadinha, e a água está sendo levada, e algumas comunidades estão recebendo água tratada. As comunidades que estão mais distantes estão recebendo capacitação de energia solar para atender pontualmente. Mas nessa questão, que são mais escassas, eu não tenho como te falar porque a maioria dos casos depende da União para os municípios. A educação tem os repasses que estão acontecendo de forma constante. Nesse atual governo, ele tem se dedicado, inclusive, ainda mais à educação, com vários programas, inclusive os alunos estão recebendo uniformes completos, tênis, mochila, material escolar e um repasse de 100 reais por aluno³³.

Como podemos observar na fala do gerente de Comunidades Tradicionais do Estado de Goiás, não foi mencionado as localidades de Congonhas, Corrente, Salinas e Barra do Prata, para as quais falta ainda a chegada da energia elétrica, ambas no Vão do Moleque. Essas comunidades, assim como no Vão de Almas, Contenda e Riachão, não possuem nenhum tipo de saneamento voltada para as mesmas. Pode-se dizer que nesses territórios, “a comunidade enfrenta a falta de saneamento básico, de infraestrutura e de eletricidade, sendo preciso andar quilômetros para buscar água nos rios da região, para o banho, higiene e

³³ Silvano Borges Macedo: Gerente de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos. Entrevista realizada em 04 de setembro de 2023, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) em Goiânia.

cozinha” (Martins, 2024)³⁴.

2º pergunta: A população Kalunga tem dificuldades de acessar a cidade por conta da ausência de transporte público destinado às comunidades, as pessoas ainda são transportadas em carroceria de caminhões. Dentro das comunidades, por exemplo, não tem água tratada, os rios quando enchem, as pessoas bebem dessa água. Quais as medidas dos governos Municipais nos últimos anos, em termos de políticas públicas, para enfrentar a desigualdade de acesso a saneamento básico vivenciadas pelas comunidades?

Justamente como tinha falado de saneamento na primeira questão, cabe nessa segunda questão, é que nas comunidades não tinha acesso a essas políticas. E agora, no atual governo realmente tem encaminhado lá, as políticas de saneamento, onde citei o caso de São Domingos, e outras comunidades que vão receber água tratada. Com relação ao transporte, tem o repasse para o transporte escolar dos municípios³⁵.

Nesse sentido, no que se refere à fala do representante do Estado, não é mencionada a questão do transporte no território Kalunga em geral, entendido como competência do município a partir do repasse do governo federal. No mês de novembro, depois das entrevistas para coletas dos dados, uma Kalunga, Domingas Fernando de Castro, pulou da carroceria de um caminhão que levava moradores para a comunidade Vão de Almas, segundo relatos, enquanto o caminhão descia a serra, em alguns momentos o motorista tirava o pé do acelerador. Nesses instantes, a válvula do veículo detectava o aumento de pressão e se abre, liberando o ar para fora, o que gerava um som característico. Esse barulho fez com que a senhora acreditasse que o caminhão estava pegando fogo, levando-a a pular do veículo. Infelizmente, ela não resistiu aos ferimentos e veio a óbito, deste de muitos anos que esse é único meio de transporte para os Kalunga (Martins, 2024).

3º pergunta: Com relação ao acesso à educação, ainda existem crianças no território Kalunga com séries diferentes sendo alfabetizadas por uma única professora. Todavia, nos municípios de Cavalcante-GO e Teresina de Goiás, as escolas possuem uma organização distinta à comunidade, com uma organização física e educacional mais estruturada. A quem se atribui a incidência desta diferenciação estrutural, física e organizacional, dentro das

³⁴ MARTINS, Ingrid. Procurando por turistas, Kalunga sofre com isolamento e transporte precário. Colabora, 09 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods11/>> Acesso 21 de março de 2024.

³⁵ Silvano Borges Macedo: Gerente de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos. Entrevista realizada em 04 de setembro de 2023, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) em Goiânia

comunidades Kalunga

Eu tenho conhecimento que nos colégios estaduais, nas comunidades, eu pude reparar lá, visitando em blocos, têm as salas separadas por série, né? Agora, no ensino básico e fundamental que é propriamente do município, pode estar acontecendo isso aí. Então, seria uma questão de articular essa questão junto ao município para ver se muda essa situação. Em relação à questão estadual nos colégios, até onde eu tenho conhecimento, tem as salas separadas e as escolas estão recebendo uma atenção que nunca haviam recebido antes, ganhando, inclusive, diversos equipamentos³⁶.

A **educação quilombola** é um direito assegurado às comunidades remanescentes de quilombos, fundamentado em princípios de valorização da identidade, memória, cultura e ancestralidade afrodescendentes. Ela busca promover uma educação contextualizada, que respeite e fortaleça os saberes tradicionais das comunidades quilombolas, ao mesmo tempo em que assegura o acesso a conhecimentos gerais e à cidadania plena. “O que se verifica na realidade das comunidades Kalunga não é o que está definido na referida legislação, segundo a qual, a educação de 0 a 5 anos se dividiria em duas etapas: a creche, do 0 aos 3 anos de idade, e a pré-escola, dos 4 aos 5 anos de idade” (Silva, 2020, p. 42). Ainda com Silva (2020), a educação quilombola é de direito de todo cidadão do quilombo, de acesso gratuito e com profissionais capacitados que entendam as demandas de quem vive nas comunidades. Não se pode perder de vista que a educação básica é de responsabilidade do município; cabendo a este ente implementar políticas públicas para a formação de profissionais da educação, atendendo, assim, às escolas, e valorizando a identidade de cada criança e dos adolescentes.

Em trabalho anterior (Silva, 2020), foi abordado a superlotação na educação básica nas comunidades Kalunga do município de Cavalcante que eram alarmantes. As crianças e jovens eram instaladas em péssimas condições, ou seja, a quantidade de alunos em uma mesma sala era muito expressiva; alunos do 3º, 4º, e 5º anos recebiam suas aulas juntos, em uma única sala. Atualmente, a superlotação na comunidade Kalunga diminuiu comparando aos anos anteriores, mas não se pode dizer que desapareceu.

4º pergunta: É sabido que quando um cidadão Kalunga é (ofendido ou)¹ picado por uma Cobra, Arraia, Escorpião, as pessoas sofrem bastante nas estradas para acessar a cidade e por não ter a oferta de uma ambulância, precisam se locomover em carros dos próprios moradores das comunidades. Por que nas comunidades não existem postos de saúde

³⁶ Ibidem.

funcionando com uma ambulância à disposição para atender as demandas da população Kalunga?

A questão da ambulância se refere à saúde que é repassada pela esfera federal. No caso das UPAs que seriam implantadas nas comunidades, também é um repasse do governo federal, dependendo do planejamento e orçamento da União para repassar para os municípios. Com relação a estradas para facilitar o acesso dessas ambulâncias, até recentemente o governo estadual fez até uma melhoria ali na estrada que vai para o Vão de Almas que abrange dois municípios: Teresina e Cavalcante. Realmente, seria interessante a instalação de postos de saúde semelhantes aos postos das aldeias pela FUNAI. Então, poderíamos até pensar em um projeto desse, mas isso é no âmbito federal. No âmbito estadual, o estado está melhorando a saúde no caso das regionais, que são instaladas nas cidades para atender a região em questão de emergência UTIs. No caso das comunidades, seria interessante realmente pensar aí a forma de posto de saúde, mas seria de competência da União³⁷.

Para abordar essas questões e garantir o acesso adequado aos serviços de saúde para a população Kalunga, é necessário um compromisso renovado por parte dos governos municipais e estadual para investir em infraestrutura de saúde nessas comunidades. Isso pode incluir a construção de postos de saúde adequados, a alocação de ambulâncias 4x4 para atender emergências médicas e a implementação de programas de saúde culturalmente sensíveis que atendam às necessidades específicas da comunidade Kalunga. Além disso, é fundamental envolver ativamente a comunidade Kalunga na tomada de decisões sobre questões de saúde e garantir sua participação no planejamento e implementação de serviços de saúde locais.

5ª pergunta: No ano de 2015, o portal R7 da TV Record veiculou a reportagem “As eternas escravas”, por conta do índice de inúmeros casos de abusos sexuais especificamente na cidade de Cavalcante. Os indicadores do nosso município apresentam altos índices de pobreza, desigualdades múltiplas, falta de acesso aos bens e serviços públicos. Há estudos, como o intitulado “Abuso sexual de meninas Kalunga”, de autoria de Halanna Ferreira da Silva, que mostra a precariedade, além da sensação de impunidade, do machismo e racismo estrutural que podem ser percebidos como motivações para a incidência desses casos. Enquanto representante do poder público com poder de decisão na elaboração e aplicação de políticas públicas de enfrentamento a todos os tipos de violência, a que V.Exa atribui a ocorrência de crimes como este? Por quê?

³⁷ Ibidem.

Realmente, nós tomamos conhecimento desse caso em 2015. Nesse caso eu ainda não estava na gerência. Ao assumir a partir de 2020, percorrendo o território, ouvimos falar, algumas pessoas comentaram. Alguns casos em tom de denúncia, as que recebemos, procuramos encaminhar para as autoridades competentes. Nesse caso, o Ministério Público, que é uns dos principais guardiões da comunidade local, foi acionado para que fizesse diligência no sentido de despertar a polícia local e a delegacia para instaurar inquérito e averiguar essas situações. Então, o que foi de nossa competência, a gente acionou os órgãos competentes em resolver a essa situação, nós acionamos [...] é interessante que faça uma rede entre esses órgãos, isso seria uma sugestão no que aconteceu, por exemplo, em outros municípios, que criaram uma rede completa da mulher, isso diminui bastante. No caso das crianças, normalmente a gente tem visto que em vários municípios têm funcionado uma rede integrada, bastante promissora que tem resolvido esses casos, atuando de forma incisiva. No caso do sítio histórico Kalunga, seria interessante uma interligação entre os prefeitos da região, tanto em Cavalcante, Teresina e Monte Alegre para que fortaleça essa rede, que crie uma estrutura para fortalecer junto com o poder judiciário³⁸.

Na fala do gerente de comunidades tradicionais citada acima, ele reflete sobre a possibilidade de criação de uma rede de proteção a crianças e adolescentes, juntamente com os órgãos competentes dos municípios, especificamente na cidade de Cavalcante. Todavia, podemos dizer que é necessário que se instale um delegado e um juiz na cidade para que os casos sejam julgados. Em minha pesquisa de monografia, em entrevista feita com a promotora da cidade, foi reconhecido que as adolescentes sofriam com a precariedade da falta de órgão público atuante no poder judiciário do município. Cada órgão exerce uma função, o Ministério Público local denuncia, e o juiz julga o condenado. Segundo a promotora da cidade, Cavalcante já possui uma rede de proteção às vítimas que são violentadas sexualmente, o que antes não existia. Essa rede de proteção só estaria operando depois de muitas discussões e cobranças (Silva, 2020).

5.4 Análise de dados de campo: o que diz o vice-prefeito de Teresina de Goiás

No dia 23 de fevereiro de 2024, foi entrevistado o vice-prefeito de Teresina de Goiás, o senhor Martinho Soares da Silva, que autorizou a gravação e divulgação de seu nome. Esse profissional exerce o cargo de vice-prefeito há 3 anos, E, portanto, tem conhecimento sobre o tema estudado. É válido esclarecer que o sistema de provisão de políticas públicas da cidade de Teresina, segundo o próprio senhor Martinho, é mais estruturado em comparação aos

³⁸ Ibidem

outros dois municípios. Assim, então continuamos com as perguntas:

1º pergunta: Considerando os serviços públicos que deveriam ser ofertados à população, como o de saúde, educação, transporte, saneamento, entre outros, na percepção do poder público, quais deles possuem recursos mais escassos? Nesse sentido, como se dá a oferta desses serviços pelos governos municipal e estadual?

Assim, na minha comunidade até que não é ruim não. Agora, as outras comunidades, como Vão de Almas e Vão do Moleque no município de Cavalcante, principalmente nessa época, vejo que a saúde ainda é um pouco difícil, às vezes falta ônibus, não tem um transporte para atender de imediato. No meu caso aqui, na minha comunidade, não, nós temos um posto de saúde aqui na comunidade, temos uma ambulância, tem os médicos de segunda a quinta. Então, aqui na minha comunidade está tranquilo. Eu entendo que nas outras comunidades há ainda uma dificuldade imensa, principalmente nessa época da chuva, as cidades vizinhas ficam em uma situação bem precária por causa do difícil acesso. Eu vejo a questão do transporte ainda complicado, principalmente em Cavalcante e Monte Alegre, tenho conversado com algumas lideranças, eles relatam que precisa urgentemente de melhorias, as pessoas ainda estão isoladas por falta de um transporte que as comunidades não têm³⁹.

Na fala do vice-prefeito de Teresina de Goiás é relatado que as comunidades Kalunga no município de Teresina são bem mais estruturadas em comparação às outras comunidades do território Kalunga. O problema do subdesenvolvimento e os tributos estão sob responsabilidade do Estado, que tem a capacidade de modernizar a estrutura das comunidades quilombolas neste caso, com políticas públicas mais eficazes combatendo a desigualdade social (Silva; Pelá, 2021, p. 08).

2º pergunta: A população Kalunga tem dificuldades de acessar a cidade por conta da ausência de transporte público destinado às comunidades, as pessoas ainda são transportadas em carroceria de caminhões. Dentro das comunidades, por exemplo, não tem água tratada, os rios quando enchem, as pessoas bebem dessa água. Quais as medidas dos governos municipais nos últimos anos, em termos de políticas públicas, para enfrentar a desigualdade de acesso a saneamento básico vivenciadas pelas comunidades?

Na minha comunidade conseguimos fazer vários poços artesianos na comunidade, temos uma água boa, e não precisamos de pegar água no rio. A respeito dos transportes, temos um ônibus que pega de 15 em 15 dias nas comunidades Abobreira, Diadema e Ema. As outras comunidades no território Kalunga, como em Cavalcante e Monte Alegre, têm problema, inclusive já chegaram até falecer, ou

³⁹ Martinho Soares da Silva, quilombola Kalunga e vice-prefeito do município de Teresina de Goiás. Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2024.

seja, uma mulher pulou do caminhão. Então, é uma situação gravíssima, os governos municipal, estadual e federal têm que tomar uma providência, as pessoas ainda sofrem muito. Antigamente, tinha um caminhão aqui de 15 e 15 dias, um dia ele vinha outro dia não, vinha molhando, e graça a Deus, hoje temos um ônibus que leva e traz. As cidades vizinhas têm problemas, e esse problema é sério. Cavalcante e Monte Alegre ainda estão carregando pessoas nas carrocerias dos caminhões, como você acabou de falar⁴⁰.

Conforme Martins (2024), com muita dificuldade de acesso, os caminhões “pau-de-arara” – capazes de superar áreas íngremes, enfrentar estradas precárias e atravessar as partes rasas dos rios – tornam-se a única opção de transporte para os quilombolas, mal acomodados nas caçambas, quase sempre lotadas. Foi de um desses caminhões que Domingas pulou, assustada pela fumaça do motor. Ela fraturou o quadril e teve uma hemorragia interna, o socorro demorou a chegar como sempre ocorre no território quilombola.

No mês de abril, houve uma manifestação a favor do traçado original da BR-010, trecho que liga Paranã, no Tocantins, passando pelo distrito de Campo Alegre, até a cidade de Cavalcante. Esse projeto original da rodovia faz parte do programa “50 anos em 5”, do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 1960”. Dessa forma, se isso se concretizar, as comunidades Kalunga poderão receber uma política de desenvolvimento para região (Martins, 2024).

Considerando este potencial, iremos abordar aqui vários fatores pelas quais isso pode acontecer: a construção da BR-010 pode melhorar significativamente o acesso das comunidades Kalunga a outras áreas, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias.

Isso pode estimular o desenvolvimento econômico local, aumentar as oportunidades de emprego e promover o comércio e o turismo na região. Com uma estrada pavimentada, as comunidades Kalunga podem ter melhor acesso a serviços básicos, como saúde, educação e assistência social, que atualmente são limitados devido ao isolamento geográfico. Além disso, a infraestrutura de transporte melhorada pode facilitar o acesso a recursos essenciais, como água potável e eletricidade.

A BR-010 pode se tornar uma rota turística importante, levando a um aumento no número de visitantes interessados em explorar a cultura, história e belezas naturais das comunidades Kalunga. Isso poderia beneficiar a economia local, gerando receita através do

⁴⁰ Ibidem.

turismo e promovendo o desenvolvimento de serviços turísticos e infraestrutura. No entanto, é importante notar que o desenvolvimento da BR-010 também pode apresentar desafios para as comunidades Kalunga, como aumento da pressão sobre os recursos naturais, mudanças no estilo de vida e potenciais impactos ambientais. Portanto, é essencial que qualquer política de desenvolvimento associada à construção da rodovia leve em consideração as preocupações e necessidades das comunidades locais, incluindo as comunidades Kalunga, e busque garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam equitativamente distribuídos.

3º pergunta: Com relação ao acesso à educação, ainda existem crianças no território Kalunga com séries diferentes sendo alfabetizadas por uma única professora. Todavia, nos municípios de Cavalcante-GO e Teresina de Goiás, as escolas possuem uma organização distinta à da comunidade, com uma organização física e educacional mais estruturada. A quem se atribui a incidência desta diferenciação estrutural, física e organizacional, dentro das comunidades kalunga?

Sim, aqui em Teresina existe na comunidade Ema, crianças com idade bem avançada que estão estudando juntos com outros alunos com séries diferentes. Mas estamos trabalhando para mudar essa realidade, mas é só na comunidade Ema que ainda tem essa dificuldade, os números são bem menores em comparação aos outros municípios⁴¹.

Como disposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação quilombola supõe que todas as comunidades se apropriem da busca por uma educação melhor, e que tenham professores capacitados para ensinar as crianças e adolescentes, com materiais didáticos produzidos de acordo com a história do seus ancestrais até o presente, mostrando às crianças o quanto a cultura é valorizada. Caberia ao Estado e aos municípios cumprir com seu papel tal como disposto no Art. 9 da Resolução 8 de 2012, a qual define as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica.

4º pergunta: É sabido que quando um cidadão Kalunga é (ofendido ou) picado por uma Cobra, Arraia, Escorpião, as pessoas sofrem bastante nas estradas para acessar a cidade e por não terem uma oferta de uma ambulância, precisam se locomover em carros dos próprios moradores das comunidades. Por que nas comunidades não existem postos de saúde funcionando, com uma ambulância à disposição para atender às demandas da população Kalunga?

⁴¹ Ibidem.

Bom, aqui em Teresina, como falei anteriormente, temos um posto de saúde que a gente usa, e uma ambulância 24h. Às vezes acontece uma e outra quando os moradores estão levando algumas pessoas para cidade, vem alguém doente em carros dos próprios moradores, mas é uma vez por outra. A ambulância fica dentro da comunidade, quando aciona, logo ela chega na cidade, ou seja, a saúde em Teresina melhorou bastante. Antigamente, já chegaram a morrer pessoas por falta de socorro. Agora com essa gestão nossa, eu e o prefeito (Mano) temos 3 anos de mandato, já trocamos ambulância, já fizemos postos de saúde que ficam entre a comunidade Ema e Diadema, pois ele atende as comunidades de Ribeirão e Abobreira. Agora mesmo, a ambulância acabou de levar uma pessoa para Goiânia e logo ela já vem trazendo o pessoal para comunidade, pois ela é 24h, não para. Esse posto de saúde atende até pessoas acidentadas, pessoas de Monte Alegre de Goiás que vem arrumar dente ou consultar⁴².

O atendimento de saúde pública aos Quilombola-Kalunga poderia seguir a mesma organização direcionada à Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial que reside nas margens dos rios, para atender às necessidades específicas das comunidades Quilombola-Kalunga. Isso poderia ser realizado através da criação da Equipe de Saúde da Família Fluvial Território Quilombola-Kalunga (ESFFQK) para aqueles que residem às margens dos rios e mantendo o atendimento fixo nas comunidades para os demais Quilombola-Kalunga. Essa abordagem poderia oferecer uma resposta mais eficaz às necessidades de saúde das comunidades Kalunga, considerando suas características geográficas, culturais e sociais únicas (Takahashi, 2020).

[...] o que acontece a essas comunidades é a falta de todo e qualquer tipo de atendimento voltado à saúde: eles continuam à mercê da ajuda somente da natureza. Durante as visitas, nas comunidades foram constatadas carências de recursos para qualquer tratamento técnico-científico de saúde, sendo que os moradores continuam arraigados em sua cultura fazendo uso somente das plantas de seus quintais, produzindo as ervas medicinais para sanar os problemas de saúde e ingerindo o chá caseiro (Takahashi, 2020, p. 11).

A Equipe de Saúde da Família Fluvial Território Quilombola-Kalunga (ESFFQK) poderia ser composta por profissionais de saúde capacitados e equipados para fornecer atendimento médico básico, serviços preventivos, educação em saúde e promoção de hábitos saudáveis diretamente nas comunidades ribeirinhas. Por outro lado, o atendimento fixo nas comunidades Quilombola-Kalunga poderia ser oferecido em postos de saúde ou unidades de saúde locais, onde os residentes podem receber cuidados médicos regulares, consultas preventivas, vacinações e outras intervenções de saúde necessárias. Esses centros de saúde fixos poderiam ser equipados com os recursos necessários para atender às demandas de saúde específicas das comunidades

⁴² Ibidem.

Kalunga, como medicamentos essenciais, equipamentos médicos básicos e profissionais de saúde treinados na cultura e necessidades das comunidades locais (Takahashi, 2020).

5.5 Análise de dados de campo: o que diz o diretor da igualdade racial de Monte Alegre de Goiás

No dia 04 de abril de 2024, foi entrevistado o diretor da Igualdade Racial do município de Monte Alegre de Goiás, o Sr. Manuel Dias Santiago, que autorizou a gravação e divulgação de seu nome. Esse profissional exerce o cargo de diretor há 3 anos, tendo, portanto, conhecimento sobre o tema estudado. Segundo o sr. Manuel, as comunidades do município ainda são carentes em termos de políticas públicas, sobretudo, os territórios mais distantes, onde se encontra a comunidade Contenda que é totalmente isolada. Assim, feita essa consideração geral, foi iniciada a entrevista:

1º pergunta: Considerando os serviços públicos que deveriam ser ofertados à população, como o de saúde, educação, transporte, saneamento, entre outros, na percepção do poder público, quais deles possuem recursos mais escassos? Nesse sentido, como se dá a oferta desses serviços pelos governos municipal e estadual?

Agradeço pela pergunta, sou Kalunga e diretor da Igualdade Racial no município de Monte Alegre. Essa pergunta que você fez é muito boa, vai me dar oportunidade de falar um pouco sobre as políticas do nosso município. Com relação à saúde, nós ainda não temos nenhum posto de saúde nas comunidades, mas está no papel para ser construído. A saúde do nosso município, o prefeito (Filipe Campos) está dando assistência. Com relação ao transporte no território, ainda falta, as pessoas são carregadas em carroceria dos caminhões, conhecido como pau de arara. O prefeito tem ajudado nesta questão, ligamos para ele, e manda buscar para que as pessoas possam vir à cidade⁴³.

A oferta de serviços essenciais, como saúde e transporte, para as comunidades quilombolas Kalunga, localizadas em áreas remotas de difícil acesso, continua sendo um grande desafio. Essas comunidades, situadas principalmente no estado de Goiás, enfrentam barreiras significativas que limitam seu direito básico a esses serviços, o que impacta diretamente sua qualidade de vida e bem-estar. Na percepção do poder público, os recursos

⁴³ Manuel Dias Santiago, Diretor Kalunga da igualdade racial do município de Monte Alegre de Goiás. Entrevista realizada em 04 de abril de 2024.

mais escassos geralmente estão associados aos serviços que demandam investimentos significativos em infraestrutura, pessoal e recursos financeiros para sua operação. Isso pode variar de acordo com a realidade de cada município e estado, mas alguns serviços frequentemente identificados como enfrentando escassez de recursos incluem: saúde, educação, transporte e saneamento básico. Até que sejam plenamente atendidos, é importante apontar para os problemas que limitam a oferta de políticas públicas para essa população esquecida pelo Estado, que muitas vezes negligencia as origens históricas e multiculturais que caracterizam os territórios quilombolas, e não atende as necessidades destas comunidades (Takahashi; Alves, 2015).

As serras e os caminhos inóspitos dificultavam as idas e vindas para a integração entre os cidadãos da cidade e da comunidade, do que se constata que as ações em saúde pública são oferecidas, apenas, na área de epidemiologia como vacinas nas datas das campanhas nacionais (Takahashi; Alves, 2015, p. 574).

“A relação entre as três esferas governamentais e a participação da sociedade civil da comunidade Quilombola-Kalunga necessita ser repensada, pois as políticas não chegam em decorrência da falta de articulação, de estruturação e de funcionamento” (Takahashi; Alves, 2015, p. 575). Entretanto, a falta de recursos pode resultar em serviços de transporte precários, rotas inadequadas e falta de acessibilidade para a população. Além disso, a prestação de serviços de água potável e saneamento exige investimentos em sistemas de tratamento de água, redes de distribuição e coleta de esgoto. A escassez de recursos pode, portanto, levar a problemas de acesso à água potável e saneamento inadequado, aumentando o risco de doenças relacionadas à água.

2º pergunta: A população Kalunga tem dificuldades de acessar a cidade por conta da ausência de transporte público destinado às comunidades. As pessoas ainda são transportadas em carroceria de caminhões. Dentro das comunidades, por exemplo, não tem água tratada, os rios quando enchem, as pessoas bebem dessa água. Quais as medidas dos governos municipais nos últimos anos, em termos de políticas públicas, para enfrentar a desigualdade de acesso ao saneamento básico vivenciadas pelas comunidades?

As Contendas, estamos trabalhando para levar estradas as comunidades. Agora mesmo, as máquinas estão nas comunidades arrumando as estradas porque está muito ruim. Esse ano é pra vir umas máquinas para colocar aterros. Com relação à água tratada, não é todo local que tem, as comunidades utilizam muito filtro de barro. Mas a maioria das comunidades tem água encanada, como: Bom jardim,

fazenda areia, sucuri e fazenda tinguizal. As que faltam água encanada, fazenda São Pedro e Taboca, nenhuma dessas comunidades não possui água tratada⁴⁴.

Conforme Echeverry, “em relação ao saneamento básico, não existe nenhum tipo de tratamento para contabilização da água, para o manejo do esgoto nem do lixo” (2014, p. 40). Ou seja, para resolver esse problema, é essencial que os governos municipal, estadual e federal reconheçam as necessidades específicas das comunidades quilombolas Kalunga e implementem políticas e programas direcionados para garantir o acesso à água potável e saneamento básico adequado. Isso pode envolver a construção de sistemas de abastecimento de água, instalação de redes de esgoto, projetos de tratamento de água, educação em saúde e outras medidas para melhorar as condições de vida dessas comunidades.

3º pergunta: Com relação ao acesso à educação, ainda existem crianças no território Kalunga com séries diferentes sendo alfabetizadas por uma única professora. Todavia, nos municípios de Cavalcante-GO e Teresina de Goiás, as escolas possuem uma organização distinta à comunidade, com uma organização física e educacional mais estruturada. A quem se atribui a incidência desta diferenciação estrutural, física e organizacional, dentro das comunidades kalunga?

Sim, existe com certeza, tem alunos com a série mais avançada estudando com alunos com séries inferiores 1º, 2º e 3º ano todo mundo junto em única sala. É importante destacar que são pouquíssimos alunos com série diferente, não naquela proporção que se encontrava há 12 anos atrás, mas ainda existe essa realidade no território⁴⁵.

Conforme os estudos apontados por Sousa, “escola de pequeno porte, onde é composta por 2 duas salas de aula, 1 (um) banheiro feminino e (1) um masculino e uma cozinha. Nessa escola lecionam duas professoras para duas salas multisseriadas” (2019, p. 53). Ou seja, são muitos casos como este no território Kalunga, como afirma Sousa (2019), que fez sua pesquisa de mestrado, na qual visitou a Escola Municipal Barra da comunidade Quilombola-Kalunga do município de Monte Alegre de Goiás dos alunos de 1º a 5º ano. Dessa forma, a situação em que alunos com séries diferentes estudam juntos com uma única professora é um desafio comum enfrentado por muitas comunidades rurais e remotas, incluindo as comunidades quilombolas Kalunga.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Ibidem.

Isso ocorre, principalmente, devido à falta de recursos educacionais, incluindo número insuficiente de professores e infraestrutura limitada nas escolas. É uma situação que apresenta diversos desafios para a qualidade da educação, pois a professora precisa lidar com diferentes níveis de habilidades, conhecimentos e necessidades dos alunos em sala de aula. Além disso, pode ser difícil garantir que todos os alunos recebam a atenção e o suporte individualizados de que precisam para prosperar academicamente.

4º pergunta: É sabido que quando um cidadão Kalunga é (ofendido ou) picado por uma Cobra, Arraia, Escorpião, as pessoas sofrem bastante nas estradas para acessar a cidade e por não terem uma oferta de uma ambulância, precisam se locomover em carros dos próprios moradores das comunidades. Por que nas comunidades não existem postos de saúde funcionando com uma ambulância à disposição para atender as demandas da população Kalunga?

Sim, nós temos uma ambulância que atende às comunidades. Em 2022 pra cá, o prefeito conseguiu essa ambulância 4x4, onde que tem dois agentes trabalhando nessa ambulância, ela atende 24h o município inteiro⁴⁶.

Segundo Sousa, “graças à presença do posto de saúde, dos equipamentos e de pessoal especializado”. Ali funciona o Programa Saúde da Família, Saúde Bucal e vacinação de crianças e animais” (2019, p. 124). Além disso, Sousa (2019) aponta que, antes da chegada da energia elétrica, a presença limitada dos programas governamentais dificultava ainda mais a oferta de cuidados médicos, com desafios como o transporte de vacinas no gelo. Isso ilustra a precariedade das condições de saúde no passado e a evolução da infraestrutura com a chegada de serviços essenciais, como a eletrificação e o aprimoramento da assistência médica.

Portanto, a citação de Sousa destaca a melhoria das condições de saúde com a implementação de programas governamentais, mas também enfatiza as limitações estruturais e geográficas que ainda existem nas comunidades Kalunga, comprometendo o acesso pleno aos serviços de saúde. Dessa maneira, podemos dizer que isso ainda acontece nos locais que não possuem energia elétrica, como: Salinas, Corrente, Congonhas, ambas no Vão do Moleque.

Eu observo que os representantes dos governos municipal e estadual enxergam as responsabilidades como sendo de outros níveis de governo, justificando a falta de recursos e

⁴⁶ Ibidem.

equipamentos para a elaboração dessas políticas. O governo estadual reconhece os avanços destinados aos municípios, mas destaca a necessidade de progredir ainda mais para reduzir as desigualdades entre eles. Além disso, ressalta a importância da participação do governo federal nesse processo.

É importante destacar que, ao longo da entrevista, os representantes municipais reconheceram os grandes desafios e problemas enfrentados pelos municípios e afirmaram que trabalharão para melhorar essa realidade. O representante da sociedade civil, que representa o Quilombo Kalunga, teve uma postura mais crítica e decisiva. Ele apresentou dados sobre os problemas enfrentados pelo território Kalunga, especialmente nas áreas de educação, transporte e saúde, evidenciando a realidade precária vivida pela comunidade. Em sua fala, além de expor os desafios, também trouxe soluções. Por isso, a fala do presidente foi a que mais me chamou a atenção, pois ele cobrou dos gestores um olhar mais atento e especial para o território Kalunga como um todo.

Ao fazer análise das entrevistas realizadas no território Kalunga revela um panorama crítico sobre as políticas públicas ofertadas na região. Os entrevistados destacam que, apesar de alguns avanços, a implementação de serviços essenciais ainda enfrenta grandes desafios. A dificuldade financeira aparece como um dos principais obstáculos, mas é importante ressaltar que a precariedade na prestação de serviços vai além da falta de recursos. A ausência de profissionais capacitados e disponíveis para atuar nas comunidades impede o acesso efetivo a direitos básicos, como saúde, educação e assistência social.

Um dos pontos mais críticos mencionados pelos entrevistados é a falta de agentes públicos suficientes para atender às demandas da população. A ausência de psicólogos, delegados e outros profissionais essenciais demonstra que o problema não se resume apenas à infraestrutura ou ao orçamento disponível, mas também à falta de planejamento e execução das políticas públicas. A promotora entrevistada em (2020), por exemplo, enfatizou a carência de profissionais que deveriam estar garantindo serviços fundamentais para a comunidade, o que compromete diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Por outro lado, alguns relatos indicam que a chegada de infraestrutura básica, como energia elétrica, trouxe impactos positivos para a região. Melhorias no serviço de saúde, por exemplo, foram observadas em algumas comunidades após a eletrificação. No entanto, esses

avanços ainda são pontuais e não resolvem a questão estrutural da desigualdade no acesso a políticas públicas. Dessa forma, a análise das entrevistas sugere que é necessário não apenas ampliar o investimento financeiro, mas também repensar a gestão pública, garantindo a presença de profissionais capacitados e comprometidos com o desenvolvimento do território Kalunga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A omissão do Estado em relação às comunidades quilombolas Kalunga é uma realidade lamentável que reflete a persistência das desigualdades raciais e sociais em nossa sociedade. Ao longo dos anos, essas comunidades enfrentaram marginalização, discriminação e falta de acesso a recursos e serviços básicos, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e exclusão (Silva; Pelá, 2021).

No entanto, é importante destacar que, apesar dessa omissão, há um movimento crescente em direção à construção de políticas públicas externas para as comunidades quilombolas Kalunga e o combate às desigualdades raciais e sociais. Essas políticas visam reconhecer e valorizar o patrimônio social e histórico dessas comunidades, garantir seus direitos territoriais, promover sua inclusão social e econômica e enfrentar as disparidades de acesso a serviços essenciais, como está seguro no guia de políticas públicas no programa Brasil quilombola (Brasil, 2013).

Um estudo aprofundado dessas políticas pode revelar tanto os progressos alcançados quanto os desafios ainda enfrentados. Por um lado, podemos observar iniciativas positivas, como o reconhecimento oficial de territórios quilombolas, a implementação de programas de saúde e educação específicos e o fortalecimento da participação das comunidades na tomada de decisões que as afetam diretamente (Takahashi; Alves, 2015).

Desta forma, podemos fazer com que a omissão histórica do Estado tenha deixado um legado de desigualdades estruturais que não sejam superadas apenas com medidas pontuais. É necessário um compromisso contínuo com a justiça social, o respeito aos direitos humanos e a promoção da igualdade racial em todas as esferas da sociedade. Portanto, é essencial que o Estado assuma sua responsabilidade em garantir o pleno exercício dos direitos das comunidades quilombolas Kalunga, por meio da implementação efetiva de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas, promovam sua autonomia e fortaleçam sua capacidade de enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais que enfrentam (Silva, 2020).

Na última análise, o estudo das políticas públicas externas para as comunidades

quilombolas Kalunga é um convite para a reflexão e a ação, incentivando uma maior conscientização sobre as desigualdades raciais e sociais e o engajamento em esforços coletivos para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos.

Diante dessas considerações, torna-se relevante ressaltar que esta pesquisa adotou uma abordagem abrangente sobre a falta de políticas públicas nos territórios Kalunga, considerando os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Dentro das limitações de escopo e tempo de um estudo de mestrado, essa escolha metodológica mostrou-se necessária. O objetivo foi fornecer um panorama geral dos serviços públicos disponíveis, possibilitando uma compreensão mais ampla do cenário.

Assim, ao longo do estudo, foram levantados dados que indicam avanços e desafios nos serviços públicos. No entanto, análises mais detalhadas sobre a distribuição da energia elétrica, os avanços das políticas de saúde e outras questões fundamentais demandam um estudo de maior tempo. Diante disso, percebe-se a relevância de pesquisas futuras que possam se dedicar a essas questões de maneira mais aprofundada, como no caso de um doutorado.

Dessa forma, este estudo cumpre seu papel ao fornecer um diagnóstico amplo e embasado, ao mesmo tempo em que abre caminho para investigações mais específicas. Questões como as condições do transporte, especialmente diante de acidentes recentes, e os desafios da educação nos territórios quilombolas, em contraste com os centros urbanos, demonstram a necessidade de continuidade no aprofundamento desse tema.

Em síntese, a escolha por uma abordagem panorâmica foi estratégica e condizente com a proposta deste estudo. Os resultados aqui apresentados fornecem subsídios importantes para que futuras pesquisas avancem em análises mais detalhadas, contribuindo para um entendimento cada vez mais aprofundado sobre as políticas públicas nos territórios Kalunga.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

ALMEIDA, Maria Geralda. *O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares*. Goiânia: GRÁFICA UFG, 2015, 329p.

ALVES, Iara Cristina da Silva. *Políticas Públicas, territorialidade e liberdade dos remanescentes de quilombo Kalunga*. Dissertação de mestrado em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília- DF, 2015.

BAIOCCHI, Mari de Nasaaré. *Kalunga: Povo da Terra. Brasília*, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999. 124p.

BEZERRA; HORA; SCALIZE. *Cenário das políticas públicas de saneamento nas comunidades quilombolas do estado de goiás*. ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Goiânia, 2018. Disponível em:< https://sanrural.ufg.br/wp-content/uploads/2018/09/artigo_Roberto.pdf>. Acesso 28 de fevereiro de 2024.

BRASIL. *Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas*: programa Brasil quilombola. Brasília, 2013.

BRASIL, Governo Federal; *Quilombos do Brasil Identificação de Origem*. Manual Selo Quilombo do Brasil. Brasília, 2013.

MEC; *Uma história do povo kalunga / Secretaria de Educação Fundamental* - MEC; SEF, Brasília, 2001.

DEPUTADOS, Câmara dos; **Decreto N° 11.447**, de 21 de março de 2023. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11447-21-marco-2023-793903-publicacaooriginal-167334-pe.html> >. 14 de setembro de 2023.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso 30 de Outubro de 2023.

CAMPOS, A. AUGUSTO, C. MACHADO, M. *A raça dos (in) eleitos*. Insight inteligência, Rio de Janeiro, 2014.

CALHEIROS, F. P. STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Revista Katál*. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. *Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas*: uma contribuição para a área educacional: uma contribuição para a área educacional. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

COSTA, Vilmar Souza. *A Luta pelo território*: histórias e memórias do povo Kalunga. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da

Universidade de Brasília, como requisito parcial á obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área da Ciência da Natureza e Matemática.

Planaltina/DF: UnB, 2013. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7260/1/2013_VilmarSouzaCosta.pdf> Acesso em: 21 de março de 2015.

DIAS, Vercilene Francisco. ***Os Kalunga; por uma Kalunga***. In: WOLKMER, A. C. FILHO, C. F. M. S. TARREGA, M. C. V. B. Goiânia: ED. DA PUC Goiás, 2016. 196p.

DALOSTO, Cássius Dunck. ***As políticas públicas e o problema da concretização dos direitos quilombolas no brasil***: o exemplo kalunga. Dissertação de (mestrado em Direito Agrário), Programa de Pós-graduação em Direito Agrário, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ECHEVERRY, Sandra Milena Vélez. ***Impactos da eletrificação no desenvolvimento rural em comunidades Quilombolas***: caso dos Kalunga em Cavalcante-GO. Dissertação de (mestado)-Unioversidade de Brasília. Faculdade de Planaltina. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Brasília-DF, 2014.

FERREIRA, Patrícia Aparecida. ***Gestão de políticas públicas***: uma proposta de modelo processual de análise. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2011.

GUIDALLI, Sandro. ***Polícia investiga denúncias de abuso sexual contra meninas negras de comunidade quilombola em Goiás***. R7 Brasil, Cavalcante (GO) 17/abr. 2015. Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/brasil/policia-investiga-denuncias-de-abuso-sexual-contrameninas-negras-decomunidade-quilombola-em-goias-17042015>>. Acesso 05 de abril de 2023.

GRIN; DEMARCO; ABRUCIO. ***Capacidades estatais municipais***: o universo desconhecido no federalismo brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. 714 p.

GOMIDE, A. A.; PIRES. R. R. C. ***Capacidades estatais e democracia***: arranjos institucionais de políticas pública. Brasília: Ipea, 2014. 385 p.

GIL, Antônio, Carlos. ***Método e técnicas de pesquisa social***. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5. 220p.

HOWLETT, Michel et al. ***Política pública***: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. Cavalcante-GO, 2003. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/cavalcante/pesquisa/36/0>> Acesso 06 de agosto de 2022.

IBGE. Censo Demográfico 2022: ***Quilombolas: primeiros resultados do universo***: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3104/cd_2022_quilombolas.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p.

75. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso 17 de maio de 2023.

IMB. *Condições socioeconômicas dos Negros em Goiás*. Nº 13/2015. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2015/13condicoes-socioeconomicas-dos-negros-em-goias-201511.pdf>>. Acesso 16 de maio de 2023.

JACCOUD, Luciana. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição* / Mário Theodoro (org.), Rafael Osório, Sergei Soares. – Brasília: Ipea, 2008.

JACOBI, Pedro. *Políticas públicas: uma agenda de questões e indagações no contexto da transição*. São Paulo em perspectiva, 3(1/2): 42-45. janeiro/junho, 1989.

JESUS, G. B.; CARVALHO, M. H.; SILVA, Y. F.O. *Os Desafios da Educação Escolar Quilombola. Montes Claros* (MG), Brasil v. 16, n. 18, p. 1-17, 2022.

MEDEIROS, Alexandre. M. *Ciclo de Políticas Públicas. Sabedora Política*, 2015. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/politicas-publicas-e-processos-de-gestao>>. Acesso em 04 de abril de 2023.

MARTINS, Ingrid. Procurando por turistas, *Kalunga sofre com isolamento e transporte precário*. Colabora, 09 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods11/procurador-por-turistas-kalunga-sofre-com-isolamento-e-transporte-precario/>>. Acesso 21 de março de 2024.

NASCIMENTO, Beatriz, 1942-1995. *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos* / Beatriz Nascimento; organização Alex Ratts. — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Rafael. *Após 20 anos de espera, comunidade quilombola tem acesso à energia elétrica*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/07/08/apos-20-anos-de-espera-comunidade-quilombola-vao-do-moleque-tem-acesso-a-energia-eletrica.ghtml>>.

Acesso 10 de abril de 2024.

PINTO, Isabela Cardoso Matos. Mudanças nas Políticas Públicas: a perspectiva do ciclo de política. *Revista Políticas Públicas*, São Luis, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008.

PEDUZZI, Pedro. *Comunidade Kalunga recebe reconhecimento inédito da ONU*. Agência Brasil 06 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-02/comunidade-kalunga-recebe-reconhecimento-inedito-da-onu>>. Acesso 20 março de 2021.

RODRIGUES, Vera. *Programa Brasil quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 57, São Paulo: 2010, 264.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

135 p.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo Ambiental às comunidades quilombolas. *Revista Interdisciplinar de direitos humanos*. Bauru, v. 4, n. 2, p. 129-141, jul./dez., 2016.

RELATÓRIO NEPEAS/UFG. Pesquisa 2020-2024: resultados finais. Organização: Fabiana Ribeiro Santana, Thaís Anders Carvalho Souza, Naraiana de Oliveira Tavares. 1. ed. Goiânia, GO: Ed. dos Autores, 2024. Livro eletrônico (PDF). ISBN 978-65-00-99905-1.

SOUSA, Joana Darc Saraiva. *A influência da formação dos docentes no processo ensino e aprendizagem da Escola Municipal Barra da comunidade Quilombola-Kalunga do município de Monte Alegre de Goiás dos alunos de 1º ao 5º ano*. 2019. 105 f. Dissertação acadêmica de (Mestrado em Ciências da Educação) - Facultad de Ciencias Políticas, Jurídicas Y de la Comunicación, Universidad Autónoma de Asunción, Paraguay, 2019.

SILVA, A. R. F. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção.

Revista de Ciências Sociais, n° 48, janeiro/junho de 2018, p. 115-128.

SOUZA, Lanara Guimarães de. *Avaliação pública de políticas educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Fernanda. *Comunidade Kalunga ganha acesso à energia elétrica*. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/comunidade-kalunga-ganha-acesso-a-energia-eletrica-266840/>>. Acesso > 10 de abril de 2024.

SADDI, F. C. HARRIS, M. J. PÊGO, R. A. *Qual a legitimidade política da política pública?*

- Uma análise política do problema da separação na política pública: O caso da atenção Básica à Saúde em Goiânia (projeto piloto). Outubro de 2015/ janeiro 2016 Incluindo: Emenda N. 1 ao CEP/UFG (Out/2015).

SILVA, Halanna, Ferreira. *Abuso Sexual de Meninas Kalunga*. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo– LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo. Planaltina/DF: UnB, 2015. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13164/1/2015_HalannaFerreiradaSilva.pdf>. Acesso em 19 março de 2024.

SILVA, Jeronilson Quirino. *Acesso à educação e violência sexual: um retrato da negligência governamental com às adolescentes Kalunga*. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais Habilitação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção ao título de bacharel em Ciências Sociais-Políticas Públicas. Goiânia, 2020.

SEVERINO, Antônio, Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Jeronilson. Q.; PELÁ, Márcia. C. H. Educação quilombola e violência sexual: um retrato da negligência governamental. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas*

Educacionais ISSN 2238-3565 v.10, n.2, p.1-20, outubro, 2021.

SOUZA, Celina.; FONTANELLI, Flavio. Capacidade estatal e burocrática: sobre conceitos, dimensões e medidas. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*, Brasília, 2020.

TEÓFILO, SARAH. Casos de abuso sexual ainda assombram Cavalcante, em Goiás. *O Popular*, Cavalcante (GO) 14/set. 2019. Disponível em

<<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/casos-de-abuso-sexual-ainda-assombram-cavalcante-em-goi%C3%A1s-1.1887071>>. Acesso 10 de maio de 2023.

TOLEDO, L. A.; SHIAISHI, G. F. *Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativa: um ensaio para proposta de protocolo do estudo de caso*. Rev. FAE, Curitiba, v.12, n.1, p.103-119, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/288/195#>.

Acesso 11 de abril de 2023.

TAKAHASHI, Fatima Gonçalves Messias. As Políticas Públicas em saúde no território Quilombola-Kalunga/Goiás –Brasil. *Anais Educon 2020*, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 18, p. 1-25, set. 2020.

TAKAHASHI, F. G. M.; ALVES, V. P. Imagens representacionais das políticas públicas à educação e à saúde, no imaginário de um grupo de idosos da comunidade Quilombola–Kalunga, de Monte Alegre de Goiás. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.23, n. 88, p. 567- 592, jul./set. 2015.

VIEIRA, Ana Beatriz Duarte. *População Quilombola Kalunga: acesso ao sistema de saúde sob o enfoque da Bioética de Intervenção*. 2014. 157 f. (Tese de doutorado em Bioética) - Faculdade de Ciências da saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

WÖHLKE, Roberto. *Análise de Políticas Públicas: O Papel das Instituições Participativas na Efetividade da Política Municipal de Assistência Social de Florianópolis no Período de 2011 a 2015*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC,2016.

APÊNDICES

ROTEIRO DE PERGUNTAS

ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRECIONADA AOS ÓRGÃOS COMPETENTES TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Você está sendo convocado(-a) a participar e responder as perguntas, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais”. Meu nome é **Jeronilson Quirino da Silva**, sou Quilombola Kalunga, aluno do Curso de Mestrado em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFG. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, por gentileza, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que, em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas diretamente comigo, por meio do e-mail jeronilsonquirino@discente.ufg.br. Inclusive, sob forma de ligação a cobrar, pode me constatar pelo seguinte número telefônico: (62) 981304286. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA:

Título: A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais.

Descrição: compreender os processos envolvidos na tomada de decisão e construção de agendas para implementação e formulação de políticas públicas, como de saúde, educação, transportes, saneamento, voltadas para as comunidades; observação dos processos de implementações de outras políticas públicas para as comunidades Kalunga (caso existam); análise de tomadas de decisões dos gestores públicos sobre implementação de políticas públicas nas comunidades tradicionais em relação às demandas levantadas pelas próprias comunidades.

Dessa maneira, a o objetivo a ser investigado fazem parte da Pesquisa de **Jeronilson Quirino da Silva** realizada no curso de Mestrado pelo o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Ciências Sociais/UFG, vinculada à linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas e orientado pela professora Dr^a **Camila Romero Lameirão**. O estudo diz respeito a produzir uma pesquisa qualitativa, embasada em um estudo de caso relacionado às comunidades quilombolas kalunga, abordando, sobretudo, a falta de políticas públicas para estas comunidades.

Sendo assim, antecipadamente, agradeço a atenção e participação.

QUESTIONÁRIO

1º Considerando os serviços públicos que deveriam ser ofertados à população, como o de saúde, educação, transporte, saneamento, entre outros, na percepção do poder público, quais deles possuem recursos mais escassos? Nesse sentido, como se dá a oferta desses serviços pelos governos municipal e estadual?

2º A população Kalunga tem dificuldades de acessar a cidade por conta da ausência de transporte público destinado às comunidades, as pessoas ainda são transportadas em carroceria de caminhões. Dentro das comunidades, por exemplo, não tem água tratada, os rios quando enchem, as pessoas bebem dessa água. Quais as medidas dos governos Municipais nos últimos anos, em termos de políticas públicas, para enfrentar a desigualdade de acesso a saneamento básico vivenciadas pelas comunidades?

3º Com relação ao acesso à educação, ainda existem crianças no território Kalunga com séries diferentes sendo alfabetizadas por uma única professora. Todavia, nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, as escolas possuem uma organização distinta à comunidade, com uma organização física e educacional mais estruturada. A quem se atribui a incidência desta diferenciação estrutural, física e organizacional, dentro das comunidades kalunga?

4º É sabido que quando um cidadão Kalunga é (ofendido) ou picado por uma Cobra, Arraia, Escorpião, as pessoas sofrem bastante nas estradas para acessar a cidade e por não terem a oferta de uma ambulância, precisam se locomover em carros dos próprios moradores das comunidades. Por que nas comunidades não existem postos de saúde funcionando com uma ambulância à disposição para atender as demandas da população Kalunga?

5º No ano de 2015 o portal R7 da TV Record veiculou a reportagem “As eternas escravas”, por conta do índice de inúmeros casos de abusos sexuais especificamente na cidade de Cavalcante. Os indicadores do nosso município apresentam altos índices de pobreza, desigualdades múltiplas, falta de acesso aos bens e serviços públicos, outros estudos, como por exemplo: Abuso sexual de meninas Kalunga, tendo como autora, Alana Ferreira da Silva, mostram que a precariedade, além da sensação de impunidade, do machismo e racismo estrutural podem ser percebidos enquanto motivações para a incidência desses casos. Enquanto representante do poder público com poder de decisão na elaboração e aplicação de políticas públicas de enfrentamento a todos os tipos de violência, a que V.Ex.a, atribui a ocorrência de crimes como este? Por quê?

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



ACORDO PESQUISADOR KALUNGA

Primeiramente a Associação Quilombola Kalunga- AQK parabeniza por essa conquista coletiva e individual na sua trajetória. Prezado pesquisador Quilombola Kalunga **Jeronilson Quirino da Silva**, temos certeza que o seu projeto de pesquisa intitulado “**A omissão do Estado e a construção de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas Kalunga: um estudo sobre as desigualdades raciais e sociais**”, será de suma relevância para Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga.

Conforme o regimento interno da Associação Quilombola Kalunga aprovado pela assembleia Geral no dia 25 de maio de 2019 no **capítulo III Relação com as Instituições de Pesquisas , Ensino, Extensão e Desenvolvimento Econômico e Cultural** especificamente no **artigo 54** o pesquisador compromete em dar a devolutiva do seu trabalho apresentando o resultado da pesquisa dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e entregará a versão final do estudo em pdf.

Por ser verdade, assino a presente documento

Assinatura Pesquisador Kalunga

**Assinatura/ Carimbo do responsável ou orientador pela instituição
pesquisada**

**Carlos Roberto Pereira da Conceição / Presidente AQK
Comissão de Pesquisa e Projeto**

Cavalcante/ GO 24 de fevereiro 2023